



**conecta
arnaldo**



UniArnaldo
Centro Universitário

Centro universitário Arnaldo Janssen

PRESIDENTE

Denzil Castra

ECONOMO

Santhosh Paul D'Souza

REITOR

João Guilherme de Souza Porto

Conecta Arnaldo

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Centro universitário Arnaldo Janssen

Endereço para correspondência:

Praça João Pessoa, 200 -

Site: Faculdadearnaldo.com.br

Conselho editorial

DIRETOR ACADÊMICO

Flávio Rodrigues Souza

COORDENADOR DO CURSO DE GASTRONOMIA

Petterson Menezes Tonini

COORDENADOR DOS CURSOS DE GESTÃO

Alexandre Miserani de Freitas

COORDENADORA DO CURSO DE DIREITO

Patricia de Moura Rocha

COORDENADORA DO CURSO DE PSICOLOGIA

Denise Salim Paes

COORDENADOR DO CURSO DE AGRONOMIA

Marcos Flavio Godoy de Oliveira

COORDENADORA DO CURSO DE

MEDICINA VETERINÁRIA

Carolina Maria Vianna de Freitas

COORDENADOR DO CURSO DE

ODONTOLOGIA

Gerdal Roberto de Sousa

COORDENADOR DO CURSO DE EDUCAÇÃO

FÍSICA

Emerson Neiva Rodrigues

COORDENADORA DOS CURSOS DE EAD

Mariangela Rangel Jacques Penido

BIBLIOTECÁRIA

Daniela Pereira da Silva

PROFESSOR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO

ARNALDO JANSSEN

Cristiano Starling Erse

Missão

A missão da Revista Conecta Arnaldo é a de promover a interdisciplinaridade e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento por meio da publicação de artigos científicos de alta qualidade. Busca-se com isso incentivar a pesquisa acadêmica, a criatividade e o pensamento crítico, contribuindo para o avanço do conhecimento e para a solução dos desafios da sociedade contemporânea.

Conecta Arnaldo / Centro Universitário Arnaldo Janssen. - v.2 , n.1, 2024.
Belo Horizonte : Centro Universitário Arnaldo Janssen, 2024- .

v. : il.

Irregular

ISSN: 2965-6605

1. Centro Universitário Arnaldo Janssen. 2. Economia. 3. Direito. 4. Veterinária. 5. Odontologia. 6. Agronomia. 7. Administração.

CDU: 61+159+37+82

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Centro Universitário Arnaldo Janssen

Copyright © 2023 Centro Universitário Arnaldo Janssen

Todos os direitos reservados pela Centro Universitário Arnado Janssen

As opiniões emitidas e informações contidas em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos

desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DIMENSIONAL EM 3 MARCAS DE HIDROCOLÓIDES IRREVERSÍVEIS EM 3 TEMPOS DE VAZAMENTO.....6	6
ANALYSIS OF DIMENSIONAL VARIATION IN 3 BRANDS OF IRREVERSIBLE HYDROCOLLOIDS AT 3 CASTING TIMES	
Amanda Correia De Paula, Amanda Naira Oliveira Rocha, Humberto Saymon Matos de Souza, Saulo Gonçalves De Abreu	
CUIDADOS PALIATIVOS: ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO ONCOLÓGICO14	14
PALLIATIVE CARE: THE ROLE OF PSYCHOLOGY IN THE ONCOLOGICAL CONTEXT	
Felipe Leal De Oliveira, Jéssica Mendes Santos, Lucas Vinicius Alves Dos Santos, Renato Aparecido De Souza, Tatiana Honório Pereira, Thais Aguiar De Oliveira, Vinicius Gomes De Araújo, Paulo Roberto Da Silva Júnior	
DIREITO E OS MÉTODOS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EFICIENTE.....35	35
LAW AND METHODS OF EFFICIENT ENVIRONMENTAL PRESERVATION	
Abner Victor Ferreira Nunes, Luciano Gomes Dos Santos	
A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES CRÍTICAS.....53	53
CONTEMPORARY EDUCATION: REFLECTIONS CRITICISMS	
Cristiano Starlin Erse	
INTOXICAÇÃO POR TEOBROMINA EM CÃES: UMA BREVE REVISÃO71	71
THEOBROMINE POISONING IN DOGS: BRIEF REVIEW	
Fábio Cardoso Bertolino; Pillar Gomide Do Valle	
O HOMEM QUE.....84	84
THE MAN WHO...	
Eduardo Roberto Batista	
O INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA APLICADA AO DIREITO DO ANIMAL.....97	97
THE INSTITUTE OF SHARED GUARDIANSHIP APPLIED TO ANIMAL RIGHT	
Rafael Reis Rocha, Luciano Gomes Dos Santos	
TEORIAS ANTROPOLÓGICAS E A ETNOGRAFIA ENQUANTO PROPOSTA METODOLÓGICA: O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA.....116	116
ANTHROPOLOGICAL THEORIES AND ETHNOGRAPHY AS A METHODOLOGICAL PROPOSAL: THE FIELD AND RESEARCH SUBJECTS	
Leonardo Toledo Silva	

EDITORIAL

Apresentamos a terceira edição da *Conecta Arnaldo*, uma revista que, desde sua criação, vem promovendo diálogos interdisciplinares essenciais para o desenvolvimento acadêmico e social.

Nesta edição, celebramos um marco histórico para nossa instituição: a transformação da Faculdade Arnaldo em Centro Universitário, agora chamado UniArnaldo. Esse reconhecimento institucional simboliza não apenas uma conquista formal, mas a consolidação de anos de trabalho árduo, dedicação à excelência acadêmica e compromisso com a inovação.

A transição para UniArnaldo nos traz novos desafios e, ao mesmo tempo, inúmeras oportunidades. Como Centro Universitário, teremos mais autonomia para criar cursos e projetos que estejam em sintonia com as demandas contemporâneas, oferecendo ainda mais espaço para a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento integral dos nossos estudantes e professores. Essa mudança nos impulsiona a continuar ampliando horizontes e a pensar o futuro de forma criativa, colaborativa e transformadora.

Trazemos aqui uma série de artigos que refletem a diversidade e a profundidade do nosso trabalho acadêmico. Entre os temas abordados, destacamos a discussão sobre a guarda compartilhada de animais domésticos e sua importância jurídica no contexto familiar; uma análise crítica das metodologias educacionais, questionando a suposta dicotomia entre métodos tradicionais e modernos; um estudo sobre as variações dimensionais de materiais odontológicos, com implicações diretas para a prática clínica. Outros tópicos incluem a relevância da preservação ambiental e a relação do ser humano com o meio ambiente, a toxicidade do cacau para cães, e uma reflexão sobre comunidades ribeirinhas em Minas Gerais.

Convidamos todos a explorar os artigos desta edição e a refletir sobre os temas abordados, que, esperamos, inspirem discussões e ideias inovadoras.

Boa leitura!

Equipe Editorial – Revista Conecta Arnaldo



Análise da variação dimensional em 3 marcas de hidrocolóides Irreversíveis em 3 tempos de vazamento

Analysis of dimensional variation in 3 brands of irreversible hydrocolloids at 3 casting times.

AMANDA CORREIA DE PAULA

Discente do curso de Odontologia, UniArnaldo, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, email: amanda94correia22@gmail.com

AMANDA NAIRA OLIVEIRA ROCHA

Discente do curso de Odontologia, UniArnaldo, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
e-mail: amandanairaoliveira@gmail.com

HUMBERTO SAYMON MATOS DE SOUZA

Discente do curso de Odontologia, UniArnaldo, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
e-mail: humberto.saymon15@hotmail.com

SAULO GONÇALVES DE ABREU

Mestre em clínica odontológica, Docente do Curso de Odontologia, UniArnaldo, Belo Horizonte, Minas Gerais, e-mail: saulo.abreu@profarnaldo.com.br.

RESUMO

Introdução: Os primeiros registros do uso dos hidrocolóides foram na década de 20, mas com produtos alimentícios e com baixa estabilidade dimensional. Cada marca comercial de alginatos sofrem pequenas alterações dimensionais durante um período preconizado pelos fabricantes, que, de acordo com a norma ISO 2156:2021, são consideradas aceitáveis para serem utilizadas na prática clínica. Entretanto, o material moldador perde sua propriedade de fidelizar a impressão do objeto moldado a partir de um determinado tempo. **Objetivo:** Analisar



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janssen, 200
Funcionários | BH / MG / 30130-066
☎ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitorino Marcolá, 360
Anchieta | BH / MG | 30310-360
☎ 31 3524 5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎ 31 3524 5000

as alterações dimensionais de Hidrocolóides irreversíveis: Hydrogum 5, Jeltrate Plus e Avagel em três tempos de vazamento, através de um ensaio experimental in vitro. **Materiais e métodos:** Esse método consistiu em avaliar a constância dimensional em três marcas diferentes, após a moldagem feita sobre um objeto cúbico e suas medições, verificando as alterações de área a moldagem feita sobre um objeto cúbico e suas medições, verificando as alterações de área. Suas medidas serão analisadas por escaneamento digital e seu volume calculado, avaliando sua estabilidade dimensional ao longo desses períodos de tempo. **Resultados:** Os três alginatos variaram suas dimensões em área e em massa, sendo o processo de sinérese sua principal causa. **Conclusão:** Os resultados demonstram que apenas o Hydrogum 5 manteve sua estabilidade dimensional até 60 minutos.

Palavras chave: Hidrocoloides irreversíveis, Estabilidade dimensional, Sinérese.

ABSTRACT

Introduction: The first records of the use of hydrocolloids were in the 1920s, but with food products and low dimensional stability. Each commercial brand of alginate undergoes small dimensional changes during a period recommended by the manufacturers, which, according to ISO 2156:2021, are considered acceptable for use in clinical practice. However, the molding material loses its ability to retain the impression of the molded object after a certain period of time. **Objective:** To analyze the dimensional changes of irreversible hydrocolloids: Hydrogum 5, Jeltrate Plus and Avagel at three pouring times, through an in vitro experimental trial. **Materials and methods:** This method will consist of evaluating the dimensional constancy of three different brands, after molding them on a cubic object and measuring them, verifying the volumetric changes. Their measurements will be analyzed by digital scanning and their volume calculated, assessing their dimensional stability over these periods of time. **Results:** The three alginates varied their dimensions in area and mass, with the process of syneresis being its main cause. **Conclusion:** The results show that only Hydrogum 5 maintained its dimensional stability up to 60 minutes.

Key words: Irreversible hydrocolloids, Dimensional stability, Syneresis.

1 INTRODUÇÃO

Os alginatos são materiais que tem baixa estabilidade dimensional e sofrem um processo de sinérese, que é a desidratação e perda de materiais inorgânico da massa do alginato para o ambiente, alterando seu volume e conseqüentemente sua forma final. Isso os torna não funcionais para o vazamento, pois impede sua perfeita cópia da área previamente moldada, causa instabilidade dimensional, e perda da textura ideal (CHEN; LIANG; CHEN, 2004; ANUSAVICE et al., 2013; CALMON et al., 2020;). Os primeiros registros de uso odontológico de hidrocolóides são datados de 1926 com produtos oriundos da indústria alimentícia e com baixa estabilidade dimensional (BRITO, 1946).

Buscando uma solução para o processo de sinérese, os materiais de moldagem evoluíram em sua qualidade quanto a, estabilidade dimensional, precisão, resistência ao rasgamento e recuperação elástica, devido ao avanço tecnológico e científico na produção desses materiais ao longo da história odontológica (ZENS et al., 2014; FONTE-BOA, 2016; SIVIERO et al., 2016).

Ademais, tendo em vista a realidade socioeconômica do Brasil (IBGE, 2019), o uso de materiais odontológicos mais baratos, como o alginato, poderia ser uma boa alternativa para que o paciente tenha condições financeiras de arcar e realizar os procedimentos odontológicos, levando em consideração que o procedimento moldador com alginato é substancialmente mais barato que os procedimentos com silicones e com escaneamentos intraorais. Portanto, na realidade financeira brasileira, o alginato é o material de moldagem mais usado e difundido nos consultórios e clínicas odontológicas do país (TURANO, J.D.; TURANO, 2007; SHILLINGBURG; HOBO; WHITSETT, 2011 PEGORARO, et al., 2013;).

A Estabilidade dimensional confere a habilidade do material em manter a precisão da moldagem em um determinado período de tempo, permitindo que o modelo de gesso seja confeccionado em um tempo mais conveniente, tornando assim o material com maior estabilidade, o de melhor escolha para o cirurgião dentista em sua prática clínica. Portanto, a utilização de hidrocolóides irreversíveis de boa qualidade nas moldagens é de suma importância para trazer fidelidade ao modelo de gesso e conseqüentemente no uso em moldagens de modelos antagonistas, modelos de estudo e moldagens para confecções de próteses removíveis (CARVALHO, et al., 2021).

Este estudo experimental in vitro tem a finalidade de avaliar as alterações dimensionais de hidrocolóides irreversíveis: Hydrogum 5, Jeltrate Plus e Avagel, visando encontrar a melhor estabilidade dimensional para a prática clínica. Fazendo com que facilite o julgamento do cirurgião dentista na hora de escolher seu alginato, segundo sua estabilidade dimensional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esse método consiste em analisar comparativamente as moldagens feitas

sobre um modelo de gesso e suas medições, conferindo assim as alterações de volume no período de um determinado tempo para que não influencie negativamente na qualidade do trabalho protético final.

Três amostras por cada material (Hydrogum 5, Jeltrate Plus e Alvagel) foram manipuladas seguindo instruções do fabricante e em seguida adicionadas em um modelo de gesso, feito a partir de um molde de uma arcada dentária superior edêntula. Cada moldagem foi estudada, a partir das medidas exatas obtidas por escaneamento digital e por pesagem em balança de precisão analítica, em seus específicos tempos pós vazamentos: 5 minutos, 30 minutos e 1 hora. Foram utilizadas as seguintes quantidades de material para cada manipulação, em ambiente controlado por temperatura de 25°C:

- Hydrogum 5 (Zhermak GmbH, Rovigo, Italy): agitar a embalagem, hermeticamente fechada, para dispersar uma pequena porção do pó, medir com auxílio da colher dosadora, 21g de pó, e colocador em graal de borracha e colocar em balança de precisão. Dispersar 45ml de água no graal, junto ao pó, na temperatura de 25 °C, e misturado por 30 segundos, colocar e acomodar na moldeira, e então colocar no objeto padrão por 60 segundos. Então remover o molde do modelo e colocado em armazenagem em ambiente controlado à temperatura de 25°C.

- Jeltrate Plus (Dentsply Sirona, North Caroline, USA): Com auxílio da colher medidora para pó, medir 3 porções de pó, totalizando (colocar as gramas medidas), e com o frasco medidor de água graduado em 3 níveis, medir 3 níveis de água a temperatura de 23°C e colocar em graal de borracha e colocados em balança de precisão, então, misturar por 45 segundos, colocar, acomodar na moldeira e moldar o objeto padrão por 60 segundos. Após, será removido o molde do modelo e colocado em armazenagem em ambiente controlado à temperatura de 25°C.

- Alvagel (Dentsply Sirona, North Caroline, USA): Utilizar uma medida de pó de 8,5g para uma medida de água a temperatura de 25°C de 18mL. Espatular, em graal de borracha, o pó e a água até obter uma coloração rósea homogênea. Inserir a moldeira com Alvagel em sua devida posição no objeto a ser moldado, comprimindo-a ligeiramente. Manter a moldeira no objeto padrão imóvel por 60 segundos após o iniciada presa do material.

Os escaneamentos seguiram de acordo com os tempos descritos, e logo após

cada escaneamento individual foi realizado, também foram realizada pesagem dos objetos de estudo com balança analítica de precisão (Gehaka, g200), desconsiderando o peso da moldeira metálica. O escaneamento gerou um arquivo que foi aberto nos programas computadorizados para desenhos tridimensionais (Solid Edge e AutoDesk), em que neles foram analisados e tabelados suas respectivas medidas, nas marcações pré-definidas no modelo de gesso padrão, sendo três pontos: na região da tuberosidade maxilar direita e esquerda, e freio labial superior. Essas medidas foram comparadas entre os tempos já pré-estabelecidos. Os resultados foram obtidos e comparados com as definições permissivas de alterações dimensionais da ISO 21563/2021 (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2023).

3 RESULTADOS

Foram obtidos os seguintes resultados das variações dimensionais em milímetros, e sua porcentagem, em relação a sua medida no tempo em 5 minutos para 30 minutos e em 30 minutos para 60 minutos pós manipulação de cada alginato de acordo com sua respectiva marca. Os resultados foram tabelados conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Medidas dimensionais variadas em milímetros e sua porcentagem.

Material	5'' -> 30''	% variada	30'' -> 60''	% variada	Alteração total	% total varia da
Jeltrate Plus	0,128 mm	0,09	2,591 mm	1,88	2,008 mm	1,97
Avagel	0.9 mm	0,65	2,031 mm	1,47	2,931 mm	2,14
Hydrogum 5	0,822 mm	0,58	0,21 mm	0,14	1,032 mm	0,72

Além das medidas dimensionais em milímetros, foram tabeladas conforme a tabela 2, as alterações em relação a massa dos alginatos ao longo do tempo, que

está intimamente relacionada com o processo de sinérese⁴.

Tabela 2 - Variação da massa dos alginatos nos tempos de 5, 30 e 60 minutos

Material	5 minutos	30 minutos	60 minutos
Jeltrate Plus	82,207 g	81,615 g	81,076 g
Avagel	85,171 g	84,564 g	83,980 g
Hydrogum 5	58,219 g	57,791 g	57,311 g

4 DISCUSSÃO:

Os resultados corroboram com a problemática de instabilidade dimensional que o processo de sinérese trás para os materiais Jeltrate Plus e Avagel que estão susceptíveis a esse processo, após 30 minutos. No material Hydrogum 5, esse processo não foi suficiente para causar instabilidade dimensional mesmo após 60 minutos pós manipulação. Os resultados da variação de massa e variação de dimensão indicam que o processo químico que ocorre durante a transição sol-gel, os hidrocolóides conseguem manter sua estabilidade dimensional, mesmo após a sinérese e consequente perda de massa, variando essa estabilidade conforme sua composição química e passagem do tempo (ZENS et al., 2014; HASAN Ö. et, al., 2015; ARIKAWA, 2016; FONTE-BOA, 2016; AALAEI; GANJ-KHANLOO; GHOLAMI, 2017).

5 CONCLUSÃO:

Os resultados demonstram que apenas o Hydrogum 5 manteve sua estabilidade dimensional até 60 minutos, sendo necessários pesquisas complementares para determinar o limite de tempo em que sua estabilidade possa se manter suficientes para um bom vazamento de gesso posterior.

REFERÊNCIAS

- AALAEI, S.; GANJ-KHANLOO, R.; GHOLAMI, F. Effect of storage period on dimensional stability of Alginplus and Hydrogum 5. **Journal of Dentistry (Tehran, Iran)**, v. 14, n. 1, p. 31, 2017. Disponível em:< Effect of Storage Period on Dimensional Stability of Alginplus and Hydrogum 5 - PMC (nih.gov)>. Acesso em: 23 ago.2023.
- ANUSAVICE, K.J; SHEN, C; RAWLS, H.R. PHILLIPS. **Materiais Dentários**.12.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- ARIKAWA, Y. M. T. **Estudo comparativo da estabilidade dimensional de moldes de alginato pelo método fotográfico**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Odontologia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 2016.
- BRITO, A. R. S. B. **Da moldagem a construção das dentaduras completas**.Tese de concurso à docência. Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1946.
- CALMON, J. D. Q. et al. Estabilidade dimensional de moldes obtidos com alginato de armazenamento tardio. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 48, p. e20190098, 2020. Disponível em:< scielo.br/j/rounesp/a/qGzbrZJMZSqV83VKkHTWt9L/?format=pdf>. Acesso em 23 ago. 2024.
- CARVALHO, N.T., et al. **Conceitos de prótese sobre implante**.Atena Editora, Paraná, 2021.
- CHEN, S. Y.; LIANG, W. M.; CHEN, F. N. Factors affecting the accuracy of elastometric impression materials. **Journal of dentistry**, v. 32, n. 8, p. 603-609, 2004. Disponível:< Factors affecting the accuracy of elastometric impression materials - ScienceDirect>. Acesso em 23 ago. 2023.
- FONTE-BOA, Juliene Caetano et al. Análise dimensional de moldes de alginato após armazenagem. **Arquivos em Odontologia**, v. 52, n. 2, 2016. Disponível em:< Análise dimensional de moldes de alginato após armazenagem (bvsalud.org)>. Acesso em 23 ago.
- HASAN Ö. et, al. The effect of pouring time on the dimensional stability of casts made from conventional and extended-pour irreversible hydrocolloids by 3D modelling, **Journal of Dental Sciences**, Volume 10, Issue 3, 2015. Disponível em:< The effect of pouring time on the dimensional stability of casts made from conventional and extended-pour irreversible hydrocolloids by 3D modelling - ScienceDirect. Acesso em: 23 ago. 2024.
- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua**, 2019.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 21563/2021. General requirements for the competence of testing and calibration laboratories. Genebra: **ISO**; 2023.
- PEGORARO, L.F. et al. **Prótese Fixa. Bases para o planejamento em Reabilitação Oral**.

Amanda Correia de Paula, Amanda Naira Oliveira Rocha, Humberto Saymon Matos de Souza Saulo, Gonçalves de Abreu

2ªed. Artes Médicas, São Paulo, 2013.

SHILLINGBURG, H.T., HOBO, S.; WHITSETT, L.D. **Fundamentos de prótese fixa**. 3 ed., Quintessence Publishing Co. Rio de Janeiro. 2011.

SIVIERO, Yasmin Christi et al. GradO-o16 Toxicologia clínica do alginato. **ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION**, v. 5, 2016. Disponível em:> Vista do GradO - o16 Toxicologia clínica do alginato (emnuvens.com.br). Acesso em 23 ago. 2024.

TURANO, J.D.; TURANO, L.M. **Fundamentos da Prótese Total**. 8 ed. São Paulo: Quintessence, 2007.

ZENS, Marlyni A. et al. Estabilidade dimensional linear de alginatos de última geração em função do tempo de armazenagem dos moldes. **Brazilian Oral Research**, v. 28, p. 414, 2014.



Cuidados paliativos: atuação da psicologia no contexto oncológico¹

Palliative care: the role of psychology in the oncological context

FELIPE LEAL DE OLIVEIRA

JÉSSICA MENDES SANTOS

LUCAS VINICIUS ALVES DOS SANTOS

RENATO APARECIDO DE SOUZA

TATIANA HONÓRIO PEREIRA

THAIS AGUIAR DE OLIVEIRA

VINICIUS GOMES DE ARAÚJO

Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário UniArnaldo

PAULO ROBERTO DA SILVA JÚNIOR

Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia (UFMG). Docente da UniArnaldo – Centro Universitário e da Faculdade Ciências Médicas - MG, Belo Horizonte/MG, Brasil. Email: paulosilva.junior@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar as estratégias adotadas por profissionais da psicologia nos cuidados paliativos a pacientes com câncer e a seus familiares, além de avaliar os progressos e limitações nesse campo. A metodologia empregada foi qualitativa e exploratória, com uma revisão bibliográfica integrativa de artigos científicos relevantes e a realização de entrevistas presenciais com duas psicólogas atuantes no contexto oncológico. A análise revelou que um desafio vivenciado pelas psicólogas refere-se à amenização do desespero de uma família ou cuidador que deseja fazer de tudo para que seu ente permaneça vivo, sem considerar, muitas vezes, a vontade do principal envolvido. Outro desafio refere-se à limitação do tempo para auxiliar o paciente dentro de sua individualidade a ressignificar sua vida frente à morte,

¹ Este artigo é resultado do Estágio Supervisionado Básico II do Curso de Psicologia da UniArnaldo – Centro Universitário. Nesse estágio os(as) alunos(as) devem realizar uma pesquisa qualitativa exploratória sobre a atuação prática do(a) psicólogo(a).

levando-se em consideração a terminalidade rápida em alguns tipos de câncer. Conclui-se que os cuidados paliativos têm como objetivo oferecer proteção e conforto aos/às pacientes e familiares em momentos difíceis, e o profissional da Psicologia cumpre um importante papel nesse processo, mas deve estar atento sobre como a sobrecarga emocional e as dúvidas sobre como ajudar pacientes terminais podem afetar sua saúde mental.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Psico-Oncologia; Terminalidade da vida.

ABSTRACT

This research sought to analyze the strategies adopted by psychology professionals in palliative care for cancer patients and their families, in addition to evaluating the progress and limitations in this field. The methodology used was qualitative and exploratory, with an integrative bibliographic review of relevant scientific articles and face-to-face interviews with two psychologists working in the oncology context. The analysis revealed that one challenge experienced by the psychologists refers to alleviating the despair of a family or caregiver who wants to do everything to keep their loved one alive, often without considering the wishes of the main person involved. Another challenge refers to the limited time to help the patient, within their individuality, to give new meaning to their life in the face of death, taking into account the rapid terminality of some types of cancer. It is concluded that palliative care aims to offer protection and comfort to patients and their families in difficult times, and the Psychology professional plays an important role in this process, but must be aware of how emotional overload and doubts about how to help terminally ill patients can affect their mental health.

Keywords: Palliative Care; Psycho-Oncology; End of life.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute a origem dos cuidados paliativos e os desafios enfrentados pelos psicólogos que trabalham com pacientes oncológicos em tratamento paliativo. Na cultura ocidental, a morte ainda é vista como um tabu, e as pessoas buscam curas, o prolongamento da vida e mesmo a evitação da morte. Contudo, ao longo da história, houve evoluções nesse entendimento. No século IV a.C., pessoas com doenças terminais não recebiam apoio devido à ética da época, que fazia com que os médicos temessem desafiar a morte. Mas, com a propagação do Cristianismo a partir do século IV d.C., surgiram as primeiras instituições destinadas a cuidar de doentes em Roma, e o termo "hospice" passou a identificar esses locais. No século XI, os cruzados criaram casas para doentes incuráveis, e no século XIX, iniciativas associadas a ordens religiosas, como as de Jeanne Garnier e Mary Aikenhead, começaram a aparecer. O movimento moderno dos cuidados paliativos teve início, por sua vez, com

o St. Christopher's Hospice, em Londres, Inglaterra, em 1967, graças sobretudo aos esforços da ex-enfermeira inglesa Cecily Saunders. A partir daí, os cuidados paliativos se desenvolveram, incluindo programas domiciliares para controlar a dor e entender as necessidades dos doentes e suas famílias. Em 2014, esses cuidados estavam presentes em mais de 115 países, marcando um desenvolvimento exponencial.

Os cuidados paliativos surgiram em Londres e foram oficialmente reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde em 1990 (OMS, 1990), visando a melhorar a qualidade de vida de pacientes com doenças graves e terminais, com foco no conforto físico e emocional, bem como no apoio aos familiares. Essa abordagem é uma resposta ao aumento da longevidade de pacientes submetidos(as) a tratamentos médicos avançados, que os impactam não apenas fisicamente, mas também psicologicamente. Nesse sentido, os cuidados paliativos têm como objetivo oferecer proteção e conforto aos(às) pacientes em momentos difíceis. Em sua raiz, a palavra "paliativo" deriva do latim *pallium*, que significa "manto" ou "cobertor", simbolizando a proteção contra as adversidades da vida, como o sofrimento. No entanto, a atuação do(a) psicólogo(a) nesse contexto pode ser desafiadora, uma vez que ele lida com questões profundas relacionadas à vida e à morte. Isto se dá porque a sobrecarga emocional e as dúvidas sobre como ajudar pacientes terminais podem afetar sobremaneira esses(as) profissionais.

Os(as) pacientes, por outro lado, passam por mudanças significativas em suas vidas, como a dependência de outras pessoas, mudanças na rotina, medo da morte e constante luta para manter a esperança. Em face desse novo paradigma, o(a) psicólogo(a) desempenha um papel crucial ao ajudá-los(as) a ressignificar suas vidas e encarar a finitude com resiliência. Entretanto, essa atuação pode gerar reflexões profundas nos(as) psicólogos(as), levando-os(as) a angústias e dúvidas sobre o conceito de sofrimento e a própria compreensão da dor e da morte. O(a) psicólogo(a) atuante em cuidados paliativos está em constante sobrecarga emocional, pois, diferentemente da prática clínica, lida com a certeza de que muitos(as) pacientes irão falecer, tornando o futuro incerto. Assim, de modo a conciliar e superar esses desafios, os(as) psicólogos(as) precisam buscar sua própria integridade emocional e trabalhar em equipe para proporcionar bem-estar aos(às) pacientes. O objetivo central desses(as) profissionais no contexto oncológico é, em suma, ajudar os(as) pacientes

a enfrentarem a doença, encontrarem sentido em suas vidas e melhorar sua qualidade de vida durante o processo de adoecimento.

Portanto, este trabalho visa a esclarecer os desafios enfrentados pelos(as) psicólogos(as) em cuidados paliativos para pacientes oncológicos terminais, com o fim de destacar a importância do apoio multidisciplinar e do cuidado com o bem-estar dos(as) profissionais.

No decorrer de nossa existência, estamos todos(as) sujeitos(as) a vivenciar diversas enfermidades, e, diante dessa inerente condição humana, pacientes com prognósticos oncológicos recebem destaque, pois o câncer é uma doença que carrega um grande estigma, posto que, mesmo não sendo agressivo em muitos casos, sempre provoca uma profunda reflexão nos(as) que são acometidos(as) por ele, seja pelo modo como vivem, pela busca de novos valores e perspectivas, mas principalmente pela possibilidade de terem de vivenciar a própria morte. Os tratamentos, que geralmente são muito agressivos, por vezes levam os(as) pacientes a ficarem dias ou meses incapacitados(as) e limitados(as) de fazerem as coisas que sempre fizeram, mesmo as mais corriqueiras. Inevitavelmente, tudo isso força o indivíduo a mudar e repensar sua forma de viver. Logo, diante de todas essas adversidades, dores físicas e emocionais provocadas por esse prognóstico, o presente estudo busca compreender a importância do papel e da rotina do(a) psicólogo(a) atuante em cuidados paliativos na ressignificação da vida dos(as) pacientes.

Portanto, este artigo visa contribuir com a ampliação destes conhecimentos; divulgar as técnicas realizadas por psicólogos(as) atuantes no contexto paliativo; mostrar as precariedades e os desafios contidos no dia a dia desses(as) profissionais; e atrair mais investimentos no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a atuação ativa do psicólogo(a) em cuidados paliativos, com vistas a um atendimento mais individualizado, especializado e humanizado.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Cuidados Paliativos

O adoecimento traz consigo inúmeras consequências frente aos indivíduos acometidos pela doença, porquanto essas pessoas passam por diversos desgastes

físicos e psicológicos ao se submeterem ao processo de enfrentamento da enfermidade. Diante desses esgotamentos, emergiu-se a urgente demanda por profissionais capazes de oferecer conforto e bem-estar para os(as) pacientes durante esse período angustiante, e foi a partir desta necessidade que surgiram os cuidados paliativos. O termo "Cuidados Paliativos" foi cunhado no início da década de 1970 por um cirurgião canadense chamado Balfour Mount. Inicialmente, o termo foi incorporado ao movimento hospice moderno, que anteriormente usava o termo "cuidado hospice" para designar a filosofia na prática, ou a própria clínica do cuidado, que se fundamentava em princípios éticos e humanos para garantir a dignidade até o fim da vida. Mas foi somente em 1990 que a OMS (Organização Mundial da Saúde) estabeleceu os Cuidados Paliativos como uma modalidade de assistência aos adoecidos. Em sua elaboração, a OMS define os cuidados paliativos como sendo:

Uma abordagem que melhora a qualidade de vida dos pacientes – adultos e crianças – e das suas famílias que enfrentam problemas associados a doença ameaçadora de vida. Ela previne e alivia o sofrimento mediante a identificação precoce, a avaliação e o tratamento impecáveis da dor e de outros problemas, sejam eles físicos, psicossociais e espirituais. (OMS, 2002, p. 1, tradução nossa).

Em suma, o Cuidado Paliativo, em sua prática, deve se adequar às condições e aos recursos de cada região ou país, além de considerar as dimensões culturais e especificidades de cada população (CREMESP, 2008). Nesse sentido, no Brasil, o Ministério da Saúde regulamenta a prática dos cuidados paliativos através de portarias, resoluções, como exemplo a Portaria nº 19, publicada no Diário Oficial da União em 03 de janeiro de 2002, que considera a dor como uma das principais causas de sofrimento humano, repercutindo na esfera psicossocial e econômica e configurando-se, pois, como um problema de saúde pública. Assim, percebe-se que os cuidados paliativos não têm como foco curar a doença do(a) paciente, mas, sim, gerar bem-estar e qualidade de vida para diminuir o sofrimento e contribuir para que ele(a) tenha uma morte mais tranquila (BRASIL, 2002). Nesse contexto, profissionais inseridos(as) na atuação paliativa estão em constante exposição a conteúdos emocionalmente intensos relacionados às doenças e à morte dos(as) pacientes, pois eles(as) precisam estar presentes e entregues ao outro de forma fidedigna, humanitária e profissional (Rokach, 2005).

A partir dos estudos de Hermes e Lamarca (2013) com base em ações no campo da psicologia, notou-se que os estudos referentes aos cuidados paliativos estão carregados de sentido humanitário, isso porque o trabalho do(a) psicólogo(a) vai além do diagnóstico e do cuidado complementar. Nessa ótica, o trabalho da psicologia é, sob vários aspectos, maior do que o de outros componentes da equipe médica, já que os cuidados paliativos envolvem mais a mente e seu equilíbrio. Dessa maneira, embora haja a posição de autores(as) como Castro (2001), que defendem que os trabalhos dos(as) médicos(as) e dos(as) psicólogos(as) se equiparam, há outros, como Hermes e Lamarca (2013), que colocam a psicologia em um grau de importância maior, por sua maior proximidade com o(a) paciente. De todo modo, na atuação dos cuidados paliativos, é fundamental que esse exercício ocorra de forma mútua entre psicólogos(as), familiares e demais profissionais atuantes na saúde paliativa, pois assim garante um melhor atendimento e uma geração de bem-estar mais significativa no(a) paciente para o enfrentamento da enfermidade – e da finitude. Ou seja, os cuidados paliativos devem ser prestados por uma equipe multidisciplinar que inclua, no mínimo, médicos(as), enfermeiros(as), assistentes sociais e psicólogos(as), que devem assegurar o alívio da dor causada pela doença de forma aberta e otimista. Nos casos de doenças críticas com alta taxa de mortalidade, o foco está na qualidade de vida. No entanto, todos os cuidados devem ser prestados assim que a doença for diagnosticada, de maneira a possibilitar o bem-estar físico, psicológico e espiritual do indivíduo (Roletto, 2013). Outro fator que deve ser considerado é que pacientes adultos e pacientes crianças/adolescentes possuem peculiaridades de tratamento, estratégias de abordagem e planejamento diferenciados (Reigada, Pais-Ribeiro, Novellas & Pereira, 2014). No que se refere às crianças, por exemplo, há uma relação de dependência com o adulto que é abordada por Floriani (2010), o qual afirma que “muitas crianças apresentam importante comprometimento mental, emocional e de comportamento, o que as torna totalmente dependentes de cuidados continuados de seus pais e demais familiares” (p. 2). Já os adultos possuem diferentes formas de lidar com cada situação, de modo que alguns assemelham-se às crianças, no que se refere a relações de dependência, enquanto outros possuem maior independência. De acordo com Reigada et al. (2014), para se estabelecer os

cuidados paliativos é fundamental olhar o ser humano de forma individualizada, uma vez que, nas palavras dos(as) autores:

Cada ser humano possui uma realidade interna formada pelo que se poderia chamar de “sedimentação de experiências”, isto é, uma realidade interna intimamente ligada a um processo em que se misturam sentimentos, afetos, relações e recordações resultantes do intercâmbio entre o meio e o sujeito. Face a realidades externas similares, o indivíduo pode desenvolver realidades internas muito diferentes. (REIGADA et al., 2014, p. 160-161).

Contudo, sabemos que ainda é preciso muita pesquisa e aprofundamento no que se refere aos cuidados paliativos, bem como uma inserção do assunto na formação do(a) profissional de psicologia. Dessa forma, se tais tópicos forem incorporados com mais veemência e seriedade pelos setores acadêmicos e hospitalares da sociedade, esse(a) profissional será ainda mais capacitado(a) a proporcionar a todos os indivíduos envolvidos no contexto dos cuidados paliativos a verdadeira essência de resignificação da vida.

2.2 Tratamento de Pacientes Oncológicos

Ao pensar o tratamento de pacientes oncológicos em cuidados paliativos, Gottwald Junior e Szczerepa (2018) evocam uma ideia relevante, ao passo que tal condição atinge milhões de pessoas no Brasil. Além disso, outro dado importante a se considerar é que a ideia pré-concebida de que o câncer é incurável, bem como a sua suposta cura muitas vezes anunciada por vários meios de comunicação, provoca, como consequência ao(a) paciente, a incerteza acerca da eficácia do tratamento. Sendo assim, muitos recorrem à religião, que, de acordo com os(as) autores(as) supracitados(as), pode ser tanto um entrave clínico quanto um apoio psicológico benéfico ao(a) paciente:

Se uma relação de fanatismo for constatada [ao ser observada pelo psicólogo], é necessário que haja intervenção, pois, o fanatismo religioso pode levar a uma compreensão cega de que o tratamento não funcionará, mas que o transcendente pode intervir na melhoria das condições físicas do paciente. Entretanto, [...] se a relação com o religioso não chegar a ponto de o indivíduo centrar toda sua trajetória no transcendente, é possível que a ligação com o espiritual se efetive enquanto benéfica. (GOTTWALD JUNIOR, SZCZEREPA, 2018, p. 87).

Nos cuidados paliativos, ouvir o(a) paciente e entender suas vontades são formas de buscar o controle dos sintomas físicos pelo aporte da medicina e da enfermagem, mas um outro ponto a ser considerado é que a assistência deve ir além das necessidades físicas e emocionais do(a) paciente; portanto, deve-se reconhecer que a espiritualidade pode ajudar no bem-estar e na qualidade de vida do(a) enfermo ao se aproximar da morte. Por sua vez, a tecnologia, segundo Gottwald Junior e Szczerepa (2018), pode ter um papel humanizador ou, em alguns casos, desumanizador nas relações entre pacientes e cuidadores(as). Isto é verificado quando o(a) paciente recebe, por intermédio do(a) psicólogo(a) e de demais cuidadores(as), mensagens motivadoras, quando ele(a) ouve músicas relaxantes, acompanha vídeos e diversas opções acessíveis online e digitalmente, porém não é aconselhável a ele(a) ter a sua atenção somente direcionada à tecnologia, pois esta promove muitas vezes a desumanização, como o distanciamento entre paciente e cuidadores(as). Ainda de acordo com os(as) autores(as), é válido promover um tratamento humanizado ampliando as abordagens além da área médica e trazendo o psicólogo(a) e outros(as) profissionais como uma equipe multidisciplinar na ajuda às necessidades do(a) paciente oncológico. Já as autoras Melo, Valero e Menezes (2013), juntamente com sua referência de apoio, ao tratarem o(a) paciente oncológico, citam a importância de se realizar uma “escuta interessada” e uma “companhia viva” como forma de amenizar a situação dolorosa em que o(a) paciente se encontra, além de ser necessário respeitar o processo psicanalítico de enfrentamento por parte do doente, que consiste em negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Sendo assim, em se tratando do atendimento de intervenção psicológica, essa abordagem

requer do profissional a consciência de que é possível o paciente comunicar seus sentimentos por meio de imagens mentais e representações verbais que surgem espontaneamente ao longo da interação que se estabelece, possibilitando a manutenção do contato com áreas e fenômenos psíquicos raramente explorados. (MELO et al., 2013, p. 462).

Logo, a participação do(a) psicólogo(a) ao longo do período oncológico favorece o(a) paciente na ressignificação deste tempo difícil, no sentido de fazer com que este obtenha pensamentos reconfortantes sobre a morte, elaborando assuntos pendentes, despedidas, silêncios e outras situações que adequem as suas expectativas e esperanças. Dentro deste prisma, o(a) psicólogo(a) utiliza vários

instrumentos em seu ofício para com o(a) paciente, e dentre eles está o recurso da exploração das fantasias, que geralmente trazem pontos de dor e pânico. Mas, ao abordar o tema e falar sobre a morte, esse(a) profissional permite ao(a) paciente um trajeto mais leve perante o sofrimento, cercado do amor da família e dos(as) amigos(as), bem como ajuda a florescer uma personalidade mais positiva nele(a).

Portanto, (os)as autores(as) propõem que haja durante o período oncológico um tratamento humanizado e que procure observar as necessidades psíquicas do(a) doente, de modo a perpassar o processo de enfrentamento, sendo relevante neste caminho a participação do(a) psicólogo(a).

2.3 A Psicologia nos Cuidados Paliativos e a ressignificação da vida

Nas sociedades antigas considerava-se que a passagem da vida para a morte era um processo natural, confortável e que não precisava de intervenção, posto que a cultura e a religião se encarregavam de fornecer um significado à morte, dando-lhe um lugar abrangente na experiência humana (Amorim & Oliveira, 2010). No entanto, atualmente entendemos que uma das principais funções do(a) psicólogo(a) em cuidados paliativos é desenvolver novos direcionamentos aos critérios concernentes à qualidade, ao valor e ao significado da vida frente à morte. De modo mais preciso, significa dar condições ao(a) paciente de lidar com essa situação e redescobrir o sentido da vida no momento vivenciado por ele(a). Nesse contexto, para o(a) psicólogo(a) é evidente a importância da formação profissional e o apoio da equipe multiprofissional entre si, pois é “essencial que este profissional assuma uma atitude terapêutica caracterizada pela escuta, pela compreensão das necessidades destas pessoas. Zelando e promovendo cuidado humanizado” (Pedreira, 2013, p. 12). Segundo o psicólogo humanista Carl R. Rogers (1983), a função do psicólogo(a) é, em linhas gerais, estabelecer a comunicação entre o(a) paciente, a família e a equipe de saúde, facilitando a construção de espaços para a escuta de todos(as), escutando-se o não dito, as metáforas, a linguagem simbólica, tudo aquilo que está nas entrelinhas do que está sendo verbalizado. Baseado nessa prática, o(a) profissional transfere o foco de sua atenção para o indivíduo e não para a doença. Portanto, o(a) psicólogo(a) atua como um norteador de visões e um acolhedor(a) de angústias, promovendo uma assistência psicológica humanizada (Pedreira, 2013). A doença e a

morte fazem com que esses propósitos sejam despertados, cabendo ao(a) psicólogo(a) e toda a equipe multiprofissional de saúde em cuidados paliativos tentar decifrá-los, através de cuidados que visem a acolher, preservar, acarinhar e dar condições físicas, mentais, espirituais e sociais, além de preservar ao máximo a autonomia funcional do(a) paciente.

De acordo com Nunes (2009), a atividade junto aos cuidados paliativos promove indagações e desafios, aos quais o(a) psicólogo(a) deve responder criativamente buscando fundamentar seu trabalho num referencial teórico consistente (psicanálise, psicologia analítica, psicologia social, análise do comportamento, fenomenologia, entre outros). Todavia, o “preconceito” contra a morte acaba impedindo a realização de procedimentos mais humanizados e significativos no contexto dos cuidados paliativos. Para mais, o manejo da aproximação sociofamiliar é apontado como fundamental por Comas, Schröder e Villaba (2003), que sugerem que o(a) psicólogo(a) atue a fim de desbloquear a comunicação entre paciente e família, de forma a esclarecer reações como mutismo, hostilidade e confusão, além de proporcionar periodicamente informações sobre a doença que possam ser úteis ao paciente para facilitar a comunicação com a família e promover formas de cuidado, estimulando a participação dos(as) familiares/cuidadores(as). Estar à frente da morte não imuniza, contudo, o homem da angústia diante da finitude existencial, nem tampouco alivia a dor inerente aos processos de luto necessários à elaboração das perdas e à dissipação dos medos evocados pela morte. Desse modo, vê-se a necessidade da humanização no atendimento e do papel consciente do(a) próprio(a) paciente, cujos direitos e autonomia devem ser respeitados.

Diante do aspecto paliativo no que concerne ao cuidado, o(a) paciente tem o direito de recusar tratamentos quando sente que a sua qualidade de vida está ameaçada, para que possa finalizar a sua existência com dignidade, da maneira como deseja. Porém, é perceptível na sociedade contemporânea a dificuldade de se encarar a morte desta maneira. A partir do diagnóstico realizado, deve-se contatar a equipe para informar verbalmente o diagnóstico e o plano de ação previsto, a fim de discutir possíveis recomendações de manejo da situação e da sintomatologia psicológica do(a) paciente (Comas et al., 2003). Nesse sentido, Castro (2001) recomenda que o(a) psicólogo(a) assessore a equipe médica no planejamento desta comunicação do

diagnóstico aos(as) envolvidos(as), respeitando as características emocionais individuais, possibilitando à equipe o manejo das reações emocionais. Além dos instrumentos para avaliação psicológica, Comas et al. (2003) ressaltam a possibilidade de se adotar os critérios diagnósticos do DSM-IV-TR (APA, 2002) adaptados para situações de doenças terminais, a fim de que se direcione o diagnóstico clínico final do(a) psicólogo(a).

Ainda na fase de avaliação, a atuação do(a) psicólogo(a) pode favorecer o apoio psicológico e a comunicação do diagnóstico ao paciente e sua família (Castro, 2001). Segundo Nunes (2009), a escuta clínica ao(a) paciente, como forma de intervenção psicológica em cuidado paliativo, permite ajudá-lo(a) a reconhecer e a transformar aspectos que trazem a ele(a) sofrimento e prejuízo, o que possibilita o início do acompanhamento psicológico o mais precocemente possível. No enfrentamento da falência do corpo e da saúde, surge a necessidade de se estabelecer uma ressignificação ainda possível para a vida. É como se a morte necessitasse de um novo sentido, o que é encontrado nos procedimentos paliativos, que conciliam a aceitação da morte através da construção de novos significados. Por isso, além dos cuidados físicos, os(as) profissionais de saúde precisam aprender a cuidar dos aspectos emocionais, visto que o(a) paciente precisa de um suporte profissional adequado para poder se sentir acolhido(a) e seguro(a) para enfrentar com dignidade o momento da morte. Oportunamente, o(a) psicólogo(a) tem por função entender e compreender o que está envolvido na queixa, no sintoma e na patologia, para ter uma visão ampla do que está se passando com o(a) paciente e ajudá-lo(a) a enfrentar esse difícil processo, bem como dar à família e à equipe de saúde subsídios para uma compreensão melhor do momento de fase final da vida. Seu papel parte do princípio de educar os personagens desse cenário de dor e sofrimento quanto às atitudes diante da morte, bem como quanto à melhor maneira de resolver pendências e expressar emoções. Como profissional de saúde, o(a) psicólogo(a) tem, portanto, que observar e ouvir pacientemente as palavras e os silêncios, já que ele é quem mais pode oferecer, no campo da terapêutica humana, a possibilidade de confronto do(a) paciente com sua angústia e seu sofrimento na fase de sua doença, buscando superar os momentos de crise como a morte.

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória, no segundo semestre de 2022, com a adoção de dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica de artigos científicos sobre o tema Psicologia e cuidados paliativos oncológicos e entrevistas semiestruturadas com psicólogas que atuam na área oncológica.

Para a pesquisa bibliográfica foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal Periódico (CAPES), além de livros, o que proporcionou um conhecimento sobre a temática Psicologia e cuidados paliativos oncológicos.

Também, foram realizadas entrevistas semiestruturadas presenciais com duas psicólogas com idades entre 40 e 50 anos, que possuem formação e residência na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Ambas exercem a psicologia clínica e possuem experiência com cuidados paliativos junto a pacientes oncológicos.

Por intermédio de perguntas pontuais feitas a elas, buscamos extrair em suas respostas exemplos de ações e sua eficácia no tratamento do(a) paciente oncológico, bem como vislumbrar um panorama das dificuldades enfrentadas pelo(a) psicólogo(a) na sua atuação junto ao(a) paciente, trazendo o dia a dia e o olhar deste(a) para esse campo de atuação. As perguntas buscaram compreender 1) o que o(a) psicólogo(a) precisa em termos de ferramentas e/ou técnicas para tratar pacientes oncológicos terminais e qual/is caminho/s percorre junto com o(a) paciente para auxiliá-lo(a) na resignificação da vida; 2) de que maneira o(a) psicólogo(a), como mediador biopsicossocial, pode ajudar o(a) paciente a compreender a importância dos tratamentos, do convívio social e do cuidado com a saúde mental; 3) como o(a) psicólogo(a) se prepara academicamente para atender pacientes em cuidados paliativos em contexto oncológico terminal; 4) e, para além do(a) paciente, como o(a) psicólogo(a) cuida de sua própria saúde mental quando se depara com uma demanda de pacientes oncológicos terminais.

Antes do início da entrevista, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as psicólogas. Foram tomados todos os cuidados éticos na realização das entrevistas, ao não expor as entrevistadas a situações que causasse desconforto ou qualquer tipo de risco psicossocial.

As entrevistas foram gravadas com autorização das entrevistadas e, posteriormente, transcritas para utilização nas análises. O material utilizado respeita o estilo e a linguagem coloquial das entrevistadas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização das análises dos dados, buscaremos analisar como os materiais coletados na pesquisa bibliográfica se correlacionam com os resultados obtidos nas entrevistas.

Primeiramente, abordamos assuntos relacionados aos cuidados paliativos, de modo que optamos por contextualizá-los e esclarecer suas nuances. Como forma de elucidar o conceito de cuidados paliativos, a OMS o define como:

Uma abordagem que melhora a qualidade de vida dos pacientes – adultos e crianças – e das suas famílias que enfrentam problemas associados a doença ameaçadora de vida. Ela previne e alivia o sofrimento mediante a identificação precoce, a avaliação e o tratamento impecáveis da dor e de outros problemas, sejam eles físicos, psicossociais e espirituais. (OMS, 2002, p. 1, tradução nossa).

Nesse contexto, solicitamos que as duas psicólogas, que denominaremos como “M” e “D”, pudessem elucidar sobre a importância dos cuidados paliativos. Do ponto de vista da primeira entrevistada, os cuidados paliativos são elementos de ação centrais para garantir e “manter a dignidade daquela pessoa ali, mostrar que ainda há [um] sujeito ali a ser cuidado” (Entrevistada “M”). Já a segunda entrevistada considera que “os pacientes querem falar, às vezes são repetitivos, e, como as pessoas não têm paciência às vezes para escutar, o psicólogo tá ali para acolher todas essas dores, todas essas questões que vêm em conjunto com essa finitude tão perto” (Entrevistada “D”).

Dessa forma, as práticas paliativas surgem nesse contexto com o intuito de preparar os(as) profissionais para cuidar de pessoas com doenças que ameaçam sua capacidade de viver uma vida normal, com o fim de gerarem conforto, bem-estar, humanização, respeito e qualidade de vida. Dito de outra forma, o(a) paciente deve ser tratado(a) como um ser humano único, merecedor de atenção e dignidade, dotado de uma história de vida repleta de experiências vividas e compartilhadas com

familiares e cuidadores(as) que se refletem, principalmente, em momentos de dor e angústia, e que merecem ser respeitados até o fim (Melo, 2012).

Ambas as entrevistadas concordam que cada pessoa tem consigo experiências, que são frutos de seu próprio contexto histórico, fazendo com que os(as) profissionais da psicologia enxerguem os(as) pacientes de forma individualizada e de uma forma interventiva diferente, já que são pessoas diferentes, o que está de acordo com os apontamentos de Reigada et al. (2014).

A entrevistada “M”, num outro momento da entrevista, ressalva também a importância de manter a dignidade do paciente, mostrando a existência de uma pessoa ali naquele corpo, apesar da doença. Nesse mesmo sentido, Pedreira (2013) destaca a importância de o(a) profissional assumir uma postura terapêutica, a qual se constitui pela escuta e pela compreensão das necessidades dos(as) pacientes em cuidados paliativos, o que promoveria um cuidado mais humanizado.

Em relação às práticas profissionais, o(a) psicólogo(a) deve criar ações psicoeducativas, viabilizando a todos(as) uma reflexão dos conceitos e pensamentos diante da ideia de morte e auxiliando na elaboração de ferramentas que possam trabalhar os sentimentos e as demandas relacionados à condição do paciente (Pedreira, 2013). Para nortear as atividades do(a) psicólogo(a) com os cuidados paliativos, Melo (2012) propôs uma lista para a prática profissional, a qual preconiza iniciativas como:

- Exercer as atividades em equipe multidisciplinar;
- Servir de elo entre paciente/família e a equipe de saúde;
- Proporcionar apoio psicológico para a busca do bem-estar do(a) paciente;
- Propor ações que visem a sensibilizar a equipe de saúde que está em contato direto com o(a) paciente fora do alcance terapêutico;
- Fazer escuta psicológica;
- Usar técnicas de esclarecimento;
- Trabalhar os processos de morrer em seus aspectos conceituais e vivenciais;
- Acompanhar o(a) médico no ato da comunicação de óbitos e assistir aos(as) familiares;

- Fazer um trabalho pessoal para obter uma prática humanizada.

No desenvolvimento das entrevistas com as psicólogas, elas foram questionadas sobre os desafios/dificuldades na aplicação dos cuidados paliativos, e a entrevistada “D” destacou:

A principal dificuldade é o não envolvimento com o paciente, porque o psicólogo, ele é um agente, porém ele está aprendendo e trocando experiências, e [está aprendendo também] que o psicólogo precisa desenvolver o olhar para a morte e compreender o sentimento de angústia gerado em prol da morte e o ambiente [oncológico, neste caso] em que está contido. (Entrevistada “D”).

Nesse mesmo contexto, de acordo com a entrevistada “M”:

os desafios é a inserção do psicólogo naquele ambiente, e o fato do psicólogo ser um ser humano como o outro que está ali fazem com que os mesmos absorvam aqueles sentimentos, gerando desgastes, e [entendam] que é necessário que os psicólogos atuantes nessa área dos cuidados paliativos possuam supervisão e acompanhamento psicológico. Outro desafio é o fato das limitações do profissional atuante, porque, diferente do atendimento no consultório, o profissional tem que lidar com a incerteza do tempo, pois não se sabe até quando vai poder ser estabelecido o contato com o paciente, fazendo com que ocorra questionamentos sobre a própria atuação profissional em relação ao que poderia ter sido feito para o melhor atendimento desse paciente acometido pela enfermidade, gerando o sentimento de angústia do mesmo. (Entrevistada “M”).

Sendo assim, diante dos desafios postulados pelas psicólogas, nota-se que as falas ditas por ambas refletem os desgastes ocasionados pelo ambiente e as limitações da profissão atuante. Conforme os referenciais teóricos, segundo Rokach (2005), profissionais inseridos(as) na atuação paliativa estão em constante exposição a conteúdos emocionalmente intensos associados ao adoecimento e à morte dos(as) pacientes, contexto em que, mesmo diante de tais adversidades, esses profissionais precisam estar presentes e se entregar ao outro de forma fidedigna, humanitária e profissional. Por fim, outro desafio postulado pelas psicólogas é a incerteza do tempo, pois não se sabe até quando vai poder ser estabelecido o contato com o(a) paciente, fazendo com que ocorra questionamentos sobre a própria atuação profissional sobre ao que poderia ter sido feito para o melhor atendimento desse(a) paciente, gerando sentimento de angústia do mesmo(a).

Segundo Nunes (2009), o acompanhamento psicológico deve acontecer o mais precocemente possível, tendo em vista que, com a falência do corpo e da saúde, surge a necessidade de se (re)estabelecer um significado para a vida, e nos cuidados paliativos novos significados são encontrados. Por corolário, a ressignificação da vida se configura como um processo construído entre psicólogo(a) e paciente, no qual a vontade de quem mais importa é sempre a do(a) paciente, conforme afirma a entrevistada “M” em sua fala:

Eu falo assim: que você quer agora? Cê quer qualidade, cê quer praticidade? O que você quer? O que você chama de vida? Aí [o paciente diz:] “ah, eu chamo de vida isso e isso”. O que você está propondo é vida para você? Tentar um transplante, tentar isso, tentar aquilo. “Não, ‘M’, não é vida.” Então você tem que pensar o que você chama de vida. “‘M’, vida para mim é morrer tentando.” Então vamos morrer tentando. Aí [essa importante determinação] depende do meu paciente. (Entrevistada “M”).

Embasado no conceito de cuidados paliativos já apresentado nas etapas anteriores deste projeto de pesquisa, o(a) psicólogo(a) atuante precisa tentar, como explicado por Pedreira (2013), abordar as condições físicas, sociais, mentais e espirituais do(a) paciente, e ainda preservar ao máximo a autonomia funcional deste(a). Todavia, segundo argumenta a entrevistada “M”, essa autonomia para pacientes oncológicos por vezes não é facilitada:

Teve pacientes que me pediram lealdade. Tipo assim, mas eram situações muito ímpares assim: “‘M’, eu preciso de um psicólogo aqui porque eu tenho que resolver coisas que vão além da esfera familiar, então preciso que você seja meu braço ali. Pelo que seu CRP, sei que você não vai poder quebrar isso, então não tenha contato com a minha família”. Porque realmente, paciente paliativo, ele fica muito dentro de uma bolha, então para que ele tenha autonomia de fazer algumas coisas em lei, é mais complicado pra ele, por incrível que pareça. (Entrevistada “M”).

A entrevistada “M” destaca que a morte segue processos que muitas das vezes não são entendidos, e, estando muitas pessoas não plenamente cientes dessa realidade. Ela, também, pondera que devemos respeitar a passagem do outro pela vida. Em suma, no afunilar das situações frente à finitude, o que traz um sentido à vida é o encontro com a morte de forma “dolorida”, uma dor que é linda, tal como declara a entrevistada “M” ao mencionar como foi sua proximidade com a morte em experiência pessoal.

O(a) psicólogo(a), ao atuar com o paciente em cuidados paliativos, acessa suas informações sobre sua saúde, possibilitando, através de perguntas diretas sobre os significados de vida e de morte, a elaboração de momentos-chave que podem dar significado à vida do mesmo (Comas et al., 2003). Mendes, Lustosa e Andrade (2009) afirmam por sua vez que o(a) paciente muitas vezes prioriza esta atitude de denegação, a fim de deixar uma boa imagem antes de morrer, solicitando auxílio à equipe, que muitas vezes encontra dificuldades para prover este suporte, em função do despreparo profissional para lidar com a morte.

Na prática, a atuação em cuidados paliativos fica entre dois limites opostos: de um lado, a convicção profunda de não se abreviar a vida; de outro, a visão de não se prolongar a agonia, o sofrimento e a morte. Assim, entre o não matar e o não prolongar situa-se o *cuidar*, o qual demonstra que o sujeito precisa de ajuda em todos os seus processos, incluindo o nascer e o morrer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa finitude é uma certeza, mas a evolução nos trouxe tecnologias que nos permitem prolongar a vida. No entanto, sabe-se que postergar a morte até pode nos aliviar das dores físicas, mas nos faz prisioneiros(as) no que se refere ao sentir. Quando estamos de frente de fatores que nos fazem nos aproximar da finitude, necessitamos de apoio psicológico para enfrentar esse momento de incerteza.

Diante disso, os(as) pacientes terminais vivem um grande dilema: de um lado, tratamentos que prolongam o tempo de vida; de outro, os cuidados paliativos que promovem a qualidade de vida. Diante desses caminhos, o paciente muitas vezes se sente perdido e precisa do apoio de um(a) psicólogo(a). Por seu turno, os desafios desses(as) profissionais estão voltados para amenizar o desespero de uma família/cuidador(a) que deseja fazer de tudo para que seu ente querido permaneça vivo, sem ao menos considerar a vontade do(a) principal envolvido(a) – o(a) paciente; e ainda, pela limitação do tempo para auxiliar o(a) paciente dentro de sua individualidade, para ressignificar sua vida frente à morte.

Com base nesses pontos, este estudo visou analisar os esforços de psicólogos(as) que se dedicam a práticas de cuidados paliativos, bem como a

esclarecer a importância da atuação, seus desafios e limitações na área, além de apontar os avanços sócio-históricos com o passar dos anos.

A partir da literatura pesquisada e em consonância com o conteúdo das entrevistas realizadas sobre a *práxis* da atuação do(a) psicólogo(a) em cuidados paliativos no contexto oncológico, compreende-se que os(a) profissionais atuantes nos contextos paliativos estão sujeitos(a) a maiores desgastes devido ao acometimento da inserção nos campos paliativos, já que eles(a) muitas vezes carecem de amparo intelectual pela ausência de uma formação adequada, bem como de pesquisas na área de atuação que possibilitem que o(a) profissional formado(a) em psicologia receba a demanda e trate seus(suas) pacientes baseando-se em uma ciência fundamentada, a qual forneça resultados tangíveis.

Dessa forma, o(a) psicólogo(a) acaba contando com o sucesso através da prática, visto que, mesmo diante dos fatores exaustivos, precisa realizar de forma fidedigna e eficaz os atendimentos dos(as) pacientes, realizando a dicotomia dos aspectos pessoais/psíquicos e profissional, como também conseguir lidar com a incerteza do tempo nos atendimentos. Destaca-se, ainda, a necessidade do psicólogo(a) inserido(a) nesse campo de atuação, assim como a da equipe multidisciplinar que acompanha o(a) paciente, de ter ele(a) mesmo um bom acompanhamento psicológico, com a devida supervisão de outros(as) profissionais da área, para garantir a preservação deste(a) profissional atuante e um melhor atendimento para quem recebe os cuidados paliativos.

No que se diz respeito à função do psicólogo em cuidados paliativos, de acordo com Roletto (2013), compreende-se que o(a) psicólogo deve criar ações educativas que permitam ao paciente (e, indiretamente, a todos(as) os(as) envolvidos(as) em sua vida) possuir um encontro genuíno com a morte, a fim de ressignificar essa etapa, pois apenas quando o(a) psicólogo(a) consegue se encontrar com sua própria finitude é que ele se torna capaz de ajudar o paciente a ressignificar o seu morrer e ainda a decidir de que forma este deseja partir e se despedir dos seus entes queridos que ficarão.

A ética profissional deve caminhar lado a lado com os dispositivos e as técnicas adotados pelo(a) psicólogo(a), mas também com o que o paciente solicita que o(a) profissional faça para ajudá-lo(a) no seu processo de terminalidade.

Por fim, este trabalho não tem o objetivo de responder a todas as questões envolvidas no tema, mas sim de abrir caminhos para novas pesquisas na área da psicologia voltada para a atuação de profissionais do contexto oncológico que optam pelos cuidados paliativos, assim como de propor revisões de grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia que preparam os(as) alunos(as) para atuarem nessa área tão carente de estudos e teorias aprofundados. Para mais, espera-se que as reflexões e os apontamentos aqui levantados possam contribuir a cada dia para a promoção de um atendimento mais humanizado por parte do(a) profissional da psicologia juntamente com a equipe multidisciplinar, de modo que agregue valor tanto ao(a) paciente quanto ao familiar/cuidador(a).

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2002). **DSM-IV TR**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed.

AMORIM, W. W.; OLIVEIRA, M. G. (2010). **Cuidados no final da vida**. *Saúde Coletiva*, 43(7), 198. Recuperado a partir de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84215109002>.

BRASIL. (2002). Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 19, de 03 de Janeiro de 2002**. Brasília.

CASTRO, D. A. (2001). **Psicologia e ética em cuidados paliativos**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(4), 44-51. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S141498932001000400006>>. Acesso em 05 mai. 2024.

COMAS, M. D., SCHRÖDER, M. & Villaba, O. (2003). **Intervención psicológica en una unidad de cuidados paliativos**. In: E. Remor, A. Pilar & S. Ulla (Eds.). *El psicólogo en el ámbito hospitalario* (pp. 777-813). Bilbao. Editorial Desclée de Brouwer.

CREMESP (2008). **Cuidado Paliativo**. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

FLORIANI, C. A. (2010). **Cuidados paliativos no domicílio**: desafios aos cuidados de crianças dependentes de tecnologia. *Jornal de Pediatria*, 86(1), 15-20. DOI: 10.2223/JPED.1963.

HERMES, H. R., LAMARCA. I. C. A. (2013). **Cuidados paliativos:** Uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(9), 2577-88. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63028227012>>. Acesso em: 05 mai. 2024.

GOTTWALD JUNIOR, L. A; SZCZEREPA, A. L. (2018). **Representações da psicologia de cuidados paliativos em pacientes terminais com câncer:** Uma análise teórica. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(204), 82-93. Disponível em:< <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42135>>. Acesso em: 05 set. 2024.

MELO, M. de O. (2012). **Desafios da prática de psicólogos nos cuidados paliativos: Contributos para uma sistematização.** 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB. Disponível em:< <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/314>>. Acesso em 05 set. 2024.

MELO, A. C. de, VALERO, F. F., MENEZES, M. (2013). **A intervenção psicológica em cuidados paliativos.** *Psicologia, Saúde e Doenças*, 14(3), 452-469.

MENDES, J. A., LUSTOSA, M. A., ANDRADE, M. C. M. (2009). **Paciente terminal, família e equipe de saúde.** *Revista SBPH*, 12(1), 151-173. Disponível em:< <https://doi.org/10.57167/Rev-SBPH.12.467>>. Acesso em: 05 set. 2024.

NUNES, L. V. (2009). **Papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos.** In: ABCP-Academia Nacional de Cuidados Paliativos. *Manual de cuidados paliativos* (pp. 218- 220). Rio de Janeiro: Diagraphic.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (World Health Organization). (1990). Cancer pain relief and palliative care: report of a WHO Expert Committee [Internet]. Disponível em:< <https://apps.who.int/iris/handle/10665/39524>>. Acesso em: 05 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (World Health Organization). (2002). *Definition of Palliative Care.* Disponível em:<<http://www.who.int/cancer/palliative/definition/>>. Acesso em: 05 set. 2024.

PEDREIRA, C. S. (2013). **Assistência psicológica humanizada à pacientes oncológicos: Cuidados Paliativos.** *Psicologia.pt: O Portal dos Psicólogos*, 1-14. Disponível em:<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0735.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2024.

REIGADA, C., PAIS-RIBEIRO, J. L., NOVELLAS, A. & Pereira, J. L. (2014). O Suporte à Família em Cuidados Paliativos/ Family Support in Palliative Care. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 13(1), 159-169. Disponível em:< <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2014.1.16478>>. Acesso: 05 set. 2024.

ROGERS, C. R. (1983). **Experiências em comunicação**. In: C. R. Rogers. M. C. M. Kupfer, H. Lebrão & Y. S. Patto (Trad.). M. H, S. Patto (Rev. Trad.). *Um jeito de ser* (pp. 3-16). São Paulo, SP: EPU.

ROKACH, A. (2005). **Caring for those who care for the dying**: Coping with the demands on palliative care workers. *Palliat & Support Care*, 3(4), 325-32. Disponível em:< 10.1017/s1478951505050492>. Acesso em 05 set. 2024.

ROLETO, A. S. P. de S. (2013). **Que papel para o psicólogo numa equipa de cuidados paliativos?** 200f. Dissertação de mestrado (Faculdade de Medicina). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Disponível em:< https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11272/1/701955_Tese.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.



Direito e os métodos de preservação ambiental eficiente

Law and methods of efficient environmental preservation

ABNER VICTOR FERREIRA NUNES
Bacharel em Direito pelo Centro
Universitário UniArnaldo
blferreira@gmail.com

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Doutor no Programa de Pós-graduação
em Direito pela PUC Minas
Professor do Centro Universitário
UniArnaldo
luciano.santos@profarnaldo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa busca entender e melhorar a relação do ser humano com o meio ambiente, pois atualmente, nossa existência promove graves níveis de degradação ambiental e alterações climáticas. Por meio de análise histórica, social, filosófica, jurídica, política e econômica, discorre sobre o papel do direito, que necessita melhorar a efetivação de suas normas ambientais para alcançar a garantia constitucional do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o acesso das gerações futuras aos recursos necessários. Neste cenário, é importante promover mudanças no estilo de vida global e a união de esforços internacionais quanto à preservação dos biomas, aliando tecnologias para reestabelecer harmonia entre o homem e o meio ambiente.

Palavras-chaves: Alterações Climáticas; Consciência Ambiental; Gerações Futuras; Preservação Ambiental; Direito; Tecnologia.

ABSTRACT

This research seeks to understand and improve the relationship between human beings and the environment, because currently, our existence promotes serious levels of environmental degradation and climate change. Through historical, social, philosophical, legal, political and economic analysis, it discusses the role of law, which needs to improve the effectiveness of its environmental standards to achieve the constitutional guarantee of the right to an ecologically



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janeser, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitorino Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otílio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎ 31 3524-5000

balanced environment and access for future generations to the necessary resources. In this scenario, it is important to promote changes in the global lifestyle and to unite international efforts regarding the preservation of biomes, combining technologies to restore harmony between human beings and the environment.

Keywords: *Climate change; Environmental Awareness; Environmental Preservation; Future Generations; Right; Technology;*

1 INTRODUÇÃO

O ser humano depende única e exclusivamente da terra, como abrigo para sua existência, sobrevivência e reprodução. Historicamente, o homem neandertal, tão somente utilizava dos recursos do planeta para sua sobrevivência e de seu grupo. Neste período, a disponibilidade de recursos naturais era abundante, não existindo problemas na relação ser humano/ambiente.

Porém, com o desenvolvimento da sociedade moderna, para manter seus meios de sobrevivência, o homem desenvolveu formas de produção em larga escala com o auxílio de máquinas e novas fontes de energia com o advento da Revolução Industrial (século XVIII).

Diferente de todos os outros seres do planeta, o método de interação entre o ser humano e a terra, causa um enorme desequilíbrio ecológico, pois incorre em poluição e degradação imoderadas dos recursos naturais disponíveis.

O desgaste ambiental em busca de matérias-primas, somado à intensa poluição industrial, atinge níveis alarmantes, colocando em risco a vida humana e a sustentabilidade do planeta, comprometendo o acesso das futuras gerações aos recursos naturais essenciais para sua sobrevivência

A busca por uma relação sustentável entre o homem e o meio ambiente é fundamental para garantir a continuidade da vida no planeta. O ordenamento jurídico, embora produza diversas normas ambientais, enfrenta desafios como a ineficiência na fiscalização e a necessidade de atualização constante, comprometendo sua efetividade.

Embora existam leis, tratados, fiscalização e diversas formas que busquem sanar este problema, o direito ao meio ambiente equilibrado se torna distante, mesmo em um país como o Brasil que é referência normativa em questões ambientais, tendo em vista que no modelo econômico atual, torna-se lucrativo cometer ilícitos

ambientais.

Como podemos implementar medidas efetivas de preservação ambiental para alcançar o equilíbrio ecológico e garantir a qualidade de vida das próximas gerações?

A fim de alcançar uma compreensão abrangente do tema, esta pesquisa se divide em cinco capítulos. Inicialmente, será explorada a relação entre a preservação ambiental e o ordenamento jurídico, com destaque para o papel das conferências internacionais do clima. Em seguida, a pesquisa se aprofundará na análise da crise ecológica e seus impactos sobre o planeta. Na sequência, serão investigados os métodos mais eficientes para a preservação ambiental, com o objetivo de identificar as melhores práticas para a mitigação dos problemas ambientais. Por fim, a pesquisa se debruçará sobre as implicações da crise ambiental para as futuras gerações, buscando compreender os desafios e as oportunidades para um futuro sustentável.

2 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DIMENSÕES JURÍDICAS

A intensa atividade humana, ao longo dos séculos, tem provocado a degradação ambiental, resultando em escassez de recursos naturais, perda de biodiversidade e eventos climáticos extremos, como secas e incêndios florestais.

Em se tratando da dimensão jurídica deste problema, temos o Estado com o dever de proteger e cuidar de seu território, dispondo sobre a fauna e flora de sua jurisdição, como lhe confere o art. 24 da CRFB/88:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O direito ambiental, em sua natureza interdisciplinar, busca conciliar os interesses econômicos, sociais e ambientais, estabelecendo um equilíbrio entre o

desenvolvimento e a preservação dos recursos naturais. Nesse sentido, o ordenamento jurídico desempenha um papel fundamental na promoção da sustentabilidade.

Neste contexto, a preservação ambiental eficiente, seria a busca por meios de preservação que realmente tenham impacto positivo. O direito brasileiro garante ainda em sua Carta Magna, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e é dever do Estado, garantir o acesso para as gerações futuras:

Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Neste liame, o ordenamento jurídico brasileiro, introduz por meio de seu Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012), as mais importantes diretrizes sobre a legislação ambiental de nosso país, conforme o Art. 1:

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

O parágrafo único, que traz os objetivos desta lei, demonstra a estrutura e princípios utilizados em sua criação:

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

III - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização

entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

IV - responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Assim, demonstra-se a robustez do direito brasileiro quanto a criação de regulamentações ambientais. Ainda existem diversas normativas criadas e atualizadas diariamente. Podemos considerar que a nossa jurisdição empenha esforços quanto à temática. Porém, os efeitos da degradação no cotidiano, bem como os números divulgados por órgãos oficiais, comprovam que não estamos conseguindo promover eficiência na preservação e equilíbrio dos biomas.

A necessidade de preservação ambiental, ultrapassa os limites da jurisdição nacional e tem impacto direto no direito internacional. A Convenção sobre Diversidade Biológica, internalizada no ordenamento jurídico por meio do Decreto Federal nº 2.519/1998, dispõe em seu artigo 3º que é direito dos Estados, respeitando as orientações da Carta das Nações Unidas e os princípios do Direito Internacional, explorar os recursos naturais de seu território. Para tanto devem assumir a responsabilidade do impacto das atividades lesivas ao meio ambiente, buscando preservação ambiental, e desenvolver políticas e métodos ambientais sustentáveis. É importante frisar que as soberanias de outros Estados também devem ser respeitadas, assim, torna-se importante evitar que qualquer forma de degradação Ambiental alcance territórios fora dos limites de sua Jurisdição. (BRASIL, 1998)

Nas palavras de Paulo Silvino Ribeiro, “[...] A soberania de um país, em linhas gerais, diz respeito à sua autonomia, ao poder político e de decisão dentro de seu

respectivo território nacional, principalmente no tocante à defesa dos interesses nacionais” (RIBEIRO, 2021).

A soberania deve ser sempre respeitada. É o principal direito de qualquer Estado, a imposição soberana de suas regras sobre seu território. Porém, em se tratando de matéria ambiental, é considerando que o meio ambiente é um organismo vivo e interligado, caso um Estado não cuide devidamente de seus recursos, o impacto em nenhuma hipótese ficaria limitado ao âmbito de sua jurisdição. Por exemplo, um rio corre e passa por diversos estados, podendo atravessar um continente inteiro. Caso seja poluído, o impacto seria extraterritorial, pois tal poluição correria todo o curso do rio, causando impactos imensuráveis em todo seu leito.

Recentemente, sentimos tal efeito com o rompimento da Barragem de Mariana, que poluiu todo o curso do Rio Doce, afetando diretamente aqueles que dependiam de sua água para sobreviver (fauna, flora, comunidades ribeirinhas, abastecimento para as cidades, etc), atravessando vários estados brasileiros com um rastro de destruição e ainda poluindo o mar. Estima-se que o rio doce levará décadas para tornar a abrigar vida de forma segura, demonstrando o tamanho do impacto.

Portanto, tratar sobre formas de preservação ambiental eficiente é garantir que não seja questionado a capacidade da soberania brasileira em proteger e cuidar dos recursos sob sua gestão, ainda mais se tratando de um país que contém uma das maiores concentrações de fauna e flora do mundo, sendo detentor de mais de 60% da floresta amazônica, a maior floresta tropical existente.

3 CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DO CLIMA

Temos como referência da preocupação mundial com o tema ambiental, as Convenções Ambientais Internacionais, que se iniciam com os Direitos de quarta geração (pós 2ª Guerra mundial), das quais os países se unem e debatem os principais problemas ambientais emergentes visando soluções de preservação ambiental eficiente. Tais encontros sempre geram acordos, tratados e afins, quais os países membros devem seguir para alcançar metas de preservação ambiental global.

São muitas as convenções Internacionais que debatem soluções para o tema. Tais convenções impõem cooperação internacional e metas para frear a degradação Ambiental. Estas são as principais conferências ambientais, e os principais temas abordados, quais detalharemos a seguir:

A conferência de Estocolmo, realizada no ano de 1972 foi a primeira realizada, reunindo 113 países e 250 organizações internacionais para discutir os principais problemas ambientais daquela época. Neste processo, os países se comprometeram a promover o engajamento dos Estados, na busca pela diminuição dos impactos ambientais negativos. Como resultado, foi elaborado a Declaração de Estocolmo, que aborda os primeiros esforços internacionais cooperativos para a preservação ambiental.

A ECO-92 foi a segunda convenção internacional, realizada no Brasil no estado do Rio de Janeiro, contando com a presença de 172 países e mais de 1000 organizações não governamentais. Teve extrema importância, pois demonstra que o consumismo desenfreado e a degradação ambiental em busca de lucro, não manteria os recursos disponíveis no planeta que se esgotariam em 100 anos.

Assim, foi criada a Agenda 21 cujo objetivo era elaborar propostas conjuntas que busquem o desenvolvimento sustentável. O objetivo principal seria a cooperação dos países desenvolvidos para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento, o combate à pobreza, promover mudança nos padrões de consumo global, frear o desmatamento e a conservação da diversidade biológica.

Nos anos seguintes, os debates continuaram, e em 1995 surgiu o Protocolo de Kyoto, qual teve como sua principal determinação, o acordo de 55 países em reduzir a emissão de gases carbônico, maior causador do efeito estufa, que causa o superaquecimento do planeta, aumento dos níveis do mar e extinção massiva de biomas em decorrência das mudanças climáticas. Os Estados Unidos, recusou sua adesão ao acordo pois, reduzir a redução de carbono também significaria reduzir sua produção industrial e conseqüentemente, a redução de seu PIB. Tal fato demonstrou ao mundo, a dificuldade de promover quaisquer tipos de medida ambiental significativa que discorra na redução dos níveis crescimento dos países.

A R-10, que ocorreu em 2002, na cidade de Joanesburgo, na África. Nesta conferência, o foco do debate foi reforçar os acordos da ECO-92 e medidas para diminuir a fome a miséria no mundo, garantindo o mínimo existencial, como por exemplo acesso a água potável, saneamento e energia para pessoas em condição de extrema pobreza.

A Rio+20 foi realizada em 2012, no Rio de Janeiro, Brasil. Neste encontro foi debatido sobre o desenvolvimento sustentável dos países membros e o cumprimento das metas estabelecidas em outras conferencias. O principal tema abordado foi “Qual futuro queremos”, frisando a importância do tema ambiental como única forma de garantir o meio ambiente equilibrado e o acesso das gerações futuras aos recursos naturais necessários.

A última grande convenção foi a COP 27, realizada na" Sharm El-Sheikh, no Egito. Era para ocorrer em 2021, porem teve que ser adiada em decorrência da COVID-19 (o que já demonstrou claramente sobre os impactos causados pela degradação), ocorrendo apenas em 2022.

A COP 27 promoveu discussões temáticas sobre diversos assuntos relacionados à emergência climática e às estratégias de como mitigar os seus efeitos, levando em consideração os objetivos e metas estabelecidos no Acordo de Paris, e nas demais convenções.

A COP 27 torna-se de extrema importância, pois percebe-se que mesmo com esforços conjuntos dos países a séculos, a degradação ambiental e consequentemente as mudanças climáticas estão aceleradas, e já causam destruição em vários países com chuvas sazonais, zonas de calor, aumentos de tempestades e terremos e principalmente o surgimento de doenças pandêmicas.

Porém, após a primeira convenção que ocorreu em 1972 (Conferência de Estocolmo), temos 49 anos de conversas, acordos, debates, tratados e mesmo assim, a degradação ambiental se torna cada vez mais crítica e o quadro pode se torna irreversível, fazendo-se necessário esforços práticos que conduzam a humanidade para uma nova forma de interação com o meio ambiente.

4 ECOLOGIA: A REALIDADE DA CASA COMUM – “LAUDATO SI”

Torna-se importante a abordagem de aspectos inclusive religiosos para promover engajamento de forma universal sobre o tema para alcançar as finalidades elencadas neste artigo. Assim, a religião certamente servirá de apoio para tentar compreender e estabelecer formas de religarmos o ser humano em harmonia com o meio ambiente. Abordaremos a encíclica do Papa Francisco publicada em maio de 2015, chamada *Laudato Si'*.

É uma encíclica na qual o Papa debate sobre importantes temas relativos ao meio ambiente, como o consumismo excessivo e o desenvolvimento insustentável, e ainda faz um apelo à mudança e à unificação global das ações para combater a degradação ambiental, as alterações climáticas e a desigualdade social. É uma encíclica completa, pois aborda temas sociais, filosóficos, científicos e religiosos.

Seguindo esta linha de raciocínio, o pontífice detalha os principais problemas enfrentados pela humanidade no cuidado ecológico atual. Trata como problemas a serem solucionados: a poluição exagerada (impulsionadas pela cultura do consumo e do descarte), mudanças climáticas descontroladas, o esgotamento de recursos naturais disponíveis, tendo como base a água, que é o recurso mais importante para a humanidade e já é alcançado pela escassez, a perda da biodiversidade, que aumenta exponencialmente a cada ano, implicando na perda de espécies que se quer foram catalogadas, e também sobre a desigualdade social, que reflete diretamente na má qualidade de vida.

No item 13 de sua encíclica, o pontífice demonstra sua maior preocupação:

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da atividade humana, estão a trabalhar para garantir a proteção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode

pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos.

No item 57, o Papa trata sobre possíveis consequências do esgotamento de recursos no planeta, incluindo possíveis cenários de guerra, disfarçadas de “nobres reivindicações”. Sabemos também que tal fato, causaria instabilidade política e econômica, aumentando a miséria e da opressão no mundo:

É previsível que, perante o esgotamento de alguns recursos, se vá criando um cenário favorável para novas guerras, disfarçadas sob nobres reivindicações. A guerra causa sempre danos graves ao meio ambiente e à riqueza cultural dos povos, e os riscos avolumam-se quando se pensa na energia nuclear e nas armas biológicas. Com efeito, “não obstante haver acordos internacionais que proíbem a guerra química, bacteriológica e biológica, subsiste o facto de continuarem nos laboratórios as pesquisas para o desenvolvimento de novas armas ofensivas, capazes de alterar os equilíbrios naturais’. Exige-se da política uma maior atenção para prevenir e resolver as causas que podem dar origem a novos conflitos. Entretanto o poder, ligado com a finança, é o que maior resistência põe a tal esforço, e os projetos políticos carecem muitas vezes de amplitude de horizonte. Para que se quer preservar hoje um poder que será recordado pela sua incapacidade de intervir quando era urgente e necessário fazê-lo?

Porém, já no item 58, discorre sobre ações voltadas especificamente a cuidados ambientais que deram certo na prática, o que confirma a possibilidade de mudanças significativas quando são projetadas como prioridade no contexto social:

Nalguns países, há exemplos positivos de resultados na melhoria do ambiente, tais como o saneamento de alguns rios que foram poluídos durante muitas décadas, a recuperação de florestas nativas, o embelezamento de paisagens com obras de saneamento ambiental, projetos de edifícios de grande valor estético, progressos na produção de energia limpa, na melhoria dos transportes públicos. Estas ações não resolvem os problemas globais, mas confirmam que o ser humano ainda é capaz de intervir de forma positiva. Como foi criado para amar, no meio dos seus limites germinam inevitavelmente gestos de generosidade, solidariedade e desvelo.

A encíclica discorre sobre desenvolvimento e tecnologia. Os avanços tecnológicos dos últimos anos foram um remédio que curou vários males que afligiam a humanidade, possibilitado novos meios de transporte, de comunicação, de produção, medicina, tratando estes avanços tecnológicos como uma dádiva, fruto da inteligência humana. Em contrapartida, gerou um grande poder de transformação do

mundo, a energia nuclear, a biotecnologia, a informática, o conhecimento do nosso próprio DNA e outras potencialidades, que nem sempre tem seu uso voltado ao bem-estar da sociedade, sendo tais avanços corrompidos e utilizados em benefícios de grupos exclusivos, para promover degradação e desigualdade de forma acelerada.

Tende-se a crer que 'toda a aquisição de poder seja simplesmente progresso, aumento de segurança, de utilidade, de bem-estar, de força vital, de plenitude de valores', como se a realidade, o bem e a verdade desabrochassem espontaneamente do próprio poder da tecnologia e da economia. A verdade é que 'o homem moderno não foi educado para o reto uso do poder', porque o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência. Cada época tende a desenvolver uma reduzida autoconsciência dos próprios limites. Por isso, é possível que hoje a humanidade não se dê conta da seriedade dos desafios que se lhe apresentam, e 'cresce continuamente a possibilidade de o homem fazer mau uso do seu poder' quando 'não existem normas de liberdade, mas apenas pretensas necessidades de utilidade e segurança'. O ser humano não é plenamente autônomo. A sua liberdade adoece, quando se entrega às forças cegas do inconsciente, das necessidades imediatas, do egoísmo, da violência brutal. Neste sentido, ele está nu e exposto frente ao seu próprio poder que continua a crescer, sem ter os instrumentos para o controlar. Talvez disponha de mecanismos superficiais, mas podemos afirmar que carece de uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que lhe ponham realmente um limite e o contêm dentro dum lúcido domínio de si (LAUDATO Si', 2015, n.105).

É abordado a necessidade que a humanidade guie seu futuro para um novo estilo de vida, mudando abruptamente sua consciência sobre o tema ambiental e os meios de produção e de consumismo exacerbado, propondo um recomeço global, que embora gradativo, tende a perdurar quando devidamente incluindo no cotidiano e nas relações humanas.

A Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que o torne possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: 'Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início (...). Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida' (LAUDATO Si', 2015, n.207).

Por fim, a encíclica aborda de forma clara o problema tratado por este artigo: Métodos de preservação ambiental eficiente. Não basta apenas a criação de normas de conduta, se a aplicação das regras na sociedade não surge os efeitos necessários.

O Papa aponta a necessidade de criação de hábitos ecológicos e a educação pedagógica, como principal instrumento para promover a mudança global. Ainda se dedica a elencar quais hábitos sociais a humanidade deve adotar como cuidado e empatia com todos os seres da criação, promovendo a ecologia, reciclagem e redução do consumismo desenfreado.

Às vezes, porém, esta educação, chamada a criar uma 'cidadania ecológica', limita-se a informar e não consegue fazer maturar hábitos. A existência de leis e normas não é suficiente, a longo prazo, para limitar os maus comportamentos, mesmo que haja um válido controle. Para a norma jurídica produzir efeitos importantes e duradouros, é preciso que a maior parte dos membros da sociedade a tenha acolhido, com base em motivações adequadas, e reaja com uma transformação pessoal. A doação de si mesmo num compromisso ecológico só é possível a partir do cultivo de virtudes sólidas. Se uma pessoa habitualmente se resguarda um pouco mais em vez de ligar o aquecimento, embora as suas economias lhe permitam consumir e gastar mais, isso supõe que adquiriu convicções e modos de sentir favoráveis ao cuidado do ambiente. É muito nobre assumir o dever de cuidar da criação com pequenas ações diárias, e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para elas até dar forma a um estilo de vida. A educação na responsabilidade ambiental pode incentivar vários comportamentos que têm incidência direta e importante no cuidado do meio ambiente, tais como evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias [...] Tudo isto faz parte duma criatividade generosa e dignificante, que põe a descoberto o melhor do ser humano. Voltar – com base em motivações profundas – a utilizar algo em vez de o desperdiçar rapidamente pode ser um ato de amor que exprime a nossa dignidade (*LAUDATO SI'*, 2015, n.211).

Embora se tratando de um encíclica religiosa, percebe-se a riqueza de informações contidas neste texto, na qual não defende interesses religiosos ou se limita a transmitir informações a um determinado grupo. Esta encíclica, embora não devidamente reconhecida atualmente, é um marco do apelo ao desenvolvimento humano em consonância com o meio ambiente e a tecnologia, em busca de um futuro em que as lutas por melhorias mundiais significativas desta geração, tenham resultado. Promover o debate sobre meio ambiente e formas de desenvolvimento sustentável, se tornará cada vez mais intenso, propondo sempre como solução a educação, consciência ambiental e a integração de tecnologia como trunfo para promover a preservação ambiental eficiente e garantir o acesso das gerações futuras aos recursos naturais.

5 OS MÉTODOS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EFICIENTE

Temos como base para promover a preservação ambiental eficiente o desenvolvimento de consciência coletiva sobre a importância do tema ambiental. Para tanto, segundo conceitos de Carlos Hiroo Saito, a educação ambiental primária que ocorre nas escolas e em casa, deve ensinar sobre questões ambientais pertinentes (reciclagem, uso da água, diversidade ambiental, fauna, flora, biomas, cadeia alimentar, ect.), temas tais que são escusos na pedagogia primária. Devemos promover a conexão das crianças com o meio ambiente (visitas a zoológicos, animais de estimação, trilhas), de forma contínua, visando integrar em sua consciência apego ambiental. Evitar desperdício, reciclar, cuidado com os animais e plantas e recursos naturais, descarte correto de lixo, são exemplos medidas pessoais básicas que, devem ser colocadas de forma preponderante no cotidiano através da educação primária.

Tais condutas visariam gerar consciência ambiental primária, que devem ser replicadas na vida adulta, se tornando um hábito com o intuito de ser repassado tais condutas para as gerações futuras.

Em relação à responsabilidade do Estado, deve se unir com os entes estaduais e municipais, e buscar melhorar os meios de fiscalização ambiental e de resposta as emergências (vide o rompimento da barragem de Mariana e Brumadinho), utilizando de meios tecnológicos, visando a diminuição dos níveis de degradação ambiental, focando seus esforços em fiscalização para conter o dano de imediato, fazendo valer todos os princípios elencados no Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651\2012), principalmente em seu inciso V, que prevê o fomento para a pesquisa e a criação de novas tecnologias, buscando meios de utilização sustentável dos recursos, inclusive promovendo a recuperação das florestas já degradadas. É importante manter o fomento de atividades industriais que se utilizem de práticas ambientais adequadas e estejam sempre integralizando tecnologias sustentáveis em seu processo, a fim de reduzir os impactos ao meio ambiente.

Temos uma excelente base legislativa quanto ao tema, resguardados em nossa Constituição e em nossas leis, seguidos por princípios robustos e claros, sobre

preservação e desenvolvimento sustentável. Porém, falta investimento e seriedade para que haja integralização real das condutas, por meio de fiscalização ambiental eficiente e de penas adequadas para crimes ambientais, como método de punir os degradadores. O Estado tornar não ser lucrativo degradar o meio ambiente para gerar lucro (como ocorre atualmente), assim, podemos reverter o quadro de degradação e atingir níveis satisfatórios de preservação ambiental.

A comunidade internacional deve trabalhar a ideia de garantia do direito internacional ambiental, atuando na fiscalização conjunta de grandes biomas, bem como respostas a emergências ambientais internacionais. Respeitando a soberania estabelecida de cada jurisdição, porém atuando conjuntamente em prol de impedir a degradação ambiental que impeça a o aceso das gerações futuras ao meio ambiente equilibrado.

Portanto, é fundamental a utilização das tecnologias modernas para desenvolvimento de criação de soluções integradas (Homem\tecnologia\meio ambiente), em busca de melhorar e preservar a vida no planeta terra.

6 AS GERAÇÕES FUTURAS E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE O SER E O NÃO SER

O Planeta Terra, com cerca de 4,5 bilhões de anos, já passou por 5 extinções em massa. Todas estas extinções tiveram como causa, cataclismos e eventos naturais, porém, é a primeira vez que um evento de extinção pode ser provocado por uma espécie do próprio planeta, o homem. Vale ressaltar que é errado a ideia de “fim do mundo”. Seria adequado entender que, o planeta terra é um corpo celestial e provavelmente, ainda que toda a vida presente nela seja extinta devido a ação humana, sua estrutura continuaria existindo e possivelmente, ainda voltaria a desenvolver novas formas de vida, como fez em outras eras.

Todavia, todo e qualquer ser humano deve analisar sua condição de homo sapiens sapiens, e usar sua sabedoria para finalidades que tragam benefícios existenciais coletivos. A humanidade tem dificuldade de viver em harmonia com o

meio ambiente, pois culturalmente e socialmente promove a degradação ambiental massiva à séculos, sem se importar com as consequência, e na condição humana não respondemos exclusivamente aos instintos, e sim ao que somos ensinados de acordo com a teoria da “tabula rasa”, proposta por John Locke, em seu livro Ensaio acerca do Entendimento Humano, de 1690: “a mente é, inicialmente, como uma ‘folha em branco’, e todo o processo do conhecer, do saber e do agir é aprendido através da experiência”. (LOCKE, 2015, p.07).

Cabe exclusivamente ao ser humano se adaptar ao uso adequado de recursos naturais e sua preservação, sob pena de um futuro catastrófico irreversível, de possível extinção em massa de biomas e inclusive da própria espécie. O colapso da civilização se torna cada vez mais eminente, pois o tema é tratado com negacionismos e a necessidade de mudanças urgentes se torna cada vez mais difícil, pois o tempo corre contra nosso favor, e em determinado momento pode ser tarde para tomar atitudes que realmente tenham efeitos.

Devemos sempre ter em mente que caso não desenvolvermos a consciência ambiental adequada, simplesmente seremos exterminados a longo prazo, seja pela falta de recursos para sobrevivência, doenças, guerras por recursos ou catástrofes ambientais.

A ideia é promover um futuro pleno, saneando problemas estruturais de nossa civilização, buscando uma vida satisfatória e equilibrada com o planeta em que vivemos.

7 CONCLUSÃO

Este artigo, com o intuito de analisar as formas de preservação ambiental eficiente, levantou também questões científicas e sociais que devem fazer parte desta temática. Não é fácil tratar do meio de sobrevivência humana que degrada o planeta, pois incorre na necessidade de transformações profundas de todas as esferas sociais e políticas. Porém, o maior problema enfrentado é a falta de consciência coerente com a gravidade do problema, que por vezes, é visto com negacionismos por grande parte

da sociedade, que não aceita promover hábitos de mudanças necessários, devido ao comodismo que vivenciam.

Assim, devidamente tratado neste artigo, a necessidade de aumentar o engajamento da sociedade no debate de temas ambientais, levando para seu cotidiano hábitos saudáveis de interação com o meio ambiente, de forma individual e comunitária.

O Estado, que detém o dever de cuidar de todo o bioma sob sua jurisdição, deve promover a criação de normas que validem sua aplicação, por meio de punições (civis e penais) que tornem impraticáveis crimes ambientais, tendo em vista que no cenário atual promover a degradação gera lucro, que faz com que aumente diariamente o desgaste ambiental. É importante priorizar o fomento de atividades industriais que se utilizem de práticas ambientais sustentáveis, promovendo o incentivo, facilitação, criação e utilização de tecnologias e fontes de energias benéficas ao meio ambiente.

Também, os países devem se unir, e além de debates internacionais, aplicar esforços no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e de despoluição massiva do planeta, inclusive com o auxílio da Inteligência Artificial, entendendo que o cuidado com os recursos planetário ultrapassa os limites jurisdicionais de qualquer nação, e deve ser coibido qualquer interesse soberano que se demonstre nocivo ao bioma do planeta.

É fundamental tratativas realmente inclusivas, que visem melhoria de vida dos habitantes do planeta, que em decorrência da desigualdade, vivem em condições sub-humanas, desprovidos de recursos básicos como água, saneamento e alimentação. Seria hipocrisia querer tratar do acesso as gerações futuras aos recursos necessário, se atualmente, e de forma cotidiana, grande parte da população mundial já vive sem estes recursos, não pela escassez, e sim pela má distribuição econômica promovida. Tema este, extremante complexo que decorre em discursões de mudanças de modelos econômicos e políticos. Porém, acredito nas mudanças que o direito promove na sociedade. Se considerarmos que a aproximadamente 200 anos, a escravidão era uma prática legal, e hoje se tornou um crime grave, acredito que a desigualdade social

extrema e a miséria, também resultarão no mesmo caminho, e o ser humano, mesmo que de forma gradativa, irá se unir em prol de combater o cerceamento do direito da dignidade das pessoas, em relação à uma existência satisfatória com direito ao mínimo existencial necessário garantidos desde seu nascimento, tornando a miséria um crime também abominável.

Embora haja inúmeras possíveis formas de cuidar do planeta terra, uso por meio deste trabalho de conclusão de curso para expor uma metodologia interativa para alcançar a finalidade da preservação ambiental eficiente e integração do Homem\Ambiente, visando uma vida harmônica para esta geração e para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. **Código Florestal**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 15 mai.2023.

FRANCISCO, Papa. *LAUDATO SI', mi' Signore – Louvado seja meu Senhor*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html#_ftn3>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito**. Repositório Institucional PUCRS. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2320>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LOCKE, John. **Draft A – Do ensaio sobre o entendimento humano**. Col. Folha grandes nomes do pensamento. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Conferências sobre o Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/conferencias-sobre-meio-ambiente.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MUNDO EDUCAÇÃO. **COP27 - Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/cop27-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-as-mudancas-climaticas.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2023

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Soberania Nacional e Ordem Mundial**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/soberania-nacional-ordem-mundial.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

SAITO, C.H. **Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: Desafios Contemporâneos**. Disponível em: <<https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/Politica-Nacional-De-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental-E-Constru%C3%A7%C3%A3o-448649.html>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SOUSA, Rafaela. **"Conferências ambientais"**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/conferencias-ambientais.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2023.



A educação contemporânea: Reflexões críticas¹

Contemporary education: Reflections criticisms

CRISTIANO STARLIN ERSE
Mestre e doutorando em direito. MBA
em gestão educacional. Professor e advogado. Estudante de psicologia
cristianoerse@gmail.com

RESUMO

O presente artigo científico tem como objetivo realizar uma análise crítica da educação contemporânea, questionando a ideia de ruptura entre metodologias tradicionais e modernos. A partir de uma revisão de literatura e dados documentais, demonstra-se que muitas metodologias tratadas como inovadoras são adaptações de ideias clássicas de autores como John Dewey e Paulo Freire. O estudo discute também a interdependência entre o ensino de conteúdo e o desenvolvimento de habilidades, desmistificando uma possível dicotomia entre ambos. Por fim, o artigo sugere que o discurso de inovação na educação pode ser mais uma estratégia mercadológica do que uma realidade substancial, defendendo a integração equilibrada de métodos tradicionais e inovadores para uma educação eficaz.

Palavras-chave: Metodologias de ensino; Educação contemporânea; Desenvolvimento de habilidades; Inovação pedagógica.

ABSTRACT

The scientific article aims to critically analyze contemporary education, questioning the perceived rupture between traditional and modern methodologies. Through a review of literature and documentary data, it demonstrates that many methodologies considered innovative are, in fact, adaptations of classical ideas from authors such as John Dewey and Paulo Freire. The study also explores the interdependence between content teaching and skill development, debunking a possible dichotomy between the two. Finally, the article suggests

¹ Agradeço e dedico esse artigo à Prof. Dr. Lucila Villella Starling Erse por ter contribuído com muitas sugestões de referência bibliográfica para a construção deste texto, além de considerações crítico-filosóficas certas. A vanguarda está na mente.

that the discourse Agradeço e dedico esse artigo à Prof. Dr. Lucila Villella Starling Erse por ter contribuído com muitas sugestões de referência bibliográfica para a construção deste texto, além de considerações crítico-filosóficas certas. A of innovation in education may be more of a marketing strategy than a substantial reality, advocating for the balanced integration of traditional and innovative methods for effective education.

Keywords: *Teaching methodologies; Contemporary education; Skill development; Pedagogical innovation.*

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a necessidade de se reformar o sistema educacional são recorrentes e muitas vezes controversas. Nos últimos anos, tem-se observado um aumento de vozes que defendem uma verdadeira ruptura nos métodos impulsionada pelo nosso tempo.

Observa-se, assim, uma tendência em apontar muitas das estratégias de ensino construídas pela pedagogia e pelas ciências da educação clássicas como algo muito ultrapassado. Nesse sentido, as críticas recaem principalmente em relação às aulas expositivas e aos currículos voltados para a entrega de conteúdo. Como proposta de substituição ao que seria “velho”, parte dos estudiosos da área indicam a necessidade de migração para modelos chamados ativos que estimulem mais habilidades que conteúdo, o que é apresentado como uma abordagem grandemente inovadora.

Inúmeras pesquisas têm sido feitas para sustentar como a aprendizagem baseada em projetos, discussões em grupo, e o uso de tecnologias interativas, podem melhorar a retenção de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas. Estes métodos não apenas tornariam o aprendizado mais dinâmico e interessante, mas também incentivariam os alunos a aplicar o conhecimento, promovendo um entendimento mais profundo dos conceitos. (KOHN, 1999).

Para essa corrente, a diminuição do conteúdo expositivo permitiria mais tempo para que os alunos desenvolvam habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas, trabalhando de forma colaborativa e explorando suas próprias curiosidades e interesses. Este tipo de ambiente de aprendizado seria mais alinhado com as demandas do século XXI, onde a capacidade de aprender continuamente e se adaptar a novas informações mostra-se essencial (ROBINSON e ARONICA, 2015).

Em que se pese o valor intelectual de tais pensamentos e das boas contribuições que trazem, os referidos posicionamentos não estão isentos de críticas e provocações substanciais no âmbito da sua eficácia real e, principalmente, de seu caráter inovador.

Embora existam inegáveis circunstâncias e cenários que justifiquem adaptações e evoluções no método de ensino, a ideia de anunciar uma alteração completa na educação - como se devêssemos jogar fora a pedagogia histórica e tradicional ou colocá-la em um segundo plano quase que figurativo - parece, para muitos, mais um discurso que uma realidade concreta.

Afinal, há de fato inovação ou somente uma repaginação? É possível desenvolver habilidades sem entregar conteúdo ou entregar conteúdo sem desenvolver habilidade? Aulas expositivas colocam os alunos sempre em uma posição passiva? Métodos ativos podem ser aplicados em quaisquer circunstâncias?

Frente a esses questionamentos, o presente artigo tem como objetivo discutir a educação contemporânea de forma crítica, partindo de boa revisão de literatura e levantamento de dados documentais.

2 METODOLOGIAS ATIVAS SÃO REALMENTE UMA NOVIDADE?

Inicialmente, vale ressaltar que as metodologias ativas, amplamente discutidas na educação contemporânea, têm suas raízes em ideias que remontam ao início do século XX. Muitos dos conceitos promovidos hoje não são, portanto, exatamente novos, mas sim repaginados e adaptados para os contextos atuais, como veremos a seguir por meio de uma breve revisão de marcos educacionais históricos e seus autores referência.

John Dewey é frequentemente considerado um dos fundadores do movimento da educação progressista. Em suas obras “Democracia e Educação” (1916) e “Experiência e Educação” (1938), ele já argumentava que a educação deve ser um processo dinâmico e interativo, centrado na experiência do aluno e que a aprendizagem ocorre de maneira mais eficaz quando os alunos são engajados ativamente em práticas que refletem a vida real. (DEWEY, 2011; 2010).

Carl Rogers, o pai da psicologia humanista, expandiu as ideias de Dewey ao

aplicar os princípios da psicoterapia à educação. Em “Liberdade para Aprender” (1969), Rogers propôs que a educação deva ser centrada no aluno, com o professor atuando como um facilitador. A aprendizagem só ocorreria, desse modo, em um ambiente onde os alunos se sentem seguros e valorizados. (ROGERS, 1973).

Lev Vygotsky, um psicólogo soviético, também contribuiu com sua teoria da “Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)”, sugerindo que os alunos aprendem melhor quando estão em um ambiente onde podem realizar tarefas com a ajuda de um mentor ou colega mais experiente, fato que põe em destaque a importância da interação social e do aprendizado colaborativo. (VYGOTSKY, 1978).

Jean Piaget, um influente psicólogo suíço, introduziu a teoria do desenvolvimento cognitivo, que descreve como as crianças constroem gradualmente o conhecimento através de uma série de estágios. Em suas obras, como "A Psicologia da Criança" (1966), Piaget defendeu que a aprendizagem é um processo ativo e que as crianças aprendem melhor explorando e interagindo com o mundo ao seu redor. Seus conceitos de assimilação, acomodação e esquemas são fundamentais para compreender como os alunos processam novas informações e se adaptam a elas. (PIAGET, 1966).

Na segunda metade do século XX, o ilustre brasileiro Paulo Freire propôs uma abordagem crítica e emancipatória. Em suas obras *Pedagogia do Oprimido* (1968) e *Educação como Prática da Liberdade* (1967), Freire trouxe a perspectiva de que a educação deva ser um ato de libertação, promovendo o pensamento crítico e a conscientização social, partindo de aulas dialogadas e da participação ativa dos alunos no processo educativo.

David Kolb, por sua vez, formalizou o conceito de aprendizagem experiencial em sua obra “*Experiential Learning*”, na qual descreve a aprendizagem como um processo cíclico que envolve quatro estágios: experiência concreta, observação reflexiva, conceptualização abstrata e experimentação ativa. (KOLB, 1984).

Ao final do século XX, Eric Mazur desenvolveu o método de "instrução pelos colegas" (Peer Instruction). Nele, o autor aduz que os alunos aprendem mais eficazmente quando ensinam uns aos outros, discutindo e explicando conceitos em grupo. (MAZUR, 1997).

No início do século XXI, Sugata Mitra (2005), com seu experimento "Hole in the Wall", demonstrou que as crianças podem aprender de forma autodirigida quando têm

acesso a recursos tecnológicos e um ambiente de apoio, reforçando a ideia de que o aprendizado pode ser impulsionado pela curiosidade e pela auto-organização. (MITRA, 2005).

O panorama acima realizado é suficiente para demonstrar que a essência do que chamamos de metodologia ativa tem se desenvolvido gradativamente por décadas em movimento de continuidade e não de ruptura. Novos equipamentos e ferramentas surgiram com a tecnologia para colaborar com a implantação de seus ideais, entretanto, sem alterar os seus fundamentos principiológicos que permanecem próximos aos dos autores pioneiros.

Ademais, deve-se observar que nenhum os autores mencionados excluíram completamente o tradicional, como as aulas expositivas por exemplo. A postura foi sempre a de promover a integração de abordagens interativas e centradas no aluno com práticas educacionais estabelecidas, enfatizando a necessidade de um ambiente de aprendizagem seguro, relevante e interconectado. Esses pioneiros propuseram, de um modo geral, que, enquanto as metodologias ativas enriquecem a experiência educativa, os métodos tradicionais ainda têm seu lugar quando adaptados e contextualizados de maneira eficaz. Estratégias de participação ativa e passiva devem ser mescladas e funcionam como engrenagem a serviço da educação.

A análise histórica das metodologias ativas revela, desse modo, por todo o exposto, que muitas das ideias consideradas apresentadas como inovadoras hoje têm raízes profundas no pensamento educacional do século XX. O que vemos na educação contemporânea são adaptações e renomeações de princípios estabelecidos por pioneiros como os demonstrados acima.

3 DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES VS. CONTEÚDO

Extremamente relacionado ao tema das metodologias ativas, encontra-se o debate concentrado na aparente dicotomia entre o desenvolvimento de habilidades e o ensino de conteúdo. De um lado, as metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e discussões em grupo, são frequentemente associadas ao desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração e criatividade. Estas abordagens enfatizariam a participação dos alunos

como protagonistas e a aplicação prática do conhecimento. De outro lado, dizem, as metodologias “chamadas de tradicionais”, baseadas em aulas expositivas, vistas como centradas no ensino de conteúdo, onde o professor transmite informações e os alunos são receptores passivos.

Mas seria isso uma realidade? Há de fato esse contraste? É possível trabalhar uma coisa sem a outra?

No entender dessa pesquisa, tratar a questão como uma dicotomia entre o desenvolvimento de habilidades e o ensino de conteúdo é um grande equívoco, pois não se pode conceber o desenvolvimento de habilidades sem conteúdo, assim como é inútil ensinar conteúdo sem desenvolver habilidades. A educação eficaz deve integrar ambos, reconhecendo que eles são interdependentes e se reforçam mutuamente, posição compartilhada por pensadores relevantes na educação.

Da mesma forma, é preciso reconhecer que não se pode afirmar categoricamente que as metodologias ativas negligenciam o conteúdo, assim como é incorreto dizer que as aulas expositivas não promovem o desenvolvimento de habilidades. Na verdade, o ensino de conteúdo e o desenvolvimento de habilidades são processos que se complementam. Uma metodologia ativa bem aplicada exige uma base sólida de conhecimento para que os alunos possam exercitar suas habilidades de forma significativa, enquanto uma aula expositiva eficaz deve ir além da simples transmissão de informações, estimulando a análise crítica e a aplicação prática do conhecimento adquirido. Assim, uma abordagem não sobrevive sem a outra, e o verdadeiro desafio educacional está em encontrar o equilíbrio entre essas dimensões, proporcionando uma formação integral aos estudantes.

Daniel T. Willingham, por exemplo, argumenta que o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico depende profundamente do conhecimento de conteúdo. Para o renomado escritor, o pensamento crítico não é uma habilidade genérica que pode ser aplicada de maneira uniforme a qualquer situação; ao contrário, é altamente dependente do contexto e do conhecimento específico sobre o assunto em questão. Sem um sólido entendimento do conteúdo, os alunos não têm a base necessária para analisar, avaliar e aplicar informações de maneira crítica. (WILLINGHAM, 2009).

Da mesma forma, E. D. Hirsch Jr. destacou a importância do conhecimento de conteúdo para a cultura, pois o conhecimento factual é requisito para a compreensão

de textos complexos e para a participação informada em discussões sociais e cívicas. Em outros termos, a aquisição de conhecimento não é apenas um fim em si mesma, mas também um meio para o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores. (HIRSCH, 1999).

John Dewey, um dos maiores defensores da educação progressivas, conforme já mencionado anteriormente, nunca defendeu a exclusão do conteúdo em favor das habilidades, enfatizando que o aprendizado deve ser experiencial e conectado ao mundo real, mas sempre contextualizado por um repertório internalizado. Dewey acreditava que a educação deve preparar os alunos para a vida prática e para a cidadania democrática, o que requer tanto habilidades práticas quanto um conhecimento substancial do mundo em que vivem. (DEWEY, 2011).

Metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a instrução pelos colegas, exemplificam como o conteúdo e as habilidades podem ser integrados. Eric Mazur mostra que os alunos aprendem de maneira mais eficaz quando explicam conceitos uns aos outros e aplicam o conhecimento em contextos práticos. Este método não apenas reforça o conteúdo, mas também desenvolve habilidades de comunicação, colaboração e pensamento crítico. (MAZUR, 1997).

Além disso, frise-se o ensino baseado em aulas expositivas podem, também, desenvolver habilidades. O uso de perguntas direcionadas e debates em sala de aula pode estimular o pensamento crítico e a capacidade de argumentação dos alunos. Instruções diretas e as práticas guiadas são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades, pois fornecem uma estrutura clara e consolidam o entendimento. (ROSENHINE, 2010).

4 Obstáculos para implementação de métodos ativos

As metodologias ativas enfrentam desafios significativos quando se trata de sua implementação prática, especialmente em contextos onde os alunos precisam conciliar os estudos com o trabalho. Um dos principais obstáculos é o tempo exigido por essas metodologias. Autores como Michael Fullan (2007) e José Moran (2015) apontam que, para que essas metodologias sejam eficazes, os alunos precisam dedicar uma quantidade substancial de tempo não apenas dentro da sala de aula, mas também fora dela, realizando pesquisas, desenvolvendo projetos e colaborando com colegas.

Essa demanda temporal pode ser particularmente problemática para estudantes que trabalham durante o dia e estudam à noite, como ocorre em muitos cursos noturnos. Nesses casos, o tempo disponível para atividades acadêmicas é severamente limitado, e a exigência adicional de envolvimento fora do horário de aula pode tornar a implementação das metodologias ativas insustentável. Moran (2015) destaca que, em tais situações, há um risco real de que os alunos se sintam sobrecarregados, resultando em menor engajamento e até mesmo em desistência dos cursos.

Adicionalmente, o próprio Fullan (2007) ressalta que a sobrecarga de tarefas e a necessidade de um envolvimento constante podem levar à exaustão dos estudantes, o que compromete a eficácia do processo de aprendizagem. Assim, embora as metodologias ativas ofereçam inegáveis benefícios pedagógicos, sua aplicação precisa considerar as condições concretas dos alunos, especialmente em contextos onde o tempo é um recurso escasso. A busca por um equilíbrio entre a inovação pedagógica e a realidade dos estudantes trabalhadores é fundamental para evitar que a promessa das metodologias ativas se transforme em um fardo adicional para aqueles que já enfrentam múltiplos desafios no seu percurso acadêmico.

4 NOVAS PERSPECTIVAS PARA AULAS EXPOSITIVAS

As aulas expositivas evoluíram ao longo do tempo, desafiando a premissa de que os alunos submetidos a essa metodologia estão completamente passivos. Embora as aulas expositivas sejam vistas como um símbolo do ensino tradicional, elas têm se adaptado às novas demandas educacionais e continuam a desempenhar um papel vital no desenvolvimento de habilidades essenciais.

Contrariamente à crença popular, as aulas expositivas podem promover um aprendizado ativo e engajado. O professor não é apenas um transmissor de conhecimento, mas também um facilitador que pode utilizar técnicas interativas, como perguntas direcionadas, debates e o uso de multimídia para tornar as aulas mais dinâmicas. Este tipo de abordagem tem sido defendido por Barak Rosenshine, que em seu artigo "Principles of Instruction" (2010), onde afirma que a instrução direta, quando bem executada, é extremamente eficaz para a aprendizagem. (ROSENSHINE, 2010).

John Hattie (2008) apresenta uma meta-análise de diversas práticas educacionais e conclui que a instrução clara e objetiva, característica das boas aulas expositivas, tem um impacto relevante na aprendizagem dos alunos. Defende o nobre pensador que a qualidade da instrução é mais importante do que o formato, e que aulas expositivas bem planejadas e executadas podem ser extremamente eficazes. O ensino expositivo pode desenvolver a habilidade de escuta ativa, permitindo que os alunos processem e compreendam informações complexas de maneira estruturada. (HATTIE, 2008).

As críticas às aulas expositivas como métodos de ensino ultrapassados muitas vezes ignoram essas nuances e a evolução desse formato pedagógico. A ideia de que as aulas expositivas submetem os alunos a uma metodologia totalmente passiva é, portanto, um equívoco. Em vez disso, quando utilizadas de forma estratégica e dinâmica, as aulas expositivas continuam a ser uma ferramenta valiosa no arsenal educacional, promovendo tanto a aquisição de conhecimento quanto o desenvolvimento de habilidades essenciais como a concentração e a anotação sintética.

5 EQUILÍBRIO NA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA

Uma postura radical sobre ruptura educacional mostra-se, no entender desse estudo, inviável, pois boa parte do que é promovido como inovador na verdade se baseia em princípios já estabelecidos e comprovados pela pedagogia tradicional. Ao examinar as metodologias ativas e outras práticas educativas consideradas modernas, percebe-se que muitas delas são, na realidade, versões renovadas de métodos tradicionais que foram adaptados para os contextos contemporâneos.

Por outro lado, é inegável que novas circunstâncias e possibilidades contemporâneas trazem a necessidade de evoluções. As rápidas mudanças tecnológicas, as demandas do mercado de trabalho do século XXI e a diversidade crescente nas salas de aula requerem que as práticas educacionais busquem frescor.

Dentro desse quadro, uma corrente significativa de pensadores acredita que a educação deve seguir de maneira equilibrada, integrando práticas tradicionais que possuem valor comprovado. Essa perspectiva crítica destaca a importância de não abandonar completamente as metodologias tradicionais, mas sim de integrá-las com

novas abordagens para alcançar um ensino mais eficaz e inclusivo.

E. D. Hirsch Jr., em *Cultural Literacy: What Every American Needs to Know* (1987), defendeu a necessidade de uma base comum de conhecimento para a cidadania e a comunicação efetiva. De acordo com o seu pensamento substituir totalmente os métodos tradicionais por metodologias ativas pode resultar em lacunas no conhecimento dos alunos, prejudicando sua capacidade de participar de discussões mais complexas e informadas. (HIRSCH, 1987).

Diane Ravitch, uma das mais importantes historiadoras da educação, enfatiza, por sua vez, em *The Death and Life of the Great American School System* (2010), a importância de aprender com a história educacional. Ravitch acredita que as reformas que tentam uma ruptura completa com o passado muitas vezes falham ao ignorar as lições valiosas das práticas tradicionais. Ela defende uma abordagem equilibrada, que incorpore o melhor dos métodos tradicionais e das novas metodologias para promover um desenvolvimento educacional mais robusto. (RAVITCH, 2010).

Daniel T. Willingham, em *Why Don't Students Like School?* (2009), utiliza princípios das ciências cognitivas para argumentar que os métodos tradicionais de ensino, como a memorização e a prática repetitiva, são importantíssimos para a retenção de informações e o desenvolvimento de habilidades básicas. Uma ruptura completa com essas práticas poderia, assim, comprometer a capacidade dos alunos de adquirir conhecimentos fundamentais e também de habilidades e competências. (WILLINGHAM, 2009).

Neil Postman, em *The End of Education: Redefining the Value of School* (1995), argumenta que a educação deve conservar e transmitir a cultura. Ele critica a ideia de uma ruptura total com o passado, sugerindo que isso pode levar à perda de valores culturais e conhecimentos importantes, corroborando, desse modo, com a ideia de equilibrar inovação com a preservação, promovendo uma continuidade educacional. (POSTMAN, 1995).

Paul A. Kirschner, John Sweller e Richard E. Clark argumentam que métodos como a instrução direta são mais eficazes para o aprendizado inicial. Eles criticam a substituição completa desses métodos por metodologias ativas, afirmando que a instrução direta fornece uma base sólida de conhecimento fundamental para o desenvolvimento de habilidades complexas. (KIRSCHNER; SWELLER; CLARK, 2006).

Linda Darling-Hammond aduz que a educação deve ser equitativa e inclusiva, incorporando tanto a transmissão de conhecimento factual quanto o desenvolvimento de habilidades críticas. Para isso, o uso de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, deve ser usado concomitantemente com outros métodos dentro de um currículo bem estruturado e consistente. (DARLING-HAMMOND, 2010).

Carol Ann Tomlinson, uma autoridade em diferenciação instrucional, defende que os educadores devem adaptar suas práticas para atender às diversas necessidades dos alunos, demonstrando que a diferenciação pode ser alcançada combinando métodos tradicionais com abordagens inovadoras, permitindo que os professores promovam um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz. (TOMLINSON, 2017).

John Hattie fornece uma visão baseada em evidências sobre o que funciona na educação, afirmando que tanto os métodos tradicionais quanto os inovadores têm seu lugar na sala de aula, desde que sejam usados adequadamente às circunstâncias. (HATTIE, 2008).

Howard Gardner, conhecido por sua teoria das inteligências múltiplas, defende igualmente uma abordagem educacional que combine métodos tradicionais e inovadores para atender às diversas formas de aprender dos alunos. (GARDNER, 2006).

Larry Cuban é outro autor que explora como a ideia de que a implementação de inovações educacionais muitas vezes não resulta na exclusão das práticas tradicionais, mas sim em uma integração que respeita o valor de ambos. (CUBAN, 2013).

Esses pensadores – e muitos outros que poderiam ser aqui citados, buscam um equilíbrio entre métodos tradicionais e modernos na educação defendem uma abordagem integrada que combine o melhor de ambos os mundos. Ao integrar práticas, esses pensadores acreditam que é possível criar um sistema educacional mais completo e eficaz, preparado para atender às diversas necessidades dos alunos e aos desafios do futuro.

6 NOVAS TECNOLOGIAS RENOVANDO ESTRATÉGIAS CLÁSSICAS DA EDUCAÇÃO

Será que a tecnologia por si só é capaz de realizar uma completa ruptura dos métodos educativos? No entendimento deste trabalho, a resposta é outra vez não. As novas ferramentas tecnológicas devem ser vistas como meios para potencializar a educação, e não como fins em si mesmos. Elas oferecem uma gama de recursos que podem ser adaptados para diferentes abordagens pedagógicas, promovendo uma experiência de aprendizagem mais rica e diversificada. Além disso, a introdução dessas tecnologias não representa uma ruptura com a pedagogia clássica, mas sim uma evolução que integra os meios e não os fins da educação.

Aulas expositivas, por exemplo, são uma estratégia clássica na educação onde o professor transmite conhecimento diretamente aos alunos. Com a tecnologia, essas aulas podem se tornar mais dinâmicas e interativas. Plataformas como “Prezi” e “PowerPoint”, com recursos avançados, e quadros brancos interativos (“smartboards”) permitem que os conteúdos sejam apresentados de forma visualmente atrativa. Ferramentas como “Mentimeter” possibilitam a inserção de perguntas em tempo real, promovendo a interação dos alunos durante a aula expositiva.

Discussões em sala de aula também ganham uma nova roupagem com a tecnologia. Fóruns de discussão em plataformas de aprendizagem, como “Moodle” e “Canvas”, permitem que os alunos postem suas opiniões, respondam a colegas e participem de debates estruturados. Ferramentas como “Flipgrid”, que permitem a gravação de vídeos curtos, tornam as discussões mais engajadoras e dinâmicas.

A aprendizagem baseada em projetos (ABP) é outra beneficiada pelas novas tecnologias. Ferramentas de gerenciamento de projetos como “Trello”, “Asana” e “Microsoft Teams” ajudam na organização, atribuição de tarefas e comunicação eficaz entre os membros do grupo. Plataformas de criação de conteúdo como “Google Workspace” permitem colaboração em tempo real em documentos, planilhas e apresentações, facilitando o trabalho em grupo.

As avaliações, que tradicionalmente envolvem provas e testes escritos, podem ser transformadas com sistemas de avaliação online. Plataformas como “Kahoot!”, “Quizizz” e “Google Forms” tornam as avaliações interativas e gamificadas, oferecendo feedback imediato e permitindo que os alunos compreendam seus erros

e aprendam em tempo real. A leitura e discussão de textos, uma prática educativa fundamental, também se beneficia das tecnologias digitais. O uso de “eBooks” e plataformas como “Kindle” e “Google Books” permite anotações, marcações e compartilhamento de comentários. Ferramentas como “Hypothesis” possibilitam a anotação colaborativa de textos online, promovendo discussões enriquecedoras entre os alunos.

Laboratórios e experimentos, tradicionalmente realizados em laboratórios físicos, podem ser complementados ou substituídos por laboratórios virtuais e simulações online. Plataformas como “PhET Interactive Simulations” e “Labster” oferecem experiências interativas que permitem que os alunos conduzam experimentos de forma segura e econômica, trazendo uma nova dimensão para o aprendizado científico.

Sessões de tutoria presenciais, usadas para ajudar os alunos com dificuldades, podem ser complementadas com tutores virtuais baseados em inteligência artificial. “Chatbots” e tutores virtuais, como o “Watson da IBM”, podem fornecer suporte personalizado, respondendo a perguntas frequentes e oferecendo retorno imediato. Ferramentas de IA como a Khan Academy e “chat gpt” utilizam algoritmos para adaptar o conteúdo às necessidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais personalizado.

Finalmente, apresentações orais, uma prática clássica para desenvolver habilidades de comunicação, também ganham uma nova dimensão com a tecnologia. Ferramentas de criação de vídeo como “Loom”, “Screencast-O-Matic” e “Adobe Spark” permitem que os alunos criem e compartilhem apresentações em vídeo, ajudando a desenvolver habilidades de comunicação em um formato digital.

Esses exemplos ilustram que, apesar das ferramentas tecnológicas serem novas, o que realmente percebemos é uma continuidade na aplicação dos princípios educativos clássicos. A tecnologia não substitui as bases tradicionais da educação, mas as complementa e enriquece, proporcionando novas maneiras de engajar os alunos e de tornar o aprendizado mais dinâmico e eficaz. Essa integração harmoniosa entre o antigo e o novo reafirma a importância de uma pedagogia fundamentada em métodos comprovados, enquanto se aproveita das inovações tecnológicas para potencializar os resultados educacionais.

7 O DISCURSO DO TOTALMENTE NOVO COMO ESTRATÉGIA DE MARKETING NA EDUCAÇÃO

Mas se os princípios educacionais parecem se manter próximos aos clássicos e se a tecnologia contribui mais com os meios do que os fins, porque tanto se fala em ruptura e inovação?

Uma das respostas mais consistentes para essa pergunta é de que a ideia de que o discurso do "totalmente novo" na educação é, em grande parte, uma estratégia de "marketing", e não uma realidade substancial, algo que tem sido explorado por vários autores. Estes críticos argumentam que muitas das "novidades" apresentadas como revolucionárias são, na verdade, versões repaginadas de práticas e ideias já existentes. Eles sugerem que o "novo" muitas vezes não passa de uma reinvenção do "velho" com uma camada de verniz moderno, destinada a encantar os entusiastas da inovação.

Nesse cenário, aliás, tem se tornado quase cômico observar como expressões em inglês são usadas para impressionar e vender ideias de inovação. Termos como "flipped classroom," "blended learning," e "gamification" são lançados com entusiasmo em conferências e publicações, como se a simples adoção de uma nova terminologia pudesse garantir uma revolução pedagógica. É irônico, contudo, que muitas das tão celebradas metodologias ativas são frequentemente apresentadas em... sim, aulas expositivas. A preponderância de discursos sobre o fim das aulas expositivas é, muitas vezes, conduzida através de longas e tradicionais palestras. Essa contradição não passa despercebida e sugere que talvez o problema não esteja na forma expositiva em si, mas na maneira como é utilizada. Afinal, a substância do ensino eficaz reside mais na qualidade da interação e no engajamento do que na adoção acrítica de jargões modernos.

Henry Giroux, um crítico do neoliberalismo na educação, argumenta que a mercantilização do setor educacional tem levado à promoção de novas práticas e tecnologias como soluções revolucionárias para problemas antigos. Em sua obra *Neoliberalism's War on Higher Education* (2014), Giroux sugere que muitas das inovações educacionais apresentadas como novas são, na verdade, estratégias de marketing destinadas a vender produtos e serviços educacionais. Ele critica a forma como o discurso do "novo" é utilizado para justificar cortes em práticas pedagógicas

tradicionais e a adoção de tecnologias caras que nem sempre melhoram a aprendizagem. (GIROUX, 2014).

Frank Furedi é outro que discute como a cultura da inovação constante na educação pode ser enganosa. Ele expõe que o foco incessante em "novidades" e "revoluções" educativas muitas vezes obscurece o valor das metodologias tradicionais que têm uma base sólida de eficácia comprovada, indicando que a promoção do novo como inerentemente superior é uma estratégia que capitaliza a ansiedade dos educadores e formuladores de políticas sobre a necessidade de modernização. Afinal, quem precisa de sólidas práticas pedagógicas quando se pode ter um "learning experience" imersivo e altamente disruptivo?

Ken Robinson, um conhecido defensor da reforma educacional, explora a tensão entre a necessidade de inovação e a valorização de práticas educativas comprovadas. Embora Robinson defenda mudanças no sistema educacional, ele também alerta contra a adoção de novas práticas por motivos de moda, sem uma avaliação crítica de sua eficácia. Ele sugere que muitas das chamadas inovações são versões reembaladas de ideias antigas. Como diz o ditado, "tudo que é novo é bem esquecido velho", mas com um toque de "smart" e "digital". (ROBINSON, 2015).

Audrey Watters, uma crítica da tecnologia na educação, aborda como o "hype" em torno de novas tecnologias educacionais frequentemente serve aos interesses de empresas de tecnologia mais do que aos dos alunos. Em seu blog e em artigos como "The History of the Future of Education Technology" (2014), Watters mostra que o discurso do "novo" é frequentemente utilizado para vender produtos que não trazem melhorias reais para a aprendizagem, levantando a bandeira de uma abordagem mais crítica e histórica na avaliação de inovações tecnológicas na educação. Afinal, uma "edtech solution" pode parecer fascinante, mas será que ela realmente supera o velho e bom livro didático? (WATTERS, 2014).

Zygmunt Bauman, em sua obra *Modernidade Líquida* (2000), aborda a natureza efêmera e volátil das inovações na sociedade contemporânea. Embora seu foco principal não seja a educação, seus ensinamentos sobre a modernidade líquida ajudam a entender por que tantas inovações educacionais são promovidas como "revolucionárias" mas rapidamente substituídas por novas "modas". Essa incessante busca pelo novo é uma característica da modernidade líquida, onde a estabilidade e

a continuidade são constantemente desafiadas. Em outras palavras, o "cutting-edge" de hoje é o "passé" de amanhã. (BAUMAN, 2000).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste artigo ressaltam que a educação contemporânea, embora frequentemente apresentada como um campo em constante ruptura e inovação, na verdade mantém fortes vínculos com princípios pedagógicos tradicionais.

A análise das metodologias ativas mostrou que muitos dos conceitos considerados inovadores são, na realidade, adaptações e renomeações de ideias desenvolvidas ao longo do século XX por autores como John Dewey, Paulo Freire e Carl Rogers. Esses pioneiros já defendiam a importância de um aprendizado experiencial e centrado no aluno, conceitos que continuam a influenciar as práticas educacionais contemporâneas.

O artigo discutiu, de igual modo, a falsa dicotomia entre o ensino de conteúdo e o desenvolvimento de habilidades, argumentando que ambos são interdependentes e essenciais para uma educação eficaz. As metodologias ativas, quando bem aplicadas, não negligenciam o conteúdo, mas o utilizam como base para desenvolver habilidades críticas. Da mesma forma, as aulas expositivas, muitas vezes criticadas por sua passividade, podem ser adaptadas para promover um aprendizado ativo e engajado.

Outro ponto central abordado foi o desafio de implementar metodologias ativas em contextos onde os alunos têm pouco tempo disponível, especialmente em cursos noturnos para estudantes que trabalham. Esse obstáculo destaca a importância de considerar as realidades práticas dos estudantes ao propor inovações pedagógicas.

Por fim, defendeu-se o ponto de vista que o discurso do "totalmente novo" na educação, muitas vezes promovido como uma estratégia de marketing, pode ser enganoso. A ideia de uma ruptura completa com o passado ignora o valor das práticas tradicionais que têm eficácia comprovada. A integração equilibrada de métodos tradicionais e inovadores, potencializada pelo uso consciente da tecnologia, é apresentada como a abordagem mais viável para enfrentar os desafios educacionais do século XXI.

REFERÊNCIA

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CUBAN, Larry. **Inside the Black Box of Classroom Practice: Change Without Reform in American Education**. Cambridge: Harvard Education Press, 2013.
- DARLING-HAMMOND, Linda. **The Flat World and Education: How America's Commitment to Equity Will Determine Our Future**. New York: Teachers College Press, 2010.
- DEWEY, John. **Democracia e Educação: uma introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- DEWEY, John. **Experiência e Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FULLAN, Michael. **Change the World in Motion: The Real Reform Begins with Us**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FUREDÍ, Frank. **Wasted: Why Education Isn't Educating**. London: Continuum, 2009.
- GARDNER, Howard. **Multiple Intelligences: New Horizons**. New York: Basic Books, 2006.
- GIROUX, Henry. **Neoliberalism's War on Higher Education**. Chicago: Haymarket Books, 2014.
- HATTIE, John. **Visible Learning: A Synthesis of Over 800 Meta-Analyses Relating to Achievement**. London: Routledge, 2008.
- HIRSCH, E. D. **Cultural Literacy: What Every American Needs to Know**. Boston: Houghton Mifflin, 1987.
- HIRSCH, E. D. **The Schools We Need and Why We Don't Have Them**. New York: Doubleday, 1999.
- KIRSCHNER, Paul A.; SWELLER, John; CLARK, Richard E. **Why Minimal Guidance During Instruction Does Not Work: An Analysis of the Failure of Constructivist, Discovery, Problem-Based, Experiential, and Inquiry-Based Teaching**. *Educational Psychologist*, v. 41, n. 2, p. 75-86, 2006.
- KOHN, Alfie. **The Schools Our Children Deserve: Moving Beyond Traditional Classrooms and "Tougher Standards"**. Boston: Houghton Mifflin, 1999.
- KOLB, David A. **Experiential Learning: Experience as the Source of Learning and Development**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

MAZUR, Eric. **Peer Instruction: A User's Manual**. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1997.

MITRA, Sugata. **The Hole in the Wall: Self-Organising Systems in Education**. New Delhi: Tata McGraw-Hill, 2005.

MORAN, José Manuel. **Metodologias Ativas para a Transformação da Educação**. São Paulo: Fundação Santillana, 2015.

PIAGET, Jean. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1966.

POSTMAN, Neil. **The End of Education: Redefining the Value of School**. New York: Vintage Books, 1995.

RAVITCH, Diane. **The Death and Life of the Great American School System: How Testing and Choice Are Undermining Education**. New York: Basic Books, 2010.

ROBINSON, Ken; ARONICA, Lou. **Creative Schools: The Grassroots Revolution That's Transforming Education**. New York: Viking, 2015.

ROGERS, Carl. **Liberdade para Aprender: Uma Abordagem Revolucionária do Modo de Educar**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

ROSENSHINE, Barak. **Principles of Instruction**. International Academy of Education, v. 27, p. 1-32, 2010. Disponível em: <https://www.aft.org/sites/default/files/periodicals/Rosenshine.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SELWYN, Neil. **Should Robots Replace Teachers? AI and the Future of Education**. Cambridge: Polity, 2019.

SIEMENS, George. **Knowing Knowledge**. Vancouver: Lulu Press, 2006.

TOMLINSON, Carol Ann. **How to Differentiate Instruction in Academically Diverse Classrooms**. Alexandria: ASCD, 2017.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WATTERS, Audrey. **The History of the Future of Education Technology**. [Blog]. Disponível em: <http://hackededucation.com/2014/12/03/the-history-of-the-future-of-education-technology>. Acesso em: 05 ago. 2024.

WESCH, Michael. **A Vision of Students Today**. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dGCJ46vyR9o>. Acesso em: 05 ago. 2024.

WILLINGHAM, Daniel T. **Why Don't Students Like School? A Cognitive Scientist Answers Questions About How the Mind Works and What It Means for the Classroom**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.



Intoxicação por teobromina em cães: uma breve revisão

Theobromine poisoning in dogs: brief review

FÁBIO CARDOSO BERTOLINO
Discente de Medicina Veterinária do
Centro Universitário uniArnaldo
fabio-bertolino@live.com

PILLAR GOMIDE DO VALLE
Doutora em Clínica e Cirurgia Veterinária pela UFMG;
Professora Titular no Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário UniArnaldo
pillarvalle@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho busca reunir informações acerca do fruto do Cacau (*Theobroma cacao*) e o seu potencial tóxico aos cães devido à um alcaloide presente em seu fruto e derivados, encontrado em quantidades suficientemente tóxicas em chocolates, chamado de teobromina. Inúmeros trabalhos relatam a gravidade do consumo de chocolate por cães e poucos abrangem as características do cacau e o mecanismo de ação da teobromina no organismo dos cães e é de extrema importância que seja elucidado para correta intervenção veterinária (KWIK-URIBE, 2005; LATIF, 2013). Avalia-se o teor das metilxantinas, teobromina e cafeína que são encontrados em subprodutos do Cacau, seu potencial tóxico, dose letal, sinais clínicos descritos na literatura e o tratamento adequado para estabilização do quadro de intoxicação desencadeados pelo consumo acidental ou espontâneo do chocolate por cães (ASHIHARA, 2006). A presença do chocolate nas casas é mais frequente em feriados como a Páscoa, cuja tradição de presentear alguém com ovos elaborados com os mais diversos ingredientes e tendo como base o chocolate, pode aumentar a incidência de atendimentos de emergência e urgência de casos de intoxicação em clínicas veterinárias (RODER, 2002).

Palavras chave: metilxantinas; teobromina; intoxicação em cães

ABSTRACT

*This work seeks to gather information about the Cocoa fruit (*Theobroma cacao*) and its toxic potential to dogs due to an alkaloid present in its fruit and derivatives, found in sufficiently toxic quantities in chocolates, called theobromine. Numerous studies report the severity of chocolate*



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janssen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitorino Marcolá, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎ 31 3524-5000

consumption by dogs and few cover the characteristics of cocoa and the mechanism of action of theobromine in the dog's body and it is extremely important that this is elucidated for correct veterinary intervention (KWIK-URIBE, 2005; LATIF, 2013). The content of methylxanthines, theobromine and caffeine found in cocoa by-products, their toxic potential, lethal dose, clinical signs described in the literature and the appropriate treatment to stabilize the intoxication triggered by the accidental or spontaneous consumption of chocolate by dogs (ASHIHARA, 2006). The presence of chocolate in homes is more frequent on holidays such as Easter, whose tradition of giving someone eggs made with the most diverse ingredients and based on chocolate, can increase the incidence of emergency and urgent care in cases of poisoning in veterinary clinics (RODER, 2002).

Keywords:: metilxantines; teobromine; poisoning in dogs

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1 CACAU E SUA HISTÓRIA

O nome científico *Theobroma cacao* foi dado por Carl Von Linné (1707–1778), um naturalista sueco, que uniu as palavras gregas *theo* – Deus e *broma* – bebida. Originário do México e seu consumo começou no tempo dos Maias, Incas e Astecas e era utilizado em forma de bebida em rituais. No séc. XVI foi introduzido na Europa e América do Norte e era considerado uma iguaria afrodisíaca, momento que começou o seu uso medicinal, tanto como veículo de medicamentos quanto no uso em conjunto com chás, ervas e outros alimentos. Suas propriedades eram usadas com a finalidade de tratar problemas cardíacos, digestivos, insônia e inflamações. (KWIK-URIBE, 2005; LATIF, 2013). Chegou ao Brasil em meados dos anos 70 e 80 com a implantação de mais de 200 mil hectares destinados ao plantio do fruto (SODRÉ, 2007).

Os subprodutos do cacau foram ganhando espaço e se tornaram peça central em datas comemorativas como o dia das crianças, dos namorados, mas principalmente na celebração cristã de Páscoa (RODER, 2002). O uso culinário do cacau é mais expressivo nos dias atuais, apesar de não terem cessado os estudos referentes as suas propriedades e seus efeitos no organismo humano (RIBEIRO, 2019).

1.1 Chocolate

A fabricação do chocolate no Brasil é regulamento pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na Resolução de Nº 723, de 1º de Julho de 2022 que estabelece que o chocolate deve ser obtido a partir da mistura de derivados de cacau,

massa, pasta ou liquor de cacau, cacau em pó ou manteiga de cacau, com outros ingredientes, podendo apresentar recheio, cobertura, formato e consistência variados devendo apresentar no mínimo 25% de sólidos totais de cacau.

A mesma resolução dita que o chocolate branco deve ser obtido a partir da mistura de manteiga de cacau com outros ingredientes, podendo apresentar recheio, cobertura, formato e consistência variados, apresentando no mínimo 20% de sólidos totais de manteiga de cacau (ANVISA, 2022). Podemos concluir que tal fato determina o nível de pureza e de concentrações de substâncias dentro do chocolate, resultando em maiores teores de metilxantinas no chocolate preto se comparado ao chocolate branco, por apresentar em sua composição o cacau em pó e uma porcentagem maior de sólidos totais do fruto (ÉVORA, 2014).

Em uma pesquisa com proprietários de cães que frequentam clínicas veterinárias no município de Lavras, MG, foi registrado que 76,74% dos proprietários afirmaram saber dos malefícios que estes alimentos causam em seus animais (incluindo uva e cebola); 20,93% disseram nunca terem ouvido falar e 2,32% não souberam responder, e ainda assim, 16,28% dos questionados afirmaram fornecer chocolates a seus cães. (CARVALHO et al, 2014).

1.2 Metilxantinas

As metilxantinas são alcaloides naturalmente encontradas em plantas utilizadas para a produção de bebidas alimentícias e estimulantes consumidos em todo o mundo (ARAGÃO et. al, 2009). Nesta classe de substâncias temos a teofilina, a cafeína e a teobromina, sendo a cafeína (1,3,7-trimetilxantina) o mais comum dentre os três e é encontrada principalmente em chás, cafés, produtos de cacau e bebidas à base de cola. Seus efeitos fisiológicos na saúde humana incluem estimulação do sistema nervoso central, dos músculos cardíacos, do sistema respiratório e da secreção de ácido gástrico. Também é considerada como um diurético fraco e relaxante muscular (JAMES, 1991). A teobromina (3,7-dimetilxantina), encontrada sobretudo, em produtos de cacau, possui ação diurética enquanto a teofilina (1,3-dimetilxantina), é encontrada em algumas variedades de chás, tem predominantemente efeito broncodilatador (HARKINS et al., 1998).

Quatro mecanismos de ação foram descobertos através de estudos realizados

por vários autores, são eles: a regulação dos níveis de cálcio (Ca^{2+}) intracelular, inibição de fosfodiesterases (enzimas responsáveis pela liberação de Adenosina Monofosfato Cíclico), modulação dos receptores de GABA e antagonismo dos receptores de adenosina (RA). A ativação da liberação de Ca^{2+} intracelular ocorre quando há elevados níveis séricos de metilxantinas no organismo (PINILLA et al., 2015).

2 EFEITOS DA TEOBROMINA EM HUMANOS

A teobromina é uma metilxantina bimetilada e tem caráter menos básico que a cafeína podendo ser solubilizada em álcool, solventes orgânicos clorados e água, também pode ser resultado do metabolismo da cafeína (PERES, 2018).

A rota de biotransformação das metilxantinas pode converter cafeína em teobromina e cafeína em teofilina, visto também que para a biossíntese de cafeína é necessário a biotransformação de xantosina em 7-metilxantosina, que por sua vez para 7-metilxantina, seguido de teobromina para então termos a cafeína (ASHIHARA, 2006).

A teobromina exerce papel vasodilatador, reduzindo a pressão arterial e diminuindo os riscos de doenças cardíacas. Além disso propicia uma sensação revitalizante, diurética, revigorante, estimulante e relaxante. A lipoproteína de alta densidade (HDL) presente no cacau está ligado exclusivamente à teobromina, o que aumenta a indicação de uso para tratamentos e prevenção de arterosclerose (PERES, 2018).

Pensa-se também que a ação antioxidante dos flavonoides, que são substâncias químicas presentes em frutas, flores e vegetais e em seus subprodutos, como o vinho, chá e chocolate, atuam também nos mecanismos de inibição da absorção de colesterol no trato gastrointestinal, inibindo a biossíntese da lipoproteína de baixa densidade (LDL) no fígado, aumentando a expressão de seus receptores, além de suprimir a secreção da apolipoproteína B100 favorecendo o decréscimo dos níveis de LDL por utilizar substâncias oxidativas na superfície da molécula e inibir a formação de radicais livres pela ação quelante dos metais que participam de tal síntese (ÉVORA, 2014).

Existem poucas correlações na literatura sobre o consumo de chocolate e a síndrome de enxaquecas em humanos. Não se sabe exatamente qual substância

presente no cacau ou em seu produto pós processamento que suspostamente propicia o desenvolvimento de dores de cabeça. Évora conclui em sua pesquisa que a hiperexcitação neuronal descrita por Fraga MDB et. al é a correlação mais plausível devido ao efeito das metilxantinas no sistema nervoso central (SNC), apesar de estudos mais recentes incitarem uma alteração no metabolismo da tirosina, fator que desencadearia um aumento da produção não fisiológica de noradrenalina, adrenalina, dopamina, glutamato e aminas biogênicas que levaria ao mecanismo da dor (ÉVORA, 2014).

De toda forma, pode-se dizer que há um consenso entre autores que a ação concomitante dessas substâncias presentes no cacau em uma pessoa pré-disposta desencadeará enxaquecas, resta estabelecer a dose terapêutica, visto que o mecanismo e feitos adversos das metilxantinas se estabelece por dose-efeito (ÉVORA, 2014).

3 EFEITOS DA TEOBROMINA EM CÃES

Os efeitos tóxicos se dão devido ao lento metabolismo hepático e a recirculação da teobromina no organismo dos cães. Vale considerar que no caso de ingestão de derivados de cacau, também haverá uma pequena concentração de cafeína, outra metilxantina tóxica (PERES, 2018).

A meia vida da teobromina no organismo dos cães é de 17,5 horas e sua recirculação pode chegar à 20 horas até a sua eliminação completa, que pode levar até 6 dias, podendo o animal se intoxicar com doses espaçadas dentro deste intervalo (STIDWORTHY et al., 1997; ALBRETSEN, 2004; GWALTNEY-BRANT, 2021).

Uma vez ingerida, a biotransformação da teobromina se iniciará no estômago, devido ao alto teor de gorduras, advindas tanto do cacau quanto dos derivados lácteos presentes no chocolate, ocorre uma elevada produção de lipase pelo pâncreas que sobrecarrega suas funções exócrinas e endócrinas desencadeando um quadro de pancreatite aguda (SAMPAIO, 2018).

Após a passagem da ingesta pelo duodeno, as metilxantinas são absorvidas pelas vilosidades intestinais, ganhando o sistema porta e alcançando a circulação sanguínea, no fígado, a biotransformação ineficiente sobrecarrega a produção de enzimas hepáticas a fim de excretar a substância através da bile, que é secretada pela vesícula biliar no duodeno sendo absorvida novamente pelas vilosidades e atingindo

picos cada vez mais elevados na circulação sanguínea (SAMPAIO, 2018; RODER, 2002).

As metilxantinas atuam no SNC competindo com os receptores benzodiazepínicos, ocupando sítios de ligação da enzima fosfodiesterase, responsável pela contração da musculatura lisa (SAMPAIO, 2018).

A inibição das fosfodiesterases que atuam regulando os níveis de adenosina monofosfato cíclico (AMPc), um importante neuromodulador responsável por várias funções no organismo, causam influxo de cálcio nas células, principalmente musculares, impedindo o sequestro do íon pelo retículo sarcoplasmático do músculo estriado. Tal fato aumenta consideravelmente os impulsos para contração muscular involuntária (ALBRETSSEN, 2004).

O AMPc atua como mensageiro intracelular de inúmeros processos biológicos, tais como a proliferação celular, transcrição gênica, transmissão neuronal e contração muscular, possui via intra e extra celular responsável pela regulação da contratilidade de musculatura lisa (PACINI, 2017). A elevação dos níveis de AMPc provocam inúmeras reações no organismo, ligadas à recirculação entero-hepática da teobromina irão promover estímulos contínuos na musculatura cardíaca estriada causando hipertensão, além do influxo de cálcio nas células musculares esqueléticas e o impedimento do sequestro e armazenamento do íon pelo retículo sarcoplasmático, aumentando o potencial de ação ocasionando contrações musculares involuntárias (CARSON, 2006; STIDWORTHY et al., 1997; ALBRETSSEN, 2004; GWALTNEY-BRANT, 2021).

Após filtração glomerular, a teobromina alcança os túbulos renais proximais e distais, inibindo a absorção de solutos, causando diurese associada ao efeito do relaxamento da musculatura lisa da bexiga por inibição da fosfodiesterase, acarretando uma insuficiência renal aguda. Em elevados níveis séricos, o AMPc também estimula o centro do vômito e o centro respiratório medular, importante regulador da absorção de oxigênio e eliminação de gás carbônico (CO₂), levando ao aumento da sensibilidade ao CO₂ causando desequilíbrio ácido-base (GWALTNEY-BRANT, 2021). Quando ingerida em doses acima das consideradas letais, a recirculação da teobromina causará em um segundo momento a vasoconstrição cerebral e por altos estímulos da musculatura cardíaca pelo AMPc, levará à taquicardia, além de aumento da liberação de noradrenalina e adrenalina,

potencializando o estado de alerta do animal podendo causar hiperestesia e até convulsões (ALBRETSEN, 2004). A teobromina é uma molécula de alta lipossolubilidade, que tem capacidade de atravessar a barreira hematoencefálica e placentária. Apesar de não haver relatos na literatura, há um potencial de causar má formação fetal, morte fetal e abortos (CARSON, 2006).

a. Sinais clínicos

Os sinais clínicos descritos são diarreia, devido à alta concentração lipídica e lactose, vômitos, por pancreatite ou pelo estímulo do centro do vômito, desidratação, hiperatividade, devido à potencialização do estado de alerta, fraqueza, por perda de líquidos devido à diarreia e diurese, hipertermia e intensa vocalização relatada entre 6 a 12 horas após a ingestão. Poliúria, taquipneia, arritmias cardíacas e convulsões no caso de doses elevadas. Ao longo do quadro de intoxicação pode ocorrer hipocalcemia contribuindo para a disfunção cardíaca (CARSON, 2006; STIDWORTHY et al., 1997; ALBRETSEN, 2004; GWALTNEY-BRANT, 2021).

b. Dose dependente

Os efeitos tóxicos dependem da dosagem, tamanho do animal e teor de metilxantinas no alimento, pois chocolates à base de leite contêm menor teor de cacau que chocolates meio-amargos, e são considerados menos tóxicos. Doses letais mínimas capazes de matar até 50% dos cães (DL50) são descritos entre 100-200 mg/kg para cafeína e teobromina. Em geral, podem-se observar sinais leves em cães que ingeriram 20 mg/kg. Os efeitos cardiotoxicos são perceptíveis na dose de 40 a 50 mg/kg e as convulsões podem ocorrer em dose maior ou igual a 60 mg/kg (GWALTNEY-BRANT, 2021).

3.3 Concentração de metilxantinas

Um estudo publicado na Revista JRG de Estudos Acadêmicos, avaliaram o quantitativo de teobromina pós isolamento, em diferentes produtos comercializados à base de cacau observaram uma presença maior da metilxantina em produtos sem açúcar, aqueles que possuem quantidade maior de cacau, atestando pureza, seguido pelo considerado chocolate ao leite, sendo os achados diretamente proporcionais à

quantidade total de alcaloides em sua composição (PERES, 2018).

O cacau, seus derivados e produtos possuem cafeína em quantidades de 3 a 10 vezes menores que de teobromina, mas devido à ambas se tratarem de metilxantinas com efeitos potencialmente tóxicos as animais, cabe-se utilizar da concentração total de metilxantinas para se estabelecer a toxicidade do alimento (BALTAZAR, 2018).

Tabela 1. Concentração de metilxantina em chocolates

Produto	Concentração total de metilxantina
Cacau em pó	28,5 mg/g
Chocolate sem açúcar	16 mg/g
Chocolate meio amargo	5,4 - 5,7 mg/g
Chocolate ao leite	2,3 mg/g
Chocolate 65%*	10,4mg/g
Chocolate branco	Insignificante

Fonte: Adaptado de (GWALTNEY-BRANT, Jun 2021).

*Chocolates comercializados pela porcentagem utilizam como base chocolates sem açúcares, por exemplo, uma barra com 65% conterá 10,4mg que equivale a concentração de 16mg/g x 0,65 de metilxantinas.

3.4 Cálculo de dose

Considerando a dose letal mínima descrita de metilxantinas sendo a de 100mg/kg (DL50 mín=100mg/kg), utilizando o exemplo de uma barra de chocolate meio amargo de 100g (Z=100g), e de acordo com o descrito na tabela acima, que estabelece a concentração média de metilxantinas no chocolate meio amargo sendo a de 5,5mg/g ([metilxantina]=5,5 mg/g) traçamos o seguinte cálculo, tendo como referência um animal com peso vivo equivalente à 5kg (PV=5kg) (GWALTNEY-BRANT, 2021).

1. $X^1 = PV \times DL_{mín}$ (5 x 100) DL = 500 mg
 - Ou seja, a dose letal mínima para um animal de 5kg é de 500mg de metilxantina.
2. $X^2 = [metilxantina] \times Z$ (5,5 x 100) M = 550mg
 - Uma barra de chocolate meio amargo possui concentração total de 550mg de metilxantina.

3. $DL = X^2 - X^1$ (550-500) $DL = 50$
 - De acordo com esta fórmula, caracteriza-se como dose letal resultados iguais ou superiores à zero.

4 DIAGNÓSTICO CLÍNICO, DIFERENCIAL E ACHADOS

É realizado pelo histórico de exposição a alimentos contendo metilxantinas e pela presença de sinais clínicos compatíveis. As metilxantinas podem ser detectadas no soro, plasma, tecido hepático, urina e conteúdo estomacal através da cromatografia líquida de alta eficiência. Deve se considerar como diagnóstico diferencial a intoxicação por anfetaminas, carbamato, estricnina, cocaína, guaraná, antidepressivos e anti histamínicos, devido à semelhança de sinais clínicos por ação no SNC, inibição de AMPc e liberação desordenada de epinefrina e noradrenalina. (GWALTNEY-BRANT, 2021; LIRA, 2014; ALVES, 2002).

Os achados post mortem são inespecíficos, chocolates ou cascas de cacau podem estar presentes no trato gastrointestinal, além de congestão pulmonar, hemorragias, edemas e congestão em diversos órgãos. (GWALTNEY-BRANT, 2021).

5 TRATAMENTO

A indução à êmese pode ser realizada apenas nos casos que a ingestão não ultrapassou de duas horas após o atendimento, podendo ser realizada com peróxido de hidrogênio a 2%. A lavagem gástrica pode ser realizada a fim de evitar a reabsorção de conteúdos e a administração de carvão ativado (1-4g/kg/VO) poderá auxiliar na eliminação da ingesta por englobar partículas inibindo sua reabsorção pelos enterócitos, a administração pode ser realizada a cada 12 horas até o final da sintomatologia clínica.

Por não existir antídoto, o tratamento se baseia na estabilização do quadro do animal. É prudente a realização de fluidoterapia o quanto antes para auxiliar na excreção renal e desequilíbrio ácido-base. Considerar sonda urinária devido à reabsorção dos metabólitos das metilxantinas na bexiga. Independente da quantidade ingerida, o acesso venoso torna-se um aliado importante na abordagem do paciente em quadro convulsivo. O constante monitoramento cardíaco se torna crucial devido à sobrecarga das funções cardíacas (RODER, 2002; GWALTNEY-BRANT, 2021).

Metoclopramida (0,2-0,4 mg/kg) por via subcutânea (SC) ou intramuscular (IM) pode ser administrada para controlar vômitos. Ondasetrona (0,11 a 0,22 mg/kg) por via oral e Maropitant (1mg/kg) por via SC também podem ser usadas como antieméticos (VIANA, 2019).

Para tremores e convulsões leves, utilizar Methocarbamol (50-220 mg/kg/IV lento; não ultrapassando 330mg/kg/dia) ou Diazepan (0,5-2 mg/kg/IV lento). Para convulsões severas, considerar o uso de barbitúricos, indica-se o Fenobarbital. (GWALTNEY-BRANT, 2021).

Em taquiarritmias, poderá ser utilizado Metoprolol (0,2-0,4 mg/kg, IV lenta), em bradiarritmias é indicado Atropina (0,01-0,02mg/kg) e em casos de taquiarritmias ventriculares refratárias, administrar Lidocaína (1-2mg/kg/IV, seguido de infusão intravenosa à velocidade de 0,025-0,08 mg/kg/min para manutenção do efeito). A diálise peritoneal pode ser uma aliada na manutenção do equilíbrio ácido-base e reversão da injúria renal aguda (GWALTNEY-BRANT, 2021; VIEIRA, 2013). Em animais elegíveis, a hemodiálise é uma via de tratamento por substituir a filtração renal e auxiliar na eliminação de solutos nos casos de intoxicação (OKAMOTO et al.,2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeros são os efeitos deletérios causados aos cães pela ingestão acidental ou não de chocolates e derivados de cacau. O mecanismo de ação e toxicidade das metilxantinas dependerá da sensibilidade e estado clínico de cada animal e mesmo com doses abaixo das consideradas letais, não existe segurança para a ingestão devido à dificultosa biotransformação e reabsorção desses alcaloides. É imprescindível considerar a ingestão de chocolates como diagnóstico diferencial de animais que apresentem sintomatologia compatível para a correta reversão do quadro e adequada conduta profissional, sendo fundamental uma anamnese detalhada (GWALTNEY-BRANT, 2021).

A cada vez mais as famílias aumentam a população de animais de estimação e o cuidado em restringir o acesso dos cães aos chocolates, principalmente em datas comemorativas, pode salvar uma vida. A conscientização de familiares e amigos sobre a potencialidade tóxica e letal aos cães pode contribuir para a diminuição dos casos de fornecimento deste alimento aos animais (BALTAZAR, 2018).

O conhecimento do cálculo de dose trará melhor previsão do prognóstico pelo

médico veterinário e permitirá uma intervenção mais assertiva e estabilização mais rápida dos parâmetros do paciente e sua consequente melhora.

REFERÊNCIAS

ASHIHARA, Hiroshi. **Metabolism of alkaloids in coffee plants**. Metabolic Biology Group, Department of Biology, Faculty of Science, Ochanomizu University, Tokyo, 112-8610, Japan; Braz. J. Plant Physiol., 18(1):1-8, 2006. Disponível em: < <https://blog.vetwecare.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Os-feriados-e-as-intoxica%C3%A7%C3%B5es-em-c%C3%A3es-e-gatos.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2024.

ALVES, Adriana Barreto, BRAGAGNOLO, Neura. **Determinação simultânea de teobromina, teofilina e cafeína em chás por cromatografia líquida de alta eficiência**. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences, vol. 38, n. 2, abr./jun., 2002. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcf/a/QhGgt4dCKnnYz3d6BS5TkQc>>. Acesso em: 29 jul. 2024

BALTAZAR, Fabio Navarro. **Os feriados e as intoxicações em cães e gatos**. NEWSLETTER VET WE CARE. Abril, 2018. Disponível em: < <https://blog.vetwecare.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Os-feriados-e-as-intoxica%C3%A7%C3%B5es-em-c%C3%A3es-e-gatos.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

CARVALHO, L. et al. **Nível de conhecimento do proprietário sobre a toxicidade de alimentos comuns na dieta humana e seu fornecimento aos cães domiciliados**. ANAIS 35º ANCLIVEPA p.1085, 2014.

CLEFF, Stefanie Bressan Waller Brum, MELLO, João Roberto Braga de. **Intoxicações em cães e gatos por alimentos humanos: o que não fornecer aos animais?** Veterinária em Foco jul./dez. 2013. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/251914/001153640.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

EDUARDO, M.F, et al. **Achocolatados: análise química**. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences, vol. 40, n. 3, jul./set., 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcf/a/G3VdPwxh4xBgkfBzvqxXVDm/?lang=pt>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

ÉVORA, Sara Voss Lima. **A influência do Chocolate/Cacau no aparecimento da Enxaqueca**. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Medicina - Covilhã, Maio de 2014. Disponível em: < <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4855>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

KOVALKOVIČOVÁ N, Sutiaková I, Pistl J, Sutiak V. **Some food toxic for pets**. Interdiscip Toxicol. 2009 Sep;2(3):169-76. doi: 10.2478/v10102-009-0012-4. Epub 2009 Sep 28. PMID: 21217849; PMCID: PMC2984110. Disponível em: < [file:///C:/Users/danielasilva/Downloads/Some-food-toxic-for-pets%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/danielasilva/Downloads/Some-food-toxic-for-pets%20(2).pdf)>. Acesso em 01 ago. 2024.

KWIK-URIBE, C. **Potential Health Benefits of Cocoa Flavanols**. The Manufacturing Confectioner, Princeton, v. 85, n. 10, p. 43-49, 2005. Disponível em: <https://www.gomc.com/firstpage/200510043.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LATIF, R. **Chocolate/cocoa and human health: a review.** Neth J Med. 2013 Mar;71(2):63-8. PMID: 23462053. Disponível em:< <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23462053/>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LIRA, Raphael Nikolas, et al. **Animais de companhia** p.290. Intoxicação por chocolate amargo em um cão: um relato de caso. 1 Unid. Clin. Vet. LIRA, 2 Universidade do Estado de Santa Catarina, 3 Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, 4 MV Universidade Estadual de Londrina – UEL. Disponível em:< <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/24167/25013>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

Ministério da Saúde - MS Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União. **Resolução da diretoria colegiada - RDC Nº 723, DE 1º DE JULHO DE 2022** (Publicada no DOU nº 126, de 6 de julho de 2022). Disponível em:< https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/6485886/IN_281_2024_.pdf/f3273af0-89eb-488c-a81d-0844d4819018>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MULLER, et. al. **Intoxicação Por Chocolates Em Caninos: Do Vômito À Morte.** XXIV Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão. Nov/2019. Disponível em:< <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2019/XXIV%20SEMINARIO%20INTERINSTITUCIONAL/Mostra%20de%20Iniciacao%20Cientifica/Ciencias%20Exatas,%20agrarias%20e%20engenharias/RESUMO%20EXPANDIDO/INTOXICA%C3%87%C3%83O%20POR%20CHOCOLATES%20EM%20CANINOS%20-%20DO%20V%C3%94MITO%20%C3%80%20MORTE%20-%209176.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

OKAMOTO PTCG, Veado JCC, Santos KKF, Maia SR, Giovaninni LH, Machado CT, Souza FV. **Hemodiálise veterinária: considerações do Colégio Brasileiro de Nefrologia e Urologia Veterinárias.** Vet. e Zootec. 2023; v30: 001-015. Disponível em:< <https://rvz.emnuvens.com.br/rvz/article/view/1219/1020>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

PACINI, Enio Setsuo Arakaki. **Papel Da Via Extracelular Amp Cíclico - Adenosina Na Contração Do Músculo Liso Do Trato Respiratório.** Tese de doutorado. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Nov. 2017. Disponível em:< <https://repositorio.unifesp.br/items/3b5f9b9a-bf81-4630-a66b-e1c5b00f8113/full>>. Acesso em 01 ago. 2024.

PERES, Luciana Gifoni, et al. **Teobromina, Substância Encontrada No Cacau.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos - Ano I (2018), volume I, n.3 (extra), ISSN: 2595-1661. Disponível em:< <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/182/291>>. Acesso em: 01 ago. 2024

PINILLA, Eva Martínez; ASTIBIA Ainhoa Oñatibia; FRANCO, Rafael. **A relevância da teobromina para os efeitos benéficos do consumo de cacau.** Frontiers in Pharmacology. V. 6, Artigo 30. Fevereiro, 2015. Disponível em:< <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25750625/>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

TEIXEIRA, B.A, et al. Intoxicação por chocolate em cães – Revisão bibliográfica. **Anais da 14ª Mostra de Iniciação Científica.** Submetido: 10/09/2017 Aceito: 04/10/2017. Urcamp Bagé - RS, 2017. Disponível em:< [file:///C:/Users/danielasilva/Downloads/Some-food-toxic-for-pets%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/danielasilva/Downloads/Some-food-toxic-for-pets%20(3).pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SAMPAIO, A. B.; DELLA FLORA, Ana Maria Vidotto; ROSSATO, Cristina Krauspenhar. **Intoxicação por Chocolate em Cães.** Anais... In: Seminário Interinstitucional de Ensino,

Pesquisa e Extensão da Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2010.

SODRÉ, George Andrade . **A Espécie Theobroma Cacao**: Novas Perspectivas Para A Multiplicação De Cacaueiro. Revista Brasileira De Fruticultura v. 29, n. 2, p. 204 – 413 ano de 2007. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbf/a/ncdbCGgQYncJQm9NxwwRgMj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 ago.2024.

RODER, J. D. **Manual de Toxicología Veterinaria**. Multimedica Ed. Vet., Espanha, 2002

VIEIRA, A.N.L.S. ; RIBEIRO, J.F.A. ; TEBALDI, M. ; SIQUEIRA, E.G.M. ; MELCHERT, A.; GUIMARÃES-OKAMOTO, P.T.C.4 . **Diálise peritoneal empregada na reversão de quadro urêmico em cão** - relato de caso. XI CONPAVET. Maio, 2013. Disponível em:<<file:///C:/Users/danielasilva/Downloads/16226-Texto%20do%20artigo-26017-1-10-20140307.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2024.



O homem que ...

The man who...

EDUARDO ROBERTO BATISTA

Doutor em Literaturas de Língua

Portuguesa (PUC Minas, 2022); Mestre em Administração (Faculdade Novos Horizontes, 2016). Graduado em Letras (PUC Minas, 2000). Graduado em Gastronomia (Faculdade Estácio, 2011). Professor dos cursos de graduação em Gastronomia do Centro universitário - UniArnaldo; do Serviço Nacional do Comércio - SENAC; Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte.

E-mail: eduardolit@gmail.com

RESUMO

Este artigo reflete sobre representações do homem contemporâneo nos contos do escritor gaúcho Marcelo Benvenuti, integrante da antologia de contos *Geração Zero Zero: fricções em rede*. A estrutura dos contos sugere a fragmentação do homem na pós-modernidade. O sujeito busca algo que não identifica com clareza e, muitas vezes, nessa procura, sucumbe sem êxito.

Palavras-chave: Marcelo Benvenuti, literatura contemporânea, Geração Zero Zero.

ABSTRACT

*This article reflects about representations of the contemporary man in the short stories of the writer Marcelo Benvenuti, part of the short story anthology *Geração Zero Zero: fricções em rede* (Generation Zero Zero: network frictions). The structure of the stories suggests the fragmentation of man in postmodernity. The subject searches for something that he cannot identify clearly and, often, in this search, he succumbs without success.*

Keywords: Marcelo Benvenuti, contemporary literature, Geração Zero Zero.



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janssen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitorino Marchôa, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otílio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30350-160
☎️ 31 3524-5000

1 FRAGMENTOS DE UM HOMEM QUE...

Lançada em 2011, a antologia *Geração Zero Zero: fricções em rede* é composta por escritos de 21 autores ficcionistas brasileiros que estrearam nos dez primeiros anos do século XXI. O organizador da obra, o também escritor Nelson de Oliveira, nos convida a vivenciar textos até então inéditos (com exceção das crônicas de Lourenço Mutarelli, que já haviam sido publicadas em seu blog), e instiga o leitor a refletir a respeito do contexto histórico no qual essa geração de escritores desponta. A seleção dos textos foi feita, diferentemente de outras antologias, a partir da escolha dos autores – considerados por Oliveira como os melhores da chamada “Geração Zero”.¹ Segundo ele, há um grande número de publicações nesse período e a seleção e classificação para a organização do livro segue critérios próprios, mas ressalta que é importante lembrar que “[...] toda classificação é redutora, toda catalogação pressupõe um certo grau de simplificação e arbitrariedade” (OLIVEIRA, 2011, p. 12). Ao referir-se ao principal critério de escolha, refletido no título da antologia, o organizador acrescenta que “[...] qualquer definição geracional é, em essência, um pouco rígida e arbitrária” (p. 15). Contudo, a proximidade geracional entre os escritores presentes em *Geração Zero Zero* justifica o título da antologia e confere uma unidade temática que parece delinear algumas características de certa tendência da literatura na primeira década deste milênio.

Percebe-se como um importante traço dessa literatura, bem representada nos contos selecionados para análise neste artigo, uma referência necessariamente urbana, constituindo um espaço para personagens que são massacrados em sua experiência nas metrópoles. Para ilustrar esse aspecto, serão abordados três contos de Marcelo Benvenuti. Nascido em 1970, na cidade de Porto Alegre, publica seu trabalho inicialmente em seu blog, mantendo contato com seus leitores por e-mail, pelo Facebook e em outras redes sociais.² Em seu perfil online, o próprio escritor se

¹ Assim denominada, trata-se de uma subclassificação da “Geração Z”. Entende-se que é a parcela geracional que se mostra “apavorada com um futuro sem perspectiva diante da sexta extinção em massa, e primeira provocada por seres humanos” (cf.: <https://beieducacao.com.br/geracoes-x-y-z-e-alfa-como-cada-uma-se-comporta-e-aprende/#:~:text=Baby%20Boomers%3A%20nascidos%20entre%201946,nascidos%20entre%201997%20e%202010>). Acesso em 02 jan 2024). Pode-se considerar, então, que o critério geracional se ancora no contexto da publicação, no “nascimento dos textos”, por assim dizer, e não propriamente de seus autores, que de maneira geral, estariam mais próximos das chamadas “Geração X” e “Millennials”.

² O *blog* manteve atualizações entre 2010 e 2020, com a publicação de textos de gêneros variados,

definia como “Escritor. Mentiroso. Colorado. Cervejista. Pai do Lorenzo. Outras coisas as quais não interessam agora”. Entretanto, não se deve confiar em suas declarações, pois, como bem confessa, ele mente.³

Cabe observar que essa atividade no mundo virtual não é, de maneira geral, uma marca específica de sua geração, pois os nativos digitais só nasceriam na próxima onda. Benvenuti traz, assim, a visão de mundo de quem vive na fronteira dos mundos analógico e digital, tendo, igualmente, explorado o mercado editorial dos livros físicos: *Vidas cegas* (contos, 2002), *O livro laranja* (contos, 2003), *O ovo escocês* (contos, 2004), *Manual do fantasma amador* (contos, 2005) e *Arquivo morto* (contos, 2008).

Em entrevista ao site Verbo 21, Benvenuti fala de suas criações e explica a vida contemporânea retratada em suas linhas.

Eu me interessei em mostrar, publicar que seja, meus escritos quando descobri a internet, lá por 1995. Na época tinha um zine, assim como antes xerocava alguns para os amigos, no GeoCities. Era uma pré-história dos blogs. Tudo em HTML de Netscape, mal feito mesmo, porque nunca aprendia editar. Então, quer dizer que eu tinha lá meus 25 anos, fui publicar um livro com 31, e minhas influências ainda giravam em torno de Orwell, Huxley, Kafka e toda sorte de confusão política ou anarquista. Com o tempo, e os bares, fuicriando uma comunidade, meus amigos, que orbitam num terreno etílico-roqueiroundergroudizinho-portoalegrense que, claro, influenciou e fez uma suruba na minha mente, juntando tendências rebeldes pós-adolescentes com uma certa misantropia boêmia. Quando esse mundo se formou, que esse retrato foi se fechando: vazio existencial, falta de dinheiro, classe média urbana perdida em meio a um monte de medos e neuroses. Se isso é a minha vida? É a vida de quase todo mundo, então não dá pra saber se é a minha ou de qualquer outra pessoa.⁴

O que o escritor nomeia como “terreno etílico-roqueiroundergroudizinho - portoalegrense” pode ser entendido como um cenário comum ao universo urbano contemporâneo, esteja o foco na capital riograndense, em Tóquio, Seul, Joanesburgo, Amsterdam ou Cidade do México.

principalmente contos, crônicas e poemas, mas também pequenos ensaios sobre a cultura pop. No Facebook e no antigo Twitter, hoje o X, o escritor publicou até 2022, adequando seu conteúdo a essas plataformas, incluindo, além da temática literária e cultural, uma grande participação de conteúdo político e esportivo (o escritor é aficionado do rugby). Cf.: ESCRITOR POP: www.escritorpop.blogspot.com; e também: facebook.com/benvenuttimarcelo/; <https://twitter.com/BenvenutiMC>. Acessos em: 12 ago 2023.

³ Curiosamente, um acesso mais recente revela uma pequena alteração na descrição do perfil do escritor, na qual é suprimido justamente o adjetivo “mentiroso”: “Escritor portoalegrense, rugbier, cervejista e pai do Lorenzo, entre outras coisas as quais não interessam agora.” Cf.: <https://escritorpop.blogspot.com/2010/12/literatura-pop.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴ Entrevista Verbo21. Disponível em: http://www.verbo21.com.br/v4/index.php?option=com_content&view=article&id=86:marcelobenvenuti&catid=50:entrevistas-fevereiro-2010&Itemid=84. Acesso em: 12 jun. 2017.

O que Marcelo Benvenuti apresenta ao leitor nesses contos é um conjunto de vidas breves, sintetizadas, evocando a velocidade como marca do mundo contemporâneo e do seu cotidiano, ligado à praticidade. Já apontando nessa direção, Julio Cortázar (1974) afirma que o conto é o resultado da batalha fraternal entre a vida e a expressão escrita dessa vida, ou seja, uma síntese viva e ao mesmo tempo uma vida sintetizada. O escritor aqui analisado busca, nessa síntese de mão dupla, o mínimo de meios e o máximo de efeitos. Pensamento emprestado de Tchekhov, quando afirma que o conto é “um mínimo de enredo e o máximo de emoção”. O texto de Benvenuti é um exemplo de como se pode caracterizar o homem atual através de narrativas que se assemelham a uma espécie de experiência imersiva em temáticas que permeiam o mundo globalizado. Suas narrativas vão compondo um catálogo mínimo e inescapável da vida cosmopolita, abarcando, por exemplo, a violência gratuita, o egoísmo, o vício, configurando um retrato crítico da sociedade contemporânea.

As personagens de Benvenuti não ultrapassam a barreira da individualização ou da mediocridade no seu cotidiano sem utopias. O foco das histórias narradas problematiza seu dia a dia e suas formas de sobrevivência. Assim, busca-se analisar neste artigo cada um dos três contos do escritor publicados na obra *Geração Zero Zero*: “O homem que mostrava a língua”; “O homem que amava as gordas (e as feias também)”; e “O homem que suava ratos”.

1.1 O homem que mostrava a língua

A narrativa começa com o protagonista, de nome Marcelo, saindo do trabalho, em um dia comum. Ele encontra com um amigo em um bar “pé sujo”, senta para beber com ele e, a partir daí, começa a sua trajetória de degradação, até se tornar um andarilho e morrer na calçada, com a língua para fora.

No começo do conto, o personagem de Benvenuti já demonstra a sua inadequação ao sistema, quando, por exemplo, não vê seu trabalho como algo importante: “[...] trabalhando em um trabalho que não me cabe aqui dizer. Era realmente um trabalhinho medíocre, de nada. Uma droga de trabalho” (BENVENUTTI, 2011, p. 43). Outro aspecto que chama a atenção é a definição que ele atribui ao seu amigo, que passa os dias no bar: “Um desses que não trabalham. Que pensam. Um desses que vivem sabe-se lá como. Um inútil. E vivia” (BENVENUTTI, 2011, p. 43).

Nesse pequeno trecho, o protagonista parece enxergar o trabalho como uma forma de mecanização do ser humano, por isso, aqueles que não trabalhavam, como o narrador deixa entrever, seriam os únicos que pensavam, e que, de algum modo, se rebelavam contra o processo de desumanização a que estariam submetidos aqueles que trabalhavam, entre os quais ele se inclui. Seu amigo vadio e boêmio não se encaixa, portanto, nas “convenções sociais” às quais ele mesmo havia se sujeitado, e esse encontro fortuito irá acarretar os conflitos existenciais que o levariam às últimas consequências.

Esse fato encenado nos remete de imediato às teorias de Frederick Taylor (1856-1915) sobre a mecanização da força de trabalho, assim como esclarece Kuenzer (2001). Com a organização capitalista, o taylorismo vem separar a “concepção” (cérebro, patrão) da “execução” (mãos, operário) e assim nega ao trabalhador qualquer manifestação ou participação proativa e criativa. Dessa forma, o protagonista enxerga a vida pelo crivo de uma oposição entre o trabalhador, visto como máquina, e os que não trabalham, seres pensantes, deixando evidente sua admiração pelo amigo “inútil” e seu desprezo pela própria condição de empregado, então submetido a um “trabalhinho medíocre”.

Um dia, após Marcelo se meter em uma confusão com o dono de um bar, ele resolve voltar do trabalho para casa por um caminho diverso do que sempre fazia: “Voltei pra casa por outro caminho. Na outra semana, Marcelo continuou voltando por outro caminho” (BENVENUTTI, 2011, p. 45). A mudança de trajeto é a metáfora que marca um ponto de inflexão na história do personagem; é nesse momento que tem início a degradação que ocorrerá na vida do protagonista ao longo da narrativa. Certo dia, logo depois de ver um anúncio na TV sobre a lei antitabagismo, Marcelo se vê proibido de fumar em outro bar no qual se encontrava. Ele tenta argumentar com o dono do bar e diz que, “num prédio onde traficantes mandavam, aquilo não tinha a menor importância” (BENVENUTTI, 2011, p. 48). Embora não consiga convencer o comerciante, o protagonista insiste em discutir com ele,

provocando nova confusão e acaba sofrendo agressões.

Nesse caminho de confronto com a norma social, Marcelo passa também a sofrer violência psicológica e emocional, sente-se como um estranho em qualquer lugar, afastando-se cada vez mais de suas antigas relações, pois nada mais fazia sentido e recusa-se a se acatar os mínimos hábitos que a vida em comum exigia.

Como explicita o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005), numa sociedade que prima pela ordem, não há espaço para aqueles que não se moldam, que não se ajustam. Marginalizado e excluído pela sociedade, o personagem termina os dias a perambular solitário pelas ruas, “catando baganas inexistentes do chão”, até o fim de sua líquida e fugaz vida.

No curso da narrativa, o personagem entra em um processo de degradação social e identitária, andando a esmo, de bar em bar, perde o emprego, perde o apartamento, perde a consciência de si:

[...] perambulava sozinho pela rua. [...] Consumiu toda a bebida do tio, apaciência dos vizinhos e o resto da dignidade que lhe restava. [...] De vez em quando recolhiam seu corpo para uma limpeza. Davam-lhe vermífugos. Cortavam o cabelo. Aparavam a barba (BENVENUTTI, 2011, p. 48).

A degradação desse personagem pode ser creditada a uma falta de perspectiva, pois, devido a uma desorientação, ele não consegue ver um futuro que valha a pena. Segundo Homi Bhabha (1998), o homem contemporâneo está vivendo em uma espécie de trânsito, o tempo e o espaço se cruzam e produzem figuras complexas de diferenças e identidades, borrando os limites entre interior e exterior, passado e presente, inclusão e exclusão. A essa reflexão, Bauman acrescenta que os medos e os problemas relacionados às identidades do homem pós-moderno “existem porque a precariedade, a instabilidade e vulnerabilidade são as características mais difundidas das condições de vida contemporâneas” (2005, p. 41). Esses aspectos estão bem encenados no conto de Benvenutti, tendo no personagem Marcelo a sua representação.

Outro elemento bastante importante em “O homem que mostrava a língua” é o narrador. O foco narrativo se alterna, ou mesmo se confunde, entre primeira e terceira pessoas, e essas vozes se dirigem diretamente ao leitor. Desde o início, estabelece-se uma conversa – às vezes, com um interlocutor plural –, como se tudo se passasse diante de um grupo de testemunhas, uma plateia de confidentes: “[...] me desculpem por incluir álcool logo no primeiro parágrafo” (BENVENUTTI, 2011, p. 43).

Na literatura brasileira, essa estratégia diegética, pela qual o narrador captura o leitor para compartilhar intimamente de suas desventuras, remete a uma artimanha muito marcante na escrita machadiana. Contudo, além de criar essa intimidade, no conto de Benvenutti, coloca o leitor numa posição incômoda de passividade ou de impotência diante da degradação do outro, quase como denúncia de um fenômeno

O homem que ...

que acomete muitas metrópoles na atualidade, em que as calçadas se tornaram o habitat deplorável de uma multidão alijada de sua integridade como sujeitos e como cidadãos. Os constantes atritos do protagonista com os demais, pouco a pouco retiram dele qualquer resquício de dignidade, aniquilam sua identidade humana, mas não são capazes de abalar minimamente a ordem das coisas.

Reforçando a referência machadiana presente nos diálogos com o leitor, ao final do conto, descobre-se que o narrador – ou pelo menos um deles – de algum modo, está morto, e é na condição de morto que narra também seu derradeiro momento:

Amanheceu morto numa manhã enevoadada de agosto. [...] Me senti como a fumaça que se desfaz. O líquido que escorre garganta abaixo. Inebriado, acendi um cigarro. Deixei que a cerveja consumisse o meu instante. Eu era abarbatana de um tubarão (BENVENUTTI, 2011, p. 48).

A imagem final da barbatana de tubarão pode funcionar como metáfora que ilustra bem o jogo de velar e desvelar, mostrar e esconder. Por um lado, pode representar uma ameaça, por outro, ela demonstra que não se vê o todo, pois, ao se observar apenas a barbatana do tubarão, não é possível definir o tubarão, assim como um bêbado morto na calçada não retrata toda a sua realidade, sua história, ou seja, os caminhos que o levaram até essa condição de ruína.

1.2 O homem que amava as gordas (e as feias também)

O conto narra a história de Marcelo (personagem e narrador), que, recém-separado, desenvolve uma atração irresistível por mulheres gordas. A partir de então, ele se relaciona sexualmente com várias gordas, contabilizando um número espantoso de noitadas. Bauman (2005) afirma que o homem contemporâneo, inserido numa realidade instável, sofre mudanças incessantes, o que o conduz para relações fugazes e transitórias:

Minha mulher não passava de alguém que me dava bom-dia e aceitava meus odores e defeitos sem reclamar. Me disseram que esse é o significado do casamento para um homem. [...] Mas o pior mesmo foi depois que tivemos um filho. Parecia que tudo iria melhorar. Mas o filho serviu apenas para escancarar ainda mais nossas diferenças. Antes que tudo se dissipasse em uma nuvem de ódio, tomei uma decisão extremamente feminina: pedi as contas. [...] Foi quando, morando sozinho, sem nada para fazer à noite, [...] sem amigos, perdidos anos atrás em brigas conjugais, saí. Para a rua (BENVENUTTI, 2011, p. 50).

É no espaço da rua, da metrópole, que o personagem desse conto irá buscar realizar-se de alguma forma, diferentemente do protagonista do conto anterior, que sucumbe diante da própria realidade, esse Marcelo fará um esforço, para superar suas frustrações e ser feliz, ainda que de modo inusitado.

Também nesse conto, são úteis as reflexões de Bauman (2005), que explica, no livro *Identidade*, que o homem contemporâneo se depara com as inseguranças e incertezas da modernidade líquida, suas identidades culturais, religiosas, sociais e sexuais sofrem transformações ininterruptas que o arrastam para a busca de relações passageiras, tornando-se incapaz de estabelecer vínculos mais profundos. Privilegia-se o movimento da busca, a quantidade, a alta frequência das ações, não suas consequências ou duração. Esse estado frenético atinge os valores humanos, como também as relações afetivas, pois, segundo Bauman, para o sujeito contemporâneo, estar em movimento é um requisito indispensável.

Assim, além de fazer a opção por mulheres gordas, ele começa a ter relacionamentos transitórios – “Depois de seis meses contabilizei trinta e quatro gordas diferentes” (BENVENUTTI, 2011, p. 50) – que irão satisfazê-lo até que conheça uma mulher feia, por quem se apaixonará profundamente.

Em seu enredo, o conto de Benvenuti destaca o grotesco e o bizarro. De maneira geral, o grotesco está assimilado às ideias de deformidade, excesso e estranhamento, bastante exploradas nas artes e na literatura desde a Antiguidade. A imagem grotesca tem, nesse campo, o efeito de provocar tanto a repulsa, quanto o riso – frequentemente, transita entre os dois. Também se pode pensar o grotesco associado a temas violentos, à sexualidade animal, àquilo que choca e, portanto, foge à “normalidade”. É interessante, porém, lembrar o que diz Kayser (2003, p. 40):

O mundo do grotesco é o nosso mundo – e não o é. O horror, mesclado ao sorriso, tem seu fundamento justamente na experiência de que nosso mundo confiável e aparentemente arrimado numa ordem bem firme, se alheia sob a irrupção de poderes abismais, se desarticula nas juntas e nas formas e se dissolve em suas ordenações.

Assim é que a ordem em que se assentava o mundo do personagem será subvertida. Após um casamento frustrado, no qual se sentia diminuído e desconfortável, Marcelo passa a sentir atração por mulheres gordas e feias. A contemplação estética deixa de ser o mais importante, dando lugar à satisfação sexual

sem qualquer pendor romântico.

Em dado momento, o protagonista conta que nunca fora muito aficionado à beleza e à higiene, apesar de amar o “bonito”. O narrador busca o oposto do que era a sua mulher, que ele assim descreve: “Minha mulher sempre foi, e ainda é até onde eu sabia e meu filho me conta, magra. Seca. Limpa. Bonita” (BENVENUTTI, 2011, p. 51).

A exígua descrição da ex-esposa – magra, seca, limpa, bonita – traz à tona, na visão aqui proposta, a ideia equivocada de que o padrão de beleza exigido por culturas eurocentradas – como, nesse aspecto, a brasileira – corresponde à normalidade, quando, de fato, o normal está longe desse modelo de beleza e, pode-se dizer, estaria mais próximo ao que comumente se entende por “grotesco”. Trata-se de uma distorção da realidade que o conto de Benvenuto, em alguma medida, problematiza. Para Nascimento (2007, p. 156):

[...] o grotesco é na verdade a busca, ou melhor, a aceitação do imperfeito. Contrariamente ao ideal estético que desde a Antiguidade prega a dominância do belo sobre o feio sendo a beleza por vezes tomada como sinal de bondade e a feiúra como maldade; o grotesco é humano.

Talvez inconscientemente, Marcelo buscava afastar-se cada vez mais de um ideal de perfeição, e seu interesse por mulheres gordas torna-se obsessivo, faz “qualquer negócio” para satisfazer seus desejos (investimento no prazer). “Engordei quinze quilos na força. [...] Fiz um acerto no trabalho e me instalei em um desses spas de gordos, ricos ou famosos” (BENVENUTTI, 2011, p. 51).

No spa, ele faz sexo com uma mulher de 270 quilos, o que lhe rende uma fratura em três costelas e uma lesão em um músculo das costas. Levado para o hospital, conhece uma enfermeira, a feia por quem se apaixona desesperadamente.

Era feia. Muito feia. A enfermeira de filme pornô às avessas. Tinha o nariz torto para um dos lados. Os peitinhos caídos e flácidos. Cabelo desmilinguido e ralo. Orelhas de abano. Mas chupava bem (BENVENUTTI, 2011, p. 52).

No conto, percebe-se as mudanças de padrão do narrador, passando por um casamento sobre o qual o leitor tem pouca informação, mas que se sustenta enquanto ele “amava o bonito” (BENVENUTTI, 2011, p. 50); em seguida, sua preferência por mulheres que lhe davam prazer, mas que não se enquadravam nos padrões convencionais de beleza.

De algum modo, a busca incessante pelo prazer e as experiências fugazes com

as mulheres gordas parecem ter a função de preparar o personagem para um novo tipo de relacionamento, talvez duradouro. O leitor ficará apenas com a percepção dessa mudança, pois o conto se encerra exatamente quando Marcelo percebe que está amando, e que, dessa vez, a beleza era o que menos importava: “Não me era possível viver sem aquela mulher feia. Horrenda. Que eu amava mais que todas as outras” (BENVENUTTI, 2011, p. 52).

1.3 O homem que suava ratos

A narrativa relata a história de mais um “Marcelo”, que, após perder o emprego em uma siderúrgica, se prepara para um concurso da Receita Federal. Durante o curso preparatório, Marcelo conhece Nanda, com quem tem um breve caso. Após algum tempo e já trabalhando na Receita, ele a reencontra.

A narrativa se inicia com a preparação de Marcelo para o primeiro dia de trabalho na Receita Federal, e com uma indagação que, aparentemente, ele se faz diante do espelho: “Usar loção ou não?” (BENVENUTTI, 2011, p. 53). A resposta a essa pergunta será retomada em outro momento da narrativa – “Escolhi loção. Um pouco. Para não parecer vaidoso demais” (BENVENUTTI, 2011, p. 55) – como se parte dos acontecimentos transcorresse nesse lapso de tempo cíclico, em que todos os dias se repetissem indefinidamente. A narrativa se desenvolve, assim, com a história de Marcelo e Nanda, mas retorna ao início, com o personagem no banheiro, decidindo se irá usar a loção ou não.

Inicialmente, o protagonista se refere à esposa como uma mulher que o apoia e que permite que ele cresça: “Se ela o apoia, mesmo sendo mulher, é porque você é bom naquilo que faz. [...] Tem gente que prefere as fortes. E se abraça num sovaco e some. Minha mulher, não. Deixou que eu estudasse” (BENVENUTTI, 2011, p. 54). Nesse trecho, a figura do “sovaco” traduz um sentido de dominação, como se essa parte do corpo, quase secreta, submetesse o outro num abraço de rebaixamento. Na visão do protagonista, isso não ocorre com ele, pois sua esposa “permitiu” que ele crescesse.

Contudo, apesar de dizer se relacionar bem com a esposa, Marcelo não demonstra preocupação em preservar o casamento e se entrega ao relacionamento com Nanda, um relacionamento fugaz e fluido, característica, como já assinalado, dos afetos pós-modernos (BAUMAN, 2005). O narrador se entrega ao momento, mas sem

compromissos que possam imobilizá-lo.

Mas um homem sempre vai atrás do cheiro que o faz virar um besta obediente. Nanda tinha o cheiro [...]. Era impossível que ele não quisesse possuir Nanda. Ele queria. Possuiu (ele achava que possuiu) (BENVENUTTI, 2011, p. 55).

Marcelo, no final do conto, descobre um rato em sua axila, o que estranhamente não é motivo de preocupação. O autor, nesse momento, retoma a figura do “sovaco”, e é possível supor que a figura do rato funciona como uma metáfora de Nanda, que já estava impregnada no seu corpo. Percebe-se essa referência na passagem: “O suor dela [...] rabeava pelos ventiladores de teto e invadia todos os poros de Marcelo” (BENVENUTTI, 2011, p. 55). O rato na axila do protagonista – imagem bem ao gosto kafkiano – pode simbolizar o desejo de posse de Marcelo sobre Nanda, pois, no espaço do sovaco, como já dito, alguns se deixavam subsumir. Pode, ainda, representar a presença secreta da amante, já que Marcelo, após reencontrar Nanda, entrega-se satisfeito a essa relação, mas não cogita desfazer seu casamento:

No dia seguinte, olhos no espelho. Loção? Nanda não se importa com loção. Não coloquei. Levantei o braço e notei que um rabo se mexia por entre os pelos do sovaco. Intrigado (o braço não coçava), esperei. Pensei em chamar minha mulher (ela não sabia de Nanda – nem saberia). Não chamei. Pouco apouco um corpo foi se formando sob minhas axilas. Comecei a suar ratos (BENVENUTTI, 2011, p. 56).

No final da trama, o protagonista passa a “suar ratos”, mas isso não é problema para ele, pois o rato (Nanda) já fazia parte dele e já não era possível, nem era desejo de Marcelo, desfazer esse elo. Nesse triângulo do qual Marcelo pensa ser o principal vértice, não se sabe quem “possuía” quem.

2 INTERSEÇÕES

Observa-se, nos textos de Benvenutti, a angústia recorrente dos personagens.

As narrativas comovem, mas não iludem, servindo como crítica a essa sociedade pós-moderna. Seus protagonistas também se chamam Marcelo (elemento característico em sua obra – quiçá um alter ego do escritor?), confundindo-se ou fundindo-se vez ou outra com o narrador.

A estrutura dos contos sugere a fragmentação do sujeito da pós-modernidade. As pessoas, representadas pelos personagens, e particularmente pelos

“protagonistas-Marcelos”, estão confusas diante de um mundo repleto de possibilidades, de relações banalizadas e de consumo, o que inclui pessoas e coisas. O sujeito busca algo que não identifica com clareza.

Jovens escritores, assim como Benvenuti, surgem agressivos e impactantes, apresentando características do homem de seu tempo. Apresentam em seus textos o modo de ser, as angústias, as incertezas e os valores do homem pós-moderno. O mundo acelerado e a desestabilização criam uma relação na qual o mundo é tido como incerto, assustador, contraditório, incontrolável e exaustivo. (OLIVEIRA; PINTO, 2012)

O cotidiano retratado é marcado por uma sensação de mera sobrevivência. A busca desenfreada por encaixar-se em padrões em constante mutação desenvolve nas pessoas uma crise identitária e uma subjetividade fragmentada, levando, entre outros sintomas, à crescente dificuldade de se criar e sustentar laços sociais profundos e à formação de uma cultura massiva de consumo – incluindo o consumo de relacionamentos, que se pulverizam em quantidade e intensidade, mas não em qualidade dos afetos.

Tratando do contexto da modernidade, Freud, em *O mal-estar da civilização*, explica que a civilização se firma num ideal de ordem e pureza, e a procura pela “higiene” elimina tudo o que é considerado “estranho”, como uma espécie de “poluição”. Já no contexto da pós-modernidade, em que as convenções sociais não são tão claras ou definidas, era de se esperar que o sentimento e os fenômenos de exclusão fossem amenizados. Contudo, o mundo contemporâneo carrega em suas configurações uma incurável crise de pertencimento e identificação, e aqueles que não se adaptam às mutações vertiginosas que caracterizam esses tempos, acabam por poluir uma ordem cada vez mais ilusória e fugaz, e sentem-se tão “fora de lugar” quanto seus antecessores modernos. Ou seja, a sociedade sempre produziu seus “Marcelos”, e isso pelo menos parece imutável.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BENVENUTTI, Marcelo. **Entrevista Verbo 21.** Disponível em:

http://www.verbo21.com.br/v4/index.php?option=com_content&view=article&id=86:marcelobenvvenuti&catid=50:entrevistas-fevereiro-2010&Itemid=84 Acesso em: jul. 2017.

BENVENUTTI, Marcelo. **O homem que mostrava a língua.** In: OLIVEIRA, Nelson (Org). *Geração Zero Zero: fricções em rede.* Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011, p. 43-48.

BENVENUTTI, Marcelo. **O homem que amava as gordas (e as feias também).** In: OLIVEIRA, Nelson (Org). *Geração Zero Zero: fricções em rede.* Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011, p. 49-52.

BENVENUTTI, Marcelo. **O homem que transpirava ratos.** In: OLIVEIRA, Nelson (Org). *Geração Zero Zero: fricções em rede.* Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011, p. 53-56.

CORTÁZAR, Julio. **Alguns aspectos do conto.** In: Valise de cronópio. Tradução de Davi Arrigucci Júnior. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KAYER, Wolfgang. **O grotesco.** Configuração na pintura e na literatura. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia na fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2001.

FREUD, Sigmund (1930). **O mal-estar na civilização.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

NASCIMENTO, Amanda. **O grotesco** – uma análise do filme “O banquete”, de Anna Natale. *DAPesquisa*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 156-161, 2007.

OGLIARI, Ítalo. **Pós-modernidade e condição humana na novíssima geração de contistas gaúchos.** 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) PUCRS, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Angela F. Mendez de; PINTO, Helena. **O tempo contemporâneo e a literatura da Geração Zero Zero no Rio Grande do Sul.** *Cenários*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, 2º semestre, 2012.

GERAÇÃO ZERO ZERO: fricções em rede. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011.



O Instituto da guarda compartilhada aplicada ao direito do animal

The Institute of shared guardianship applied to animal right

RAFAEL REIS ROCHA

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UniArnaldo
rafael.reisrocha@outlook.com

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

Doutor no Programa de Pós-graduação em Direito pela PUC Minas
Professor do Centro Universitário - UniArnaldo
luciano.santos@profarnaldo.com.br

RESUMO

O presente estudo aborda a relevância do debate e da reflexão acerca da guarda compartilhada de animais domésticos no contexto brasileiro, subsequente à dissolução matrimonial e à ruptura da união estável. Destaca-se a integração do animal doméstico no núcleo familiar, configurando o que se denomina família multiespécie, e procura-se examinar a abordagem jurídica conferida a esses seres no seio da entidade familiar. Para tanto, procede-se a uma análise doutrinária e jurisprudencial, assim como um estudo comparativo com a legislação nacional e o direito internacional.

Palavras-chaves: Direito Animal; Guarda Compartilhada; Direito de Família; Direito das Coisas; Família Multiespécie; Direito.

ABSTRACT

The present study addresses the significance of the debate and reflection on the shared custody of domestic animals in the Brazilian context, following the dissolution of marriage and the breakdown of a stable union. The integration of the domestic animal into the family nucleus is highlighted, constituting what is termed a multispecies family, and seeks to examine the legal approach afforded to these beings within the family entity. To this end, a doctrinal and jurisprudential analysis is conducted, as well as a comparative study with national legislation and international law.



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janssen, 200
Funcionários | BH / MG | 30130-066
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitória Marçola, 360
Anchieta | BH / MG | 30310-360
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH / MG | 30390-160
☎️ 31 3524-5000

Keywords: *Animal Rights; Shared Custody; Family Law; Law of Things; Multispecies Family; Law*

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas observadas no período neolítico, levaram a população humana a adotar um estilo de vida sedentário, ao contrário do nômade, buscando fontes estáveis de alimento como o plantio para subsistência (HANCOCK , 2022). Acredita-se que os cães se aproximavam dos seres humanos em busca de restos de comidas em uma relação simbiótica entre as espécies. Com o tempo descobriu-se o potencial auxílio dos cães para caça e proteção territorial. o processo de domesticação se estendeu a outros animais como ovelhas e cabras dando início à criação como fonte de alimento, leite e peles. Hoje essa interação homem x animal se elevou a um nível de afetividade a ponto de se tornarem, em alguns casos, como um ente familiar, sendo importante suporte emocional e ocupacional para os seres humanos (SUÁRES, 2022).

No contexto da evolução social humana, observa-se uma transformação significativa nas relações afetivas entre seres humanos e animais, bem como nas dinâmicas familiares, particularmente no que tange à dissolução matrimonial. Essas mudanças têm suscitado desafios jurídicos complexos, especialmente no que se refere à custódia de animais de estimação após o término de um casamento. A disputa pela guarda desses animais, tem se tornado um tema presente nos tribunais, refletindo o crescente reconhecimento de seu valor sentimental e bem-estar. Todavia, preocupa a não abordagem do tema na dissolução conjugal, o que acarreta duas outras hipóteses, a da sessão da guarda acordada por uma das partes em benefício da outra ou o abandono de animais em decorrência do desinteresse de ambas as partes envolvidas no divórcio. A não observância pelas do tema pelo poder público revela uma problemática social e ética que demanda atenção. A ausência de legislação específica que aborde diretamente a questão da guarda de animais de estimação pós-divórcio tem deixado o judiciário diante de uma lacuna normativa.

A necessidade de uma legislação mais abrangente e específica é evidente, a fim de fornecer diretrizes claras para a resolução desses conflitos e para promover o bem-estar dos animais envolvidos, bem como a justiça entre as partes humanas.

No Brasil, a guarda de animais em casos de dissolução conjugal ou união estável ainda não possui um marco regulatório claro, o que leva os operadores do direito a recorrerem à analogia com a guarda de crianças para resolver tais disputas. A jurisprudência tem avançado nesse sentido, reconhecendo a importância afetiva dos animais e a necessidade de uma regulamentação que contemple o bem-estar animal e os interesses das partes envolvidas.

Assim, resta como dúvida, a guarda compartilhada, podem ser aplicados para garantir de fato, o melhor interesse para o bem-estar animal em caso de dissolução conjugal?

2 O DIREITO DOS ANIMAIS

O Direito Animal, enquanto campo jurídico ainda em consolidação, apresenta-se como um desafio aos paradigmas estabelecidos pelo Direito Brasileiro tradicional. A análise da inserção do direito dos animais no tecido social demanda o reconhecimento de que o ordenamento jurídico vigente foi erigido sob uma ótica antropocêntrica, a qual relega a uma posição secundária as considerações relativas aos direitos dos animais. Essa perspectiva histórica tem gerado uma defasagem conceitual que impõe aos juristas a tarefa de preencher as lacunas existentes, de modo a adequar a legislação às necessidades de uma sociedade que progressivamente reconhece a importância da tutela jurídica dos animais. Nesse contexto, nasce a necessidade de uma reflexão ampliada e aprofundada sobre o papel do Direito Animal, visando a sua efetiva integração e harmonização com os princípios e valores que norteiam o ordenamento jurídico brasileiro.

O Direito Animal emerge como um campo jurídico em desenvolvimento, desafiando os paradigmas do Direito Brasileiro tradicional, buscado estabelecer sua relevância e necessidade em uma sociedade que, historicamente, tem sido moldada por uma visão antropocêntrica, muitas vezes negligenciando a tutela da vida em geral.

A inserção do Direito dos Animais no contexto social e jurídico exige o reconhecimento de que o ordenamento jurídico atual não contempla adequadamente suas demandas. A perspectiva histórica antropocêntrica resultou em uma lacuna conceitual, desafiando juristas a repensar e a adaptar a legislação para atender às

crescentes necessidades de proteção animal, refletindo assim o progressivo reconhecimento da sociedade sobre a importância da tutela jurídica dos animais.

Diante deste cenário, é essencial uma reflexão mais profunda sobre o papel do Direito pró-animal. Observa-se um aumento gradual no diálogo sobre os direitos dos animais no Brasil, com edição de normas que fortaleçam a proteção animal, evidenciando um avanço significativo na legislação em benefício dos seres não humanos.

2.1 ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO

2.1.1 A Doutrina

A compreensão dos conceitos de bens e coisas para este trabalho é fundamental.. Historicamente, esses termos têm provocado debates entre os estudiosos do Direito brasileiro, refletindo diferentes perspectivas sobre o que deve ser considerado objeto de direito.

Para Caio Mário da Silva Pereira, "Bem é tudo que nos agrada", estabelecendo uma distinção clara entre bens e coisas. Para Pereira, enquanto as coisas possuem materialidade e concretude, os bens, em um sentido mais estrito, são reservados para designar elementos imateriais ou abstratos. Essa diferenciação é crucial, pois influencia diretamente na maneira como o Direito trata diversos aspectos da propriedade e da posse (PEREIRA, p.116, 2004).

Portanto, dentro da doutrina de Pereira, os bens constituem um gênero, do qual as coisas são uma espécie. Essa visão estrutural não apenas esclarece a relação entre os termos mas também orienta a aplicação prática das normas jurídicas, especialmente no que tange aos direitos dos animais, onde a distinção entre bens materiais e imateriais pode ter implicações significativas.

Para Flávio Tartuce, sob o mesmo olhar de Rodrigues, o termo 'coisa' é entendido como um gênero, do qual 'bem' é uma subcategoria específica – referindo-se a qualquer objeto que ofereça utilidade ao ser humano e que possa ser objeto de posse. Enquanto todo bem é classificado como coisa, o inverso não é necessariamente verdadeiro, pois nem todas as coisas se qualificam como bens (TARTUCE, p.193, 2018).

Por outro lado, Silvio Rodrigues define 'coisa' como tudo aquilo que existe de forma objetiva, excluindo-se o ser humano dessa categoria. Por sua vez, 'bens' são categorizados como uma espécie dentro desse gênero, caracterizados pela utilidade e raridade, o que os torna passíveis de apropriação e detentores de valor econômico (RODRIGUES, p.116, 2003).

A visão de Rodrigues sobre 'coisa' e 'bem' reflete uma perspectiva econômica e funcional, onde os 'bens' são entendidos como 'coisas' que possuem a capacidade de satisfazer necessidades humanas e, por isso, são incorporados ao patrimônio jurídico como elementos de valor econômico. Esta interpretação é essencial para o entendimento do direito dos animais, considerando a sua relevância econômica e social.

2.1.2 A Constituição Federal

A Carta Magna do Brasil, de maneira reservada e abrangente, delimitou seu escopo de atuação no tocante à salvaguarda de um ambiente ecologicamente estável, incumbindo tanto ao poder estatal quanto à sociedade em geral o dever de zelar pela integridade da fauna e da flora. Nesse contexto, estabeleceu-se a vedação de condutas que imponham aos animais tratamentos cruéis e marcados pela brutalidade. Tal disposição constitucional reflete uma preocupação ambiental, ainda que expressa de forma sucinta, e confere um mandato explícito para a adoção de medidas protetivas que assegurem a manutenção da biodiversidade e a prevenção de maus-tratos aos seres vivos não humanos.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL)

2.1.3 O Código Civil

No histórico jurídico brasileiro, a promulgação do Decreto 24.645 de 1934 representou um marco pioneiro na proteção dos direitos dos animais. Embora tenha sido revogado em 1991, esse decreto foi um documento legislativo avançado para sua época, estabelecendo uma série de medidas protetivas para animais domésticos e de criação. O Estado assumiu o papel de guardião máximo, impondo obrigações civis e estatais no que tange ao bem-estar animal. Este decreto delineou um precedente significativo, reconhecendo a necessidade de tutela estatal sobre os animais.

Art. 2º Aquele que, em lugar público ou privado, aplicar ou fizer aplicar maus tratos aos animais, incorrerá em multa de 20\$000 a 500\$000 e na pena de prisão celular de 2 a 15 dias, quer o delinquentes seja ou não o respectivo proprietário, sem prejuízo da ação civil que possa caber.
(DECRETO Nº 24.645, DE 10 DE JULHO DE 1934.)

O Código Civil Brasileiro, em sua normativa, aborda a questão dos animais sob uma perspectiva social, estabelecendo diretrizes para o tratamento de situações que os envolvem. Contudo, o diploma legal não oferece uma definição precisa e delimitada do termo 'animal' em sentido estrito, o que gera uma lacuna interpretativa. Esse vácuo normativo categoriza os animais como bens móveis, por serem suscetíveis a movimento próprio, mas delega ao intérprete jurídico a tarefa de discernir quais entidades biológicas específicas se enquadram nessa classificação. Tal indeterminação demanda uma análise criteriosa por parte dos operadores do Direito, que devem considerar as implicações éticas, biológicas e ambientais inerentes à aplicação dessa norma, visando uma interpretação que esteja alinhada com os avanços contemporâneos no entendimento sobre a natureza jurídica dos animais e seu status na sociedade.

A proposta de reforma ao Código Civil, formulado por um grupo distinto de juristas com notáveis aportes teóricos, visa remediar a omissão legislativa atual ao reconhecer os animais como entidades sencientes e, conseqüentemente, merecedores de tutela jurídica específica. Esta iniciativa representa um avanço significativo na legislação, alinhando-se com uma perspectiva contemporânea que enfatiza a necessidade de proteção adequada aos animais, considerando sua capacidade de experienciar sensações e emoções. A proposta reflete uma evolução

no entendimento jurídico, propondo uma mudança paradigmática na forma como os animais são percebidos e tratados no âmbito legal.

“Art. 19. A afetividade humana também se manifesta por expressões de cuidado e de proteção aos animais que compõem o entorno sociofamiliar da pessoa.”

“Seção VI Dos Animais

Art. 91-A. Os animais são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.

§ 1º A proteção jurídica prevista no caput será regulada por lei especial, a qual disporá sobre o tratamento físico e ético adequado aos animais.

§ 2º Até que sobrevenha lei especial, são aplicáveis, subsidiariamente, aos animais as disposições relativas aos bens, desde que não sejam incompatíveis com a sua natureza, considerando a sua sensibilidade.”

“Art. 1.313. O proprietário ou ocupante do imóvel são obrigados a tolerar que o vizinho entre no prédio, mediante prévio aviso, para:

II - apoderar-se de coisas suas que aí se encontrem casualmente; ou

III - resgatar animais de sua propriedade, posse ou detenção que tenham invadido o terreno alheio

“Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges ou conviventes:

IV - de forma colaborativa assumirem os deveres de cuidado, sustento e educação dos filhos, dividindo os deveres familiares de forma compartilhada.

§ 3º Os ex-cônjuges e ex-conviventes têm o direito de compartilhar a companhia e arcar com as despesas destinadas à manutenção dos animais de estimação, enquanto a eles pertencentes.”

(PARECER Nº1 DE 2024 DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL)

A proposta de revisão do Código Civil apresentada, se aprovada, refletirá um avanço significativo na legislação brasileira, reconhecendo a afetividade humana e a senciência dos animais como elementos dignos de proteção jurídica. O Art. 19 destaca a importância do cuidado e proteção dos animais no contexto sociofamiliar, o que demonstra uma evolução no entendimento das relações entre seres humanos e animais, indo além da mera propriedade e abrangendo aspectos emocionais. A Seção VI, com o Art. 91-A, estabelece uma categoria jurídica própria para os animais, considerando-os seres vivos sencientes e não apenas bens a serem protegidos. Isso implica uma responsabilidade ética e legal mais ampla da sociedade para com os animais, exigindo legislação especial que regule seu tratamento físico e ético. Além disso, o Art. 1.313 e o Art. 1.566 incorporam a preocupação com o bem-estar animal nas relações de vizinhança e nos deveres familiares, respectivamente, promovendo uma coexistência harmoniosa e responsável. Essas mudanças propostas são um reflexo da crescente conscientização sobre a importância do bem-estar animal e da

necessidade de sua proteção legal, alinhando o direito brasileiro com uma perspectiva mais humanitária e ética em relação aos animais.

2.2 A PERSPECTIVA DO DIREITO DOS ANIMAIS EM OUTROS PAÍSES

No âmbito jurídico internacional, observa-se uma tendência crescente de reconhecimento dos animais como entidades detentoras de status diferenciado de objetos inanimados. Ilustrativamente, o Código Civil Alemão (Bürgerliches Gesetzbuch - BGB) estabelece em seu artigo 90A que: "Tiere sind keine Sachen", ou em português, "animais não são coisas". Tal disposição reflete uma evolução normativa que busca conferir aos animais uma categoria própria, dissociada daquela tradicionalmente atribuída a bens corpóreos, reconhecendo, assim, sua natureza senciente e a necessidade de proteção jurídica específica. Esta perspectiva alinha-se com os princípios de direito animal contemporâneo, que advogam por uma visão mais ética e responsável no tratamento dos animais, considerando-os como seres vivos dotados de valor intrínseco.

No ordenamento jurídico português, a Lei nº 8/2017 institui o Estatuto Jurídico dos Animais, classificando-os não mais como coisas, mas como sujeitos de direitos. Esta legislação pioneira reconhece os animais como entidades possuidoras de sensibilidade, conferindo-lhes uma proteção jurídica inovadora que reflete uma evolução significativa na consideração moral e legal dos seres não humanos. Tal estatuto representa um marco importante na legislação, ao contemplar a natureza biológica e emocional dos animais, e ao impor deveres aos seres humanos no que concerne ao seu tratamento e bem-estar.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais articula um paradigma que os Estados-nação devem aspirar a alcançar no que concerne ao tratamento legal conferido aos animais. Este documento proclama princípios fundamentais com o intuito de salvaguardar a dignidade animal, instando à adoção de medidas jurídicas que promovam a proteção integral de suas vidas e bem-estar. Tal declaração representa um marco ético e jurídico, refletindo a crescente conscientização global sobre a importância de tratar todos os seres vivos com respeito e compaixão.

Art. 6º

1. Todo o animal que o homem escolheu para seu companheiro tem direito a uma duração de vida conforme a sua longevidade natural.

2. O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

(DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS)

Este capítulo buscou não apenas compreender as leis existentes, mas também refletir sobre a evolução do tratamento jurídico conferido aos animais. A transição para o próximo capítulo nos levará a uma discussão ainda mais profunda sobre o conceito de família e como os animais se encaixam nessa definição, desafiando as percepções tradicionais e abrindo caminho para uma nova compreensão de direitos e responsabilidades no seio familiar.

3 FAMÍLIA

Ao abordar a complexa tarefa de definir 'família', é imprescindível reconhecer que até mesmo a boa doutrina enfrenta desafios diante da pluralidade de configurações familiares emergentes na sociedade contemporânea. Paulo Nader, com notável perspicácia, sublinha essa dificuldade, ressaltando que as transformações sociais moldam o direito de maneira intrínseca. Ele destaca que o direito não tem como prerrogativa a definição das relações sociais; ao contrário, sua função primordial é regular os fenômenos naturais e espontâneos que emanam do tecido social. Assim, a legislação deve ser vista como um reflexo das dinâmicas sociais, e não como seu arquiteto. Nesse contexto, a família, como instituição social, transcende as tentativas de encapsulamento em uma definição estática, pois se remodela constantemente em resposta às necessidades e valores de seus membros, bem como às pressões e evoluções da sociedade em que está inserida (NADER, 2016).

A Constituição Federal trouxe a definição de família como sendo a constituída pela união estável ou casamento entre home e mulher, uma definição notoriamente obsoleta e pendente de emenda frente às múltiplas formas de família que a sociedade contemporânea vem moldando, dentre elas a família multiespécie.

A Lei Maria da Penha trouxe um importante elemento para a expansão do conceito de família no ordenamento jurídico, com ela o elemento “afinidade” passou a ser determinante na compreensão do conceito jurídico de família.

A monolítica visão tradicionalista da estrutura familiar cede espaço para uma abordagem mais inclusiva e pluralista. As configurações familiares modernas, como as uniões homoafetivas, as famílias monoparentais e as uniões estáveis, são agora reconhecidas e legitimadas no espectro jurídico.

A salvaguarda da dignidade da pessoa humana emerge como um princípio fundamental, repudiando qualquer tentativa de perpetuação de conceitos obsoletos de família que possam cercear o reconhecimento de novas dinâmicas familiares. É imperativo que se priorize a proteção da felicidade, liberdade e igualdade entre os indivíduos, transcendendo quaisquer paradigmas arcaicos que não mais se coadunam com a realidade social vigente. Assim, o direito deve ser um reflexo da sociedade que serve, promovendo a justiça e o respeito à diversidade das formações familiares.

3.1 FAMÍLIA MULTIESPÉCIE

Com a evolução das estruturas sociais, emergiram novas configurações familiares que desafiaram os paradigmas jurídicos tradicionais, exigindo uma reinterpretação do conceito de família no âmbito do Direito. Os berços deram lugar às casinhas e caminhas pets, as mamadeiras foram substituídas por comedouros e fontes divertidas de hidratação. Os animais de estimação nos lares evidenciam uma transformação nas unidades familiares, onde os pets são cada vez mais integrados como membros afetivos.

A coexistência de animais de estimação e seres humanos não é um fenômeno recente, mas sua presença nos lares tem se intensificado, refletindo-se em uma profunda conexão afetiva. Essa relação transcende a tradicional posse de animais, evoluindo para uma dinâmica onde os pets são considerados parte da família, recebendo cuidados que incluem desde assistência veterinária até vestuário até o sepultamento e crematório, simbolizando um compromisso emocional comparável ao dispensado a um filho.

Essa afetividade estabelece um novo paradigma, onde os animais deixam de ser meros companheiros para se tornarem entes familiares, desfrutando de um amor incondicional e um status de membro familiar legítimo. O Direito, enquanto regulador das interações comunitárias, deve ser proativo em reconhecer e adaptar-se a essas mudanças sociais contínuas. Assim, é imperativo que o ordenamento jurídico acompanhe a evolução das formas familiares, assegurando o devido respeito e proteção a todas as configurações familiares emergentes.

A família, portanto, não deve ser compreendida como uma entidade uniforme, mas como um conglomerado de relações distintas e complexas, que impactam cada indivíduo de maneira única, demandando uma abordagem multidisciplinar para uma compreensão holística do fenômeno. Conforme Maria Berenice Dias defende que os vínculos mais valiosos como: afeto; solidariedade; confiança; lealdade; respeito e o amor são as força capazes de unir os componentes da unidade familiar.

O fato é que a família, apesar do que muitos dizem, não está em decadência. Ao contrário, houve a repersonalização das relações familiares na busca do atendimento aos interesses mais valiosos das pessoas humanas: afeto, solidariedade, lealdade, confiança, respeito e amor.
(DIAS, 2016, p.54)

O Enunciado 11 do IBDFAM é um exemplo de como a doutrina pode influenciar o tratamento jurídico dos animais, propondo uma interpretação que se alinha com a visão contemporânea de que os animais são mais do que meros objetos.

Na ação destinada a dissolver o casamento ou a união estável, pode o juiz disciplinar a custódia compartilhada do animal de estimação do casal.
(ENUNCIADO 11 DO IBDFAM)

A família multiespécie, portanto, emerge como uma entidade familiar digna de proteção jurídica, onde os animais são vistos como membros legítimos da família, com direitos e considerações próprias. Isso implica uma série de desdobramentos legais, incluindo a possibilidade de pensão alimentícia para a manutenção dos animais, a determinação de custódia e visitas, e a divisão de despesas relacionadas ao seu cuidado.

A evolução do Direito de Família para abarcar a família multiespécie é um testemunho da constante adaptação do direito às transformações sociais, garantindo que todas as formas de família recebam o devido reconhecimento e proteção legal.

4 PODER FAMILIAR

O conceito de Poder Familiar, que emerge do obsoleto termo pátrio poder, reflete a transformação das estruturas familiares e a evolução das normas jurídicas pertinentes. A antiga terminologia, que evocava uma supremacia paterna, foi atualizada para incorporar um espectro de direitos e deveres compartilhados, em consonância com o princípio da igualdade estabelecido pela Constituição Federal no artigo 5º, inciso I. Este princípio é ampliado pelo artigo 226, § 5º, que garante paridade de direitos e obrigações na sociedade conjugal.

Conforme elucidado por Flavio Tartuce, o poder familiar é exercido de forma equânime pelos pais, refletindo a superação da expressão pátrio poder pela despatriarcalização do Direito de Família. Isso significa a eliminação do controle historicamente exercido pela figura paterna. Ademais, em contextos de famílias homoafetivas, o poder familiar é exercido por dois homens ou duas mulheres, sem distinção, assegurando a universalidade do conceito no tratamento jurídico da matéria (TARTUCE, 2018, p.1364).

A transformação no paradigma é corroborada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que redefine o Poder Familiar, não mais como uma entidade de autoridade exclusiva, mas como um instrumento de proteção e assecuração dos direitos das crianças e adolescentes. O ECA, especificamente em seu artigo 249, estabelece penalidades para a violação dos deveres associados ao Poder Familiar, sublinhando a importância que o sistema legal atribui à responsabilidade dos pais.

No atual panorama jurídico, a guarda compartilhada é reconhecida como um mecanismo de tutela do bem-estar infantil, assegurando a presença equânime de ambos os pais na vida da criança, conforme estipulado pela Lei nº 13.058/2014. Esta legislação reflete um avanço na proteção dos direitos dos menores, garantindo-lhes um desenvolvimento saudável e harmonioso. Analogamente, ao transpor esses

princípios para o contexto dos direitos dos animais, propõe-se uma interpretação extensiva do conceito de família, abarcando os animais como membros que merecem consideração e respeito aos seus interesses. Assim, a aplicação da guarda compartilhada no âmbito dos direitos dos animais sugere uma evolução normativa, onde o interesse e o bem-estar do animal tutelado são priorizados, assegurando-lhes um tratamento digno e cuidado responsável, em paridade com o zelo dispensado aos filhos na esfera familiar.

5 DA PROPRIEDADE

No âmbito do direito civil, a concepção de propriedade, em regra, é absoluta, mas caber ser relativizada em certas situações, especialmente no que tange aos direitos dos animais. O Código Civil Brasileiro, apesar de tratar os animais sob a ótica patrimonialista em diversos artigos, como o direito de tapagem e o fruto da criação, enfrenta o desafio de se adequar à dinâmica social que reconhece nos animais uma natureza além de meros objetos.

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a função social da propriedade no artigo 5º, inciso XXIII, impõe uma relativização do poder proprietário, exigindo que sua exercitação contemple o bem-estar coletivo, o que inclui o respeito aos direitos dos animais.

Importa para este estudo a busca pelo vértice entre o tradicional conceito de propriedade e os direitos dos animais. Segundo Flávio Tartuce, o poder proprietário é tradicionalmente entendido como um direito absoluto, que confere ao proprietário a capacidade de usar, gozar, dispor e reaver sua propriedade. No entanto, quando se trata de animais, que são reconhecidos como seres sencientes e passíveis de proteção jurídica, esse poder encontra limitações.

Para Maria Berenice Dias é pouco relevante se o animal é de um ou de outro, por sua natureza especial, é pertinente reconhecer a cotitularidade do animal de companhia, que deve ser estabelecido, considerando o tratamento físico e ético adequado (DIAS, 2016, 5820).

Assim, ao comparar o conceito doutrinário de poder proprietário com o direito dos animais, observa-se um tensionamento entre a autonomia privada e a proteção de seres vivos que, embora sob a guarda de seus proprietários, possuem direitos próprios que devem ser respeitados. A jurisprudência recente tem demonstrado uma tendência em reconhecer que o melhor interesse do animal pode, em certos casos, prevalecer sobre o direito de propriedade, estabelecendo um caráter relativo ao poder proprietário quando este se choca com os direitos dos animais.

O poder proprietário e os direitos dos animais não é mais uma de dominação absoluta, mas sim de custódia responsável, onde o proprietário deve considerar o bem-estar do animal como um fator primordial em suas decisões. As definições de Flavio Tartuce e Maria Berenice Dias são fundamentais para entender essa mudança paradigmática e para a construção de um direito civil mais compassivo e alinhado com os valores contemporâneos de respeito à vida e à sensibilidade dos animais.

6 DA GUARDA COMPARTILHADA

A doutrina jurídica tem se debruçado sobre o tema, buscando fundamentar a aplicação da guarda compartilhada ao direito animal. Argumenta-se que a afetividade na relação entre humanos e animais justifica uma abordagem diferenciada, que considere o bem-estar do animal e o vínculo estabelecido com cada um dos tutores. Nesse sentido, a jurisprudência brasileira tem apresentado decisões acertadas, concedendo a guarda compartilhada de animais, alimentos e direito de visita em casos de separação, refletindo uma evolução na interpretação das normas jurídicas em consonância com as transformações sociais.

A jurisprudência brasileira tem demonstrado progresso nesse sentido, como ilustrado pelo REsp 1.713.167/SP, onde o Superior Tribunal de Justiça de São Paulo, sob relatoria Exmo Ministro Luiz Felipe Salomão, negou provimento ao recurso mantendo o direito de visita, reconheceu a possibilidade de "visitas" a um animal de estimação, tratando-o como um sujeito de consideração jurídica e não como um bem divisível.

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. AQUISIÇÃO NA CONSTÂNCIA DO

RELACIONAMENTO. INTENSO AFETO DOS COMPANHEIROS PELO ANIMAL. DIREITO DE VISITAS. POSSIBILIDADE, A DEPENDER DO CASO CONCRETO. 1. Inicialmente, deve ser afastada qualquer alegação de que a discussão envolvendo a entidade familiar e o seu animal de estimação é menor, ou se trata de mera futilidade a ocupar o tempo desta Corte. Ao contrário, é cada vez mais recorrente no mundo da pós-modernidade e envolve questão bastante delicada, examinada tanto pelo ângulo da afetividade em relação ao animal, como também pela necessidade de sua preservação como mandamento constitucional (art. 225, § 1, inciso VII - "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade"). 2. O Código Civil, ao definir a natureza jurídica dos animais, tipificou-os como coisas e, por conseguinte, objetos de propriedade, não lhes atribuindo a qualidade de pessoas, não sendo dotados de personalidade jurídica nem podendo ser considerados sujeitos de direitos. Na forma da lei civil, o só fato de o animal ser tido como de estimação, recebendo o afeto da entidade familiar, não pode vir a alterar sua substância, a ponto de converter a sua natureza jurídica. 3. No entanto, os animais de companhia possuem valor subjetivo único e peculiar, aflorando sentimentos bastante íntimos em seus donos, totalmente diversos de qualquer outro tipo de propriedade privada. Dessarte, o regramento jurídico dos bens não se vem mostrando suficiente para resolver, de forma satisfatória, a disputa familiar envolvendo os pets, visto que não se trata de simples discussão atinente à posse e à propriedade. 4. Por sua vez, a guarda propriamente dita - inerente ao poder familiar - instituto, por essência, de direito de família, não pode ser simples e fielmente subvertida para definir o direito dos consortes, por meio do enquadramento de seus animais de estimação, notadamente porque é um *munus* exercido no interesse tanto dos pais quanto do filho. Não se trata de uma faculdade, e sim de um direito, em que se impõe aos pais a observância dos deveres inerentes ao poder familiar. 5. A ordem jurídica não pode, simplesmente, desprezar o relevo da relação do homem com seu animal de estimação, sobretudo nos tempos atuais. Deve-se ter como norte o fato, cultural e da pós-modernidade, de que há uma disputa dentro da entidade familiar em que prepondera o afeto de ambos os cônjuges pelo animal. Portanto, a solução deve perpassar pela preservação e garantia dos direitos à pessoa humana, mais precisamente, o âmago de sua dignidade. 6. Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado. 7. Assim, na dissolução da entidade familiar em que haja algum conflito em relação ao animal de estimação, independentemente da qualificação jurídica a ser adotada, a resolução deverá buscar atender, sempre a depender do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal. 8. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu que a cadela fora adquirida na constância da união estável e que estaria demonstrada a relação de afeto entre o recorrente e o animal de estimação, reconhecendo o seu direito de visitas ao animal, o que deve ser mantido. 9. Recurso especial não provido. (Recurso Especial n.º 1.713.167/SP. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão).

No mesmo sentido, o TJ-RJ (2015) decidiu a respeito direito de companhia de uma cadela de estimação em uma ação de dissolução conjugal. Na decisão o Juiz destaca a natureza semovente do animal afastando o tratamento de mero bem.

DIREITO CIVIL - RECONHECIMENTO/DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - PARTILHA DE BENS DE SEMOVENTE - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL QUE DETERMINA A POSSE DO CÃO DE ESTIMAÇÃO PARA A EX- CONVIVENTE MULHER- RECURSO QUE VERSA EXCLUSIVAMENTE SOBRE A POSSE DO ANIMAL – RÉU APELANTE QUE SUSTENTA SER O REAL PROPRIETÁRIO – CONJUNTO PROBATÓRIO QUE EVIDENCIA QUE OS CUIDADOS COM O CÃO FICAVAM A CARGO DA RECORRIDA DIREITO DO APELANTE/VARÃO EM TER O ANIMAL EM SUA COMPANHIA – ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO CUJO DESTINO, CASO DISSOLVIDA SOCIEDADE CONJUGAL É TEMA QUE DESAFIA O OPERADOR DO DIREITO – SEMOVENTE QUE, POR SUA NATUREZA E FINALIDADE, NÃO PODE SER TRATADO COMO SIMPLES BEM, A SER HERMÉTICA E IRREFLETIDAMENTE PARTILHADO, ROMPENDO-SE ABRUPTAMENTE O CONVÍVIO ATÉ ENTÃO MANTIDO COM UM DOS INTEGRANTES DA FAMÍLIA – CACHORRINHO “DULLY” QUE FORA PRESENTEADO PELO RECORRENTE À RECORRIDA, EM MOMENTO DE ESPECIAL DISSABOR ENFRENTADO PELOS CONVIVENTES, A SABER, ABORTO NATURAL SOFRIDO POR ESTA – VÍNCULOS EMOCIONAIS E AFETIVOS CONSTRUÍDOS EM TORNO DO ANIMAL, QUE DEVEM SER, NA MEDIDA DO POSSÍVEL, MANTIDOS – SOLUÇÃO QUE NÃO TEM O CONDÃO DE CONFERIR DIREITOS SUBJETIVOS AO ANIMAL, EXPRESSANDO-SE, POR OUTRO LADO, COMO MAIS UMA DAS VARIADAS E MULTIFÁRIAS MANIFESTAÇÕES DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM FAVOR DO RECORRENTE – PARCIAL ACOLHIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO PARA, A DESPEITO DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO NORMATIVA REGENTE SOBRE O TEMA, MAS SOPESANDO TODOS OS VETORES ACIMA EVIDENCIADOS, AOS QUAIS SE SOMA O PRINCÍPIO QUE VEDA O NON LIQUET, PERMITIR AO RECORRENTE, CASO QUEIRA, TER CONSIGO A COMPANHIA DO CÃO DULLY, EXERCENDO A SUA POSSE PROVISÓRIA, FACULTANDO-LHE BUSCAR O CÃO EM FINS DE SEMANA ALTERNADOS, DAS 10:00 HS DE SÁBADO ÀS 17:00HS DO DOMINGO.

Projetos de lei como o PL 1.058/2011 e o PL 1.365/2015 buscaram, sem sucesso, preencher essa lacuna legislativa, propondo a regulamentação da guarda de animais de estimação e reconhecendo a necessidade de uma legislação específica que contemple a realidade das famílias contemporâneas. A discussão doutrinária e os avanços jurisprudenciais apontam para uma tendência de reconhecimento dos animais como sujeitos de direito, merecedores de consideração jurídica própria, o que demanda uma reflexão aprofundada sobre a guarda compartilhada no contexto do direito animal.

A análise da legislação e da doutrina sobre a guarda compartilhada de animais revela um cenário em construção, onde o direito busca adaptar-se às novas configurações familiares e às relações afetivas que incluem os animais como parte integrante da família. A guarda compartilhada, nesse contexto, emerge como uma

solução jurídica que visa atender aos interesses de todas as partes envolvidas, incluindo o bem-estar do animal, que deve ser o foco central de qualquer decisão. É imperativo que o ordenamento jurídico evolua para abarcar essas questões, garantindo que a legislação acompanhe as mudanças sociais e as demandas por um tratamento mais humano e justo para com os animais.

7 CONCLUSÃO

Na realidade, a grande maioria dos casais em processo de dissolução resolvem a guarda dos seus animais entre si, considerando de modo geral a maior afinidade do animal para com o tutor ou a própria questão da propriedade.

A aplicação do instituto da guarda compartilhada ao direito animal, embora inovadora, encontra fundamentação na legislação vigente e na jurisprudência relacionada à guarda de filhos. A analogia jurídica permite a aplicação de uma norma a um caso não contemplado expressamente por ela, mas que guarda semelhança com situações reguladas. Assim, considerando que os animais são reconhecidos como sujeitos de direitos desprovidos de voz própria, a guarda compartilhada poderia ser interpretada como um meio de assegurar o bem-estar animal, respeitando a natureza dos vínculos afetivos que os animais estabelecem com seus cuidadores humanos.

Considerar a guarda compartilhada no direito animal, enquanto a nossa Carta Cível não defina a relação adequadamente, é reconhecer a trajetória da evolução humana e a função social dos animais domésticos transcendendo em sua utilidade original, alcançando relevância justificando sua proteção jurídica em se tratando de disputas legais.

Em suma, a guarda compartilhada de animais e a relativização do poder proprietário frente à responsabilidade com a vida são temas que desafiam o direito contemporâneo a repensar suas bases e a adaptar-se às novas realidades sociais e éticas, refletindo um processo contínuo de evolução e humanização do direito.

REFERÊNCIAS

ALEMANHA, Código Civil Alemão. Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/_90a.html Acesso em: 09 mai. 2024.

BRASIL, Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências**, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm Acesso em: 09 mai. 2024.

BRASIL, Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008. **Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11698.htm. Acesso em: 09 mai. 2024.

BRASIL, Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, Lei Sansão, **Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14064.htm#view. Acesso em: 09 mai.2024.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente** disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 09 mai. 2024

BRASIL. [Código Civil] Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 09 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 09 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 09 mai. 2024.

COMISSÃO DE JURISTAS, **Relatório Final dos trabalhos da Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil**, Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/68cc5c01-1f3e-491a-836a-7f376cfb95da>>Acesso em: 09 mai. 2024.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS, Disponível em: <<https://www.cfmv.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/direitos1.pdf>>.Acesso em: 09 mai. 2024.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias [livro eletrônico], 4. ed. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016

HANCOCK, James. **Dinâmica da Revolução Neolítica.** Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1937/dinamica-da-revolucao-neolitica/>. Acesso em: 09 mai.2024.

IBDFAM, Enunciado 11, disponível em https://ibdfam.org.br/uploads/enunciados_ibdfam.pdf, Acesso em 09/05/2024

MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, Decreto nº 24.645/1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm. Acesso em: 09 mai. 2024.

NADER, Paulo, **Curso de direito civil, v.5: Direito de família**/Paulo Nader. – Rio de Janeiro: Forense, 2016

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. I.

PORTUGAL. **Estatuto dos Animais**. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/8-2017-106549655>. Acesso em: 09 mai. 2024.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. I.

SALOMÃO, Luis Felipe. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial n.º 1.713.167/SP. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/635855286/recurso-especial-resp-1713167-sp-2017-0239804-9/inteiro-teor-635855288> Acesso em: 09 mai. 2024.

SILVA, Júlio César Costa e REIS, Ítalo Moreira. **As controvérsias da guarda compartilhada de animal de estimação após divórcio**. 25 de novembro de 2022. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1911/As+controv%C3%A9rsias+da+guarda+compartilhada+de+animal+de+estima%C3%A7%C3%A3o+ap%C3%B3s+div%C3%B3rcio> Acesso em: 11 de jun. de 2024.

SUÁRES, Eugênio Fernández, História da domesticação dos animais, Disponível em: <https://meusanimais.com.br/historia-da-domesticacao-dos-animais/> Acesso em: 09 mai. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**. volume único, 8. ed. rev, atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.



Teorias antropológicas e a etnografia enquanto proposta metodológica: o campo e os sujeitos da pesquisa¹

Anthropological theories and ethnography as a methodological proposal: the field and research subjects

LEONARDO TOLEDO SILVA

Doutor em educação PucMinas;

Professor do curso de educação física do Centro universitário UniArnaldo;

leotoledos@yahoo.com.br

RESUMO

Neste texto pretendo discutir as contribuições das teorias antropológicas e da sua principal metodologia de pesquisa, a etnografia, investigando uma comunidade tradicional/ribeirinha e os sujeitos que por ali circulam. Apresento a Barra do Guacuí, uma comunidade ribeirinha do norte de Minas Gerais e os sujeitos da pesquisa. Entender esse grupo é o grande desafio da pesquisa, compreendendo-os como jovens que, na relação com outros sujeitos e o meio-ambiente, produzem e reproduzem identidades, corpos, comportamentos, estilos de vida em diálogo permanente com os membros da sua comunidade, os locais por onde circulam e com o Rio São Francisco. Escutar, descrever e analisar os jovens onde estão inseridos fornece mais do que pistas sobre eles, mas modos de ser e viver de uma população ribeirinha.

Palavras-chave: Etnografia; Cultura; Cotidiano

¹ Este texto foi construído com base em pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Minas.



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

Prça. Arnaldo Jansen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

Rua Vitório Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
31 3524-5000

ABSTRACT

In this text I intend to discuss the contributions of anthropological theories and their main research methodology, ethnography, investigating a traditional/riverside community and the subjects who live there. I introduce Barra do Guacuí, a riverside community in the north of Minas Gerais, and the research subjects. Understanding this group is the great challenge of research, understanding them as young people who, in their relationships with other subjects and the environment, produce and reproduce identities, bodies, behaviors, lifestyles in permanent dialogue with members of their community, the places where they travel and the São Francisco River. Listening to, describing and analyzing the young people in which they live provides more than just clues about them, but ways of being and living among a riverside population.

Keywords: Ethnography; Culture; Everyday.

1 INTRODUÇÃO

A ideia central deste texto é discutir as contribuições das teorias antropológicas e da etnografia como metodologia de coleta de dados para os estudos de comunidades tradicionais/ribeirinhas, lazer, juventudes e identidades. Além disso, apresento o local, a Barra do Guacuí e os sujeitos da pesquisa. A etnografia parece à abordagem metodológica mais adequada para a realização de uma pesquisa dessa natureza, permitindo compreender os sujeitos e suas práticas sociais. Segundo Cohn (2005):

Fazer antropologia é tentar entender um fenômeno em seu contexto social e cultural. É tentar entendê-lo em seus termos. Desde cedo, os antropólogos têm insistido na necessidade de abordar as culturas e as sociedades como sistemas, o que significa dizer que qualquer evento, fenômeno ou categoria simbólica e social a ser estudado deve ser compreendido por seu valor no interior do sistema, no contexto simbólico e social em que é gerado. (COHN, 2005, p. 09).

Cabe assinalar que o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica. Segundo Magnani (2003), ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos, e o pesquisador pode usar ou servir-se de várias técnicas, conforme as circunstâncias de cada pesquisa.

Logo o pesquisador ao realizar a pesquisa de campo etnográfica tem por objetivo conhecer muito por menores as culturas e o contexto social das pessoas que estão ali

envolvidas e circulando, e é certo que seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável. Portanto o pesquisador não pode ficar atento somente aos acontecimentos “estranhos e exóticos” e prestar atenção em todos os movimentos e interações (MALINOWSKI,1976).

Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhe dá: em alguns momentos, os fragmentos podem arranjar-se num todo, que oferece a pista para um novo entendimento conforme os caminhos da pesquisa e de seus participantes (pesquisador/pesquisados). É preciso fazer como o antropólogo diante de costumes ou ritos “exóticos”: deixar de lado uma postura etnocêntrica e observá-los de perto e em seu próprio contexto, pois se existem é porque possuem um significado para aqueles que os praticam (MAGNANI, 2003).

É nessa interação com o multifacetado que se dá a descoberta do cotidiano e os conhecimentos produzidos pelos protagonistas desse processo. O cotidiano é feito de silêncio, de gritos, sons, cheiros, gestos, atitudes e tantos outros sinais que na maioria das vezes se encontram embaixo dos escombros da história. Assim, O trabalho com o cotidiano, aproximando-nos da etnografia nos lança o desafio de, na inserção dos cotidianos da vida revelar o oculto, ou o de desnaturalizar o natural e vice e versa. (VICTORIA, 2013, p.3). Adotar a etnografia significa incorporar o pressuposto de situar o lazer mais em suas inter-relações com o modo de vida e o cotidiano dos moradores na periferia e porque não, da população ribeirinha, do que em sua contraposição ao mundo do trabalho, simbolizado pela fábrica (MAGNANI,2012) Dessa maneira:

O trabalho do cientista social é próximo ao do artesão. Demanda tempo, abstração e contemplação. A construção dos nexos entre as partes aparentemente díspares e distantes exige um olhar atento, uma perspectiva com foco... Dessa forma, a primeira tarefa que se impõe àquele que se propõe a dissertar sobre algum aspecto de um fenômeno social, como, por exemplo, a sociabilidade do jovem, é tentar tal como um artista sensibilizar seu receptor por meio de mediações estéticas e conceituais. Isto é, a partir de inquietações e/ou de estímulos prévios, apropriar-se de conhecimentos já levantados e através deles reconstruí-los, a fim de torná-los inteligíveis do ponto de vista da teoria científica. (SETTON, 2011, p.67).

2 CULTURA COMO SISTEMA DE SIGNOS INTERPRETÁVEIS

Parto da compreensão do conceito de cultura, numa perspectiva antropológica, ampliando a sua associação aos modos de vida, hábitos e costumes de um povo, grupo ou determinada região.

Uma das referências para a discussão da noção de cultura, que me acompanha é o pesquisador Clifford Geertz (2014), para quem sobressai o entendimento que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu e a cultura sendo essa teia. Em sua análise, compreender a cultura é entender o significado atribuído as diferentes práticas cotidianas. Em suas palavras,

a cultura como sistema de signos interpretáveis (o que chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 2014, p10).

Outras autoras que sempre estiveram nessa jornada e que ajudam a ampliar a noção de cultura são Gomes e Faria (2005), segundo elas, o importante é considerar que a cultura é dinâmica e sua mudança contínua dá-se por motivos internos (a cada geração aspectos tradicionais são modificados e novos são incorporados) e, externos, no contato entre diferentes sociedades ou grupos sociais, o que gera uma troca de elementos culturais.

Para Roy Wagner (2012), a cultura se tornou uma maneira de falar sobre os sujeitos e seus mundos. Este autor comenta que qualquer elemento simbólico dado pode ser envolvido em vários contextos culturais, e a articulação desses pode variar de um momento para outro, de uma pessoa para outra ou de um grupo de pessoas para outro. Uma palavra ou qualquer elemento simbólico adquire suas associações convencionais do papel que desempenha na articulação dos contextos em que ocorre e da importância e significância relativa desses contextos.

Wagner (2012), salienta que o pesquisador, ao fazer o trabalho de campo, está “inventando” uma cultura e nesse ato, ele cria a sua própria e acaba por reinventar esta noção. Assim, adverte:

De fato, poderíamos dizer que um antropólogo “inventa” a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação – por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais “real” do que as coisas que ela “relaciona”. No entanto, essa explicação somente se justifica se compreendemos a invenção como um processo que ocorre de forma objetiva, por meio de observação e aprendizado, e não como uma espécie de livre fantasia. Ao experienciar uma nova cultura, o pesquisador identifica novas potencialidades e possibilidades de se viver a vida, e pode efetivamente passar ele próprio por uma mudança de personalidade. (WAGNER, 2012, p.42).

O autor, ainda comenta que o pesquisador não pode simplesmente “aprender” uma nova cultura e situá-la ao lado daquela que ele já conhece; deve antes “assumi-la” de modo a experimentar uma transformação de seu próprio universo. Portanto, “o pesquisador se quiser aprender algo sobre essas pessoas e seu modo de vida, terá de aprender com elas (p.46), sem precisar, para isto, virar nativo.

Nestes termos, um antropólogo vivencia, de um modo ou outro, seu objeto de estudo (o local, sujeitos, objetos, rituais...); ele o faz através do seu próprio universo (carregado de sentidos e significados), e então se vale dessa experiência para comunicar uma compreensão aos membros de sua própria cultura, ele só consegue se o seu relato fizer sentido nos termos da sua sociedade (WAGNER, 2012).

Wagner (2012), chama a atenção do significado que os antropólogos dão para as coisas, sejam elas objetos, falas ou gestos, uma apresentação das maneiras pelas quais criamos e experiênciamos os contextos. Qualquer elemento de campo pode ser envolvido em vários contextos culturais, e a articulação desses podem variar de um momento para outro, de pessoa para outra ou de um grupo de pessoas. Isto posto, “uma palavra ou qualquer outro elemento simbólico adquire suas associações convencionais do papel que desempenha na articulação dos contextos em que ocorre e da importância e significância relativa desses contextos” (p.113), ou seja, criamos e damos sentidos (para nós e para os nativos) ao inventarmos a cultura, nossa e deles.

Se isso a que os antropólogos inventam é tão abrangente como está sendo suposto, então essa obsessão por parte do pesquisador não é despropositada, pois estudá-la constitui um universo de pensamento e ação quanto a sua própria cultura. Portanto, ela torna-se visível pelo choque cultural, pela relação que o pesquisador e nativo articulam. A cultura, nesse sentido, delimita um sinal de igualdade invisível entre o conhecedor (que vem a conhecer a si próprio) e o conhecido (que constitui uma comunidade de conhecedores) (WAGNER, 2012). Mas o pesquisador ao inventar uma cultura não a faz como os sujeitos que estão imersos no cotidiano do local pesquisado:

Ele não está aprendendo a cultura do modo como o faria uma criança, pois aborda a situação já como adulto que efetivamente internalizou sua própria cultura. Seus esforços para compreender aqueles que está estudando, para tornar essas pessoas e suas condutas plenas de significado e para comunicar esse conhecimento a outros brotarão de suas habilidades para produzir significados no âmbito de sua própria cultura. Desse modo, o que quer que ele “aprenda” com os sujeitos que estuda assumirá a forma de uma extensão ou superestrutura, construída sobre e *com* aquilo que ele já sabe. Ele irá “participar” da cultura estudada não da maneira como um nativo o faz, mas como alguém que está simultaneamente envolvido em seu próprio mundo de significados, e *esses significados também farão parte*. Se retornarmos aquilo que foi dito sobre objetividade relativa, lembraremos que é o conjunto de predisposições culturais que um forasteiro traz consigo que faz toda a diferença em sua compreensão daquilo que está “lá”. (WAGNER, 2012, p.52).

Nestes termos Wagner (2012), sustenta que na medida em que produzimos coisas (culturas), nossa preocupação é com a preservação dessas. Segundo o autor nossos sótãos, porões, baús, álbuns e museus estão repletos de um tipo de cultura que gostamos de guardar, assim “conservamos as ideias, as citações, as memórias, as criações, e deixamos passar as pessoas” (WAGNER, 2012, p.87).

Assim, a noção de cultura nos ajuda a pensar a experiência humana, nossa relação com o mundo do qual fazemos parte, como pensamos e como relacionamos com os outros, nosso modo de agir e de interpretar a realidade (GOMES e FARIA, 2005). A partir desse entendimento de cultura, podemos conhecer a Barra do Guaicuí e os sujeitos que ali habitam.

Para compreender os jovens da Barra é preciso adentrar neste contexto cultural e apropriar de suas construções simbólicas, abrindo possibilidades para ouvir, ver, sentir com os próprios sujeitos como vivenciam suas práticas e somente depois, escrever sobre e com eles a respeito dessas construções. Nesse sentido me aproprio da etnografia como método e teoria nos estudos das culturas, sendo a abordagem mais adequada para realização de uma pesquisa cujo objetivo é compreender os sujeitos e suas práticas culturais em seu cotidiano (SILVA e TOSTA, 2016).

De fato, a experiência etnográfica representa uma oportunidade única e singular no processo de compreensão do “outro”, de um lado exigindo do pesquisador um esforço constante de estranhamento e conjugação do universal com o particular na análise cultural, do outro possibilitando uma “fusão de horizontes” entre os pontos de vista do nativo e do antropólogo (ROCHA e TOSTA, 2013).

O entendimento aqui será então de amplificar as vozes dos sujeitos e suas práticas sociais, desta forma, o pesquisador não apenas apreende o significado do arranjo do nativo, mas ao perceber esses, e conseguir descrevê-los, é capaz de atestar sua lógica e incorporá-la de acordo com os padrões de seu próprio aparato intelectual e até mesmo de seu sistema de valores (MAGNANI, 2002).

O que Magnani (2002), propõe nesse sentido é uma perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e de seus equipamentos.

Esta é a forma de operar da etnografia que, tendo como pressuposto a relação de alteridade, produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio de outras perspectivas, “trata-se de uma empreitada que supõe trabalho paciente e continuado, ao cabo do qual, ou em algum momento, elementos dispersos se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado” (MAGNANI, 2012, p.264).

Assim, entendemos que o investigador ocupa um papel-chave na pesquisa, pois cabe a ele observar, sistematizar e interpretar a realidade pesquisada

identificando ao menos duas dimensões: a pública, portanto, o lado manifesto e explícito das relações sociais, e a privada, o lado ao qual se referem os elementos constitutivos e atuantes dos bastidores, aquilo que está, aparentemente, implícito e subsumido pela realidade enfocada. Fato que requer saber que no social o cotidiano é composto de mundos interdependentes aos quais os acessos dependem do nível de interação que se estabelece entre o investigador e o grupo social pesquisado. E que evidencia que qualquer grupo humano tem regras próprias – traços culturais peculiares e nem sempre aparentes. (ROCHA e TOSTA, 2013, p.140)

O pesquisador ao realizar a pesquisa de campo etnográfica tem por objetivo conhecer as particularidades das culturas e o contexto social das pessoas que estão ali envolvidas e circulando, e é certo que seus comportamentos estão impregnados por essa imersão. Pesquisar no cotidiano exige construir relações com os sujeitos locais, trata-se de uma construção gradativa e de empatia, de saber comportar-se, o momento certo de perguntar, de participar, de ser aceito e até mesmo de ir embora, realizando uma imersão quase que microscópica, com uma observação sensível e sistemática no campo e com os sujeitos, a final de contas um interfere na vida do outro e vice-versa.

Minhas experiências com a pesquisa etnográfica não diferem das de outros que já se arriscaram nessa empreitada (MAGNANI, 2003; WHYTE, 2005; ELIAS e SCOTSON, 2000; GERTZ, 2014 e tantos outros). Na entrada no campo há uma sensação de solidão, por não se conhecer a comunidade, os sujeitos que dela fazem parte, e a necessidade de ser aceito por eles. Isto provoca também um receio no pesquisador pois ele pode ser recusado.

No meu caso, eu havia feito contato apenas com o diretor da escola por telefone. Nesses primeiros contatos me lembrei o que diz a teoria que uma imersão microscópica precisa de tempo, é necessário encontrar e ser encontrado pelas pessoas “certas”, aquelas que vão te abrir as portas e apresentar/indicar os sujeitos que você tem que conhecer/conversar (ROCHA e TOSTA, 2013). A cada retorno encontrava novos sujeitos que se aproximavam ou afastavam, tinham interesse na pesquisa e nas fotos que tirava.

Desse modo, fui sendo introduzido no contexto local e adquirindo confiança dos moradores. No início percebia um distanciamento das pessoas. Eu era um desconhecido

andando pelas ruas com uma caderneta e caneta nas mãos e uma máquina fotográfica pendurada no pescoço, no mínimo um sujeito suspeito².

Porém com o passar do tempo, sendo apresentado pelo diretor aos professores e funcionários da escola e convidado para participar das festas por Diana (uma das minhas informantes) começo a ficar mais próximo das pessoas, o diálogo aumenta, os sujeitos se aproximam e meu olhar de pesquisador começa a ficar mais apurado.

Sem essa liberdade de conhecer e ser conhecidos por todos que estão no pedaço não havia a possibilidade de ampliar a visão da Barra, uma comunidade ribeirinha tradicional. Considero a Barra do Guaicuí como um pedaço, categoria desenvolvida por Magnani (2003, 2012), um local onde as pessoas se reconhecem e são reconhecidas, possui uma intrincada rede de relações formada por laços de parentesco, vizinhança e coleguismo, é o lugar do encontro, do morar perto, por utilizar os mesmos equipamentos de educação, religião, lazer e talvez até o trabalho.

O pedaço possui elementos básicos constitutivos, um componente de ordem espacial e uma determinada rede de relações sociais. Dessa maneira, “enquanto o núcleo do “pedaço” apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa” (MAGNANI, 2003, p.116).

No pedaço estão localizados os serviços – locomoção, abastecimento, informação, culto, entretenimento – que fazem dele ponto de encontro e passagem obrigatórios. Não basta, contudo, morar ou frequentar com certa assiduidade esses lugares: para ser do pedaço é preciso estar situado numa rede de relações que combina laços de parentescos, vizinhança, procedência. Dessa forma, é principalmente o lugar de moradia que concentra as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida

² Encontrar o informante chave, aquela pessoa que te ajuda a circular pelo pedaço, é essencial como nos mostra o estudo de Whyte (2005), em uma pequena vila denominada Corneville, no meu caso não existia o Doc do autor, mas alguns sujeitos (Davi; Welton; e Diana) que davam o suporte necessário para que os demais membros da comunidade não desconfiassem da minha presença, estar com eles era o passaporte para circular pelos locais, festas, casas, escola dali.

no pedaço, é o lugar dos colegas, dos chegados: todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que se pode ou não fazer (MAGNANI, 2003, 2012).

Pertencer ao pedaço significa poder ser reconhecido no local, implica o cumprimento regras e códigos, as pessoas de pedaços diferentes, ou alguém em trânsito, são muito cautelosas ali, o conflito, a hostilidade pode estar presente, pois todo lugar fora do pedaço é aquela parte desconhecida do mapa e, portanto, do perigo, do desconhecido (MAGNANI, 2003).

Sendo o pedaço o lugar do encontro das pessoas, das práticas de lazer, religião, trabalho e educação, é neste local e com esses sujeitos que os jovens da Barra do Guaicuí vivenciam suas culturas e práticas sociais, criam sinais de pertencimento e inserção social, constituem/constroem/transformam suas identidades.

Lembro da primeira festa que investiguei, estava observando da porta quando fui convidado a entrar e como não conhecia as pessoas fiquei um pouco receoso do que podia fazer, até que a anfitriã me acolheu, apresentando as pessoas e dando liberdade para conversar, tirar fotos, fazer perguntas, comer e beber com os demais convidados, um verdadeiro rito de passagem, meu batizado no campo. Foi a partir desse momento que me tornei aceito na comunidade e começo a perceber os caminhos para a pesquisa: quem são meus colaboradores, onde devo ir, quem entrevistar e o quê fotografar, sendo necessário uma verdadeira reeducação dos sentidos.

Rocha e Tosta (2013), comentam que para realizar uma etnografia há que se pensar e mergulhar num tempo de espera em que a observação é um recurso indispensável. Exige um olhar da cultura que não é “dado” em crenças, sentimentos, normas legais e costumeiras. A observação deve ser do todo, tendo em vista sua complexidade, isso não elimina o trabalho de coleta de dados de outras maneiras, a rigorosa interpretação e integração das evidências empíricas de modo a recriar a totalidade que foi investigada. Estudar o cotidiano é saber que o tempo pode operar ou não a nosso favor, um mergulho demorado e intenso em um cotidiano multifacetado e até desconhecido.

No cotidiano tudo parece provisório, interino, experimental; nada nos é dado como produto acabado ou integrado num sistema único ou totalitário. Nesta forma de aproximação ao social, a realidade apenas se insinua não se entrega. Mas é assim mesmo que ela tem de ser imaginada, descoberta, construída (PAIS, 2003).

Para Pais (2003), o cotidiano é uma maneira privilegiada de análise na medida em que é revelador de determinados processos do funcionamento e da transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam. Segundo o autor, todas as atividades que fazem parte da existência da vida cotidiana se distribuem, dia após dia, de uma forma geralmente repetitiva (levantamo-nos, lavamo-nos, comemos, lemos o jornal etc.). Ele promove o entrecruzamento de distintas dimensões tempo/espaciais para além do linear e progressivo, homogêneo e exterior, mas também da repetição, da circularidade.

Mas o cotidiano não é apenas o tempo/espço de realização de atividades repetitivas é também um lugar de inovação, a própria recusa dele (as festas, as férias...) é a sua reorganização e transformação. Dessa maneira, tempo e espaço concorrem, com efeito, na produção da vida cotidiana. As próprias formas de rotina constituem um processo repetido de apropriação de tempo/espço (PAIS, 2003).

Rocha e Tosta (2013), expõe que pesquisar o cotidiano exige construir relações de interação que envolve, também, o pesquisador; trata-se de uma construção gradativa de comportamento que vão se desvelando e outros que vão se estruturando, quando de uma observação sensível e sistemática no campo. O cotidiano não se manifesta ou se dá a conhecer à primeira vista, é preciso tempo, maturação do olhar e um “inevitável” envolvimento com seus sujeitos. Condições que não podem ser simplificadas ou desprezadas dada a sua implicação, replicação e repercussão no processo de pesquisa como uma apropriação e interpretação da experiência humana em termos holísticos.

Por muitas vezes achava que não compreendia o que estava acontecendo no campo. Quando a rotina do cotidiano se mostrava banal e repetitivo (por exemplo, no campeonato) e eu queria entender apenas os jogadores e suas vivências futebolísticas, mas, na verdade precisava rever meus olhares e concentrar em outras coisas, que ainda

não havia percebido (como as relações de gênero que acontecem no campeonato, os horários dos jogos, os comportamentos dos torcedores, professores e funcionários).

Para Rocha e Tosta (2013), o cotidiano é um lugar privilegiado de análise social, pois é nele que se aprende o irracional, o não racional, o não lógico, a desordem, o acaso, a diferença – tudo que não pode ser quantificado no vir-a-ser social, portanto, estudar o cotidiano requer um treino teórico e metodológico por parte do pesquisador.

Compreendendo a etnografia enquanto método de pesquisa que privilegia a investigação do cotidiano, dos sujeitos e de suas culturas, desta maneira optei em trabalhar com outros enfoques metodológicos além da observação participante: a entrevista, e o questionário. Esses métodos possibilitaram compreender através de observações sistemáticas e falas os jovens e seus pares, em espaços diversos por eles frequentados, em um mergulho realizado no cotidiano daquele pedaço.

Com esses entendimentos, de cultura, etnografia, pedaço e cotidiano, o trabalho de campo aconteceu de 19/07/2017 a 30/09/2018. Neste período estive na Barra todos os meses (um ano e dois meses) variando minha estadia de três a dez dias, dependendo dos acontecimentos que ocorriam ou dos convites que recebia.

No processo de redação final do estudo compreendi com James Clifford (1998), que eu nunca seria um nativo e que deveria tomar alguns cuidados com a escrita etnográfica, pensada a partir da antropologia interpretativa (mesmo sabendo da importância dela)³, uma vez que existe uma relação tensa entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, o autor chama a atenção para alguns aspectos que precisam ser evitados na escrita do trabalho científico.

O primeiro diz respeito às experiências. Diz o autor: “Certamente é difícil dizer muita coisa a respeito de “experiências”. Assim como “intuição”, ela é algo que alguém tem ou não, e sua invocação frequentemente cheira a mistificação” (CLIFFORD, 1998,

³ A antropologia interpretativa desmistifica muito do que anteriormente passara sem questionamento na construção de narrativas, tipos, observações e descrições etnográficas. Ela contribui para uma crescente visibilidade dos processos criativos (e, num sentido amplo, poéticos) pelos quais objetos “culturais” são inventados e tratados como significativos. (CLIFFORD, 1998, p.39).

p.35). Todavia, pode-se resistir à tentação de transformar toda experiência em interpretação. Embora as duas estejam reciprocamente relacionadas, não são idênticas. Faz sentido mantê-las separadas, quanto mais não seja porque apelos à experiência muitas vezes funcionam como validações para a autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1998).

Outro aspecto é que o etnógrafo sempre vai embora, levando com ele textos para posterior interpretação (e entre estes podemos incluir as memórias – eventos padronizados, simplificados, retirados do contexto imediato para serem interpretados numa reconstrução e num retrato posterior). O texto, diferentemente do discurso, pode viajar. Se muito da escrita etnográfica é produzido no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outros lugares. Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas por meio de formas textualizadas. Os eventos e encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos (CLIFFORD, 1998).

Quando Clifford (1998), questiona quem é na verdade o autor das anotações feitas no campo, ele afirma que o assunto é sutil e merece um estudo sistemático. Mas já foi dito o bastante para se poder afirmar que o controle nativo sobre o conhecimento adquirido no campo pode ser considerável, e mesmo determinante. A escrita etnográfica atual está procurando novos meios de representar adequadamente a autoridade dos informantes (CLIFFORD, 1998), ou seja, reconhecendo que o trabalho é escrito não apenas pelo autor/pesquisador, mas de forma coletiva com seus nativos (colaboradores).

Em minha pesquisa de campo percebi que muito rapidamente os informantes entenderam qual era o objeto da pesquisa e, como eles poderiam contribuir. Repetidas vezes eles davam pistas contínuas a respeito do que estavam fazendo e de que forma as coisas acontecem (teremos jogo amanhã cedo na quadra, vai lá; vou pescar mais tarde que ir tirar fotos? Na próxima semana teremos uma Dança de São Gonçalo).

Do mesmo modo, eles se apresentavam para “aparecer nos relatos” do pesquisador, tanto que fazem pose para as fotos, dão as entrevistas, que são reescritas

e na sequência lidas para eles modificarem ou não e serem publicadas, tem orgulho em mostrar suas vivências culturais. Certamente o trabalho foi construído junto com os sujeitos da pesquisa, uma via de mão dupla.

Assim, nem toda experiência do campo precisa ser interpretada no seu retorno, ela pode ser descrita e discutida com os sujeitos pesquisados, que influenciando a escrita final do texto etnográfico alterando, em certo sentido, o que foi observado, sentido e vivenciado pelo pesquisador.

Para Clifford (1998), os discursos etnográficos não são falas de personagens inventados. Os informantes são indivíduos específicos com nomes próprios reais – nomes que podem ser citados de forma modificada quando necessário. “Esta possibilidade sugere uma estratégia textual alternativa, uma utopia da autoria plural que atribui aos colaboradores não apenas o *status* de enunciadores independentes, mas de escritores” (CLIFFORD, 1998, p.55).

Mas, não se trata aí de uma fusão espiritual entre os antropólogos e nativos, como se fossem uma única pessoa, com a mesma visão de mundo e voz. Ao contrário, o processo de interpretação do significado de uma cultura corresponde na verdade a um processo de compreensão do que as pessoas dizem, pensam e acreditam que estão fazendo quando realizam uma ação social⁴ (ROCHA e TOSTA, 2013).

Para Rocha e Tosta (2013, p.18) “tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, o antropólogo se vê na obrigação de repensar, reavaliar, reinterpretar suas próprias experiências e representações, além de aprender com a diferença do “outro””.

A maneira como percebemos as coisas está relacionada à distância que assumimos perante elas. Assim, a experiência etnográfica constitui-se num momento privilegiado na compreensão das verdades e da produção do conhecimento social e o trabalho de campo como um rito de passagem exige uma reeducação dos sentidos.

⁴ Há uma distância entre aquilo que as pessoas fazem e aquilo que elas dizem e pensam que fazem quando realizam um ato, muito embora os estudos em antropologia da performance demonstrem quão pequenas é ou mesmo que não há distância entre o dizer e o fazer. (ROCHA e TOSTA, 2013, p.54).

Portanto, o estudo etnográfico é uma forma de educação na medida em que aprendemos com os outros nos convida a ver no outro e suas diferenças, muitas vezes, formas alternativas de sociabilidade ou de resolução de conflitos entre os homens. Quem sabe assim, nos possibilitando uma maior abertura (visual, dialógica, intelectual, cognitiva e afetiva) para enfrentar os problemas do cotidiano (ROCHA e TOSTA, 2013). Assim, proponho mergulhar no campo e nos sujeitos desse pedaço: a Barra do Guaicuí.

3 BARRA DO GUAICUÍ: APRESENTANDO O CAMPO

Assumindo a etnografia como teoria e método de investigação deste estudo, começo minha “navegação” no campo. A Barra do Guaicuí é considerada uma comunidade ribeirinha localizada as margens de dois rios, o das Velhas e o São Francisco e cortada pela BR- 365 que liga ao estado de Goiás. Trata-se de um distrito de Várzea da Palma, ficando a 79Km da sua sede. Está localizado a 371km da capital mineira (Belo Horizonte) e entre dois grandes municípios da região norte do Estado de Minas Gerais (Pirapora, 24Km, e Montes Claros, 145Km).

Segundo Neves (1998), um dos povoados mais antigos do antigo Médio São Francisco, a Barra do Rio das Velhas (antigo nome do local), situado na confluência do rio das Velhas com o São Francisco, tem uma posição geográfica estratégica: ali se iniciava o trecho navegável do São Francisco. Por outro lado, pode-se falar da proximidade do local em relação a Sabará e ao Tejuco (Diamantina).

Os estudos de Neves (1998), apontam que a Barra do Rio das Velhas serviu, no século XVIII, como empório intermediário entre as duas regiões local para onde convergiam tropeiros e remeiros. É possível que o principal produto desse comércio entre as regiões fosse o sal trazido dos povoados salineiros, na Bahia, pelas barcas.

Vale lembrar que a pecuária já era a base da economia do Alto São Francisco e o sal, indispensável para a alimentação do gado. As canoas que desciam o rio a partir da embocadura do Paraopeba certamente traziam produtos para serem trocados em Barra do Guaicuí e adjacências (NEVES, 1998).

É importante esclarecer que, em virtude da inexistência de caixas frigoríficas, a conservação e exportação do pescado só eram possíveis depois de salgado o referido produto. Barra do Guaicuí importava o sal em escala significativa, mas, por outro lado, exportava em lombo de burros o pescado para os centros urbanos mencionados anteriormente. Os remeiros e tropeiros é que tornavam possíveis essas articulações tão importantes para a integração socioeconômica de regiões distintas. (NEVES, 1998, p.52).

De acordo com Rocha (2009), o composto territorial que forma o município pertencia ao morgado⁵ Guedes de Brito – Governador da Bahia. Sendo seu mandatário Emanuel Nunes Viana. O local surgiu no início do século XVII, o arraial de Barra do Rio das Velhas, posteriormente denominada Barra do Guaicuí foi primitivamente povoado por índios Cariris, emigrados de Santana do Cariri, no Ceará, provavelmente à procura de regiões em abundância de caça e pesca.

A Barra do Guaicuí era Morgado, que posteriormente foi dividido em capitânias. Berço histórico regional firmou seu domínio a partir do século XVII, com a chegada dos jesuítas em 1650, depois pelos Bandeirantes Fernão Dias Paes Lemes e Emanuel Borba Gato em meados de 1679.

A região dos Rio das Velhas com São Francisco não oferecia grandes minas de ouro que se tem notícias como as minas de Sabará e região... A economia do Rio das Velhas e São Francisco baseava-se na agricultura, na pecuária e na pesca e não na mineração. A região do São Francisco e Rio das Velhas era o celeiro abastecedor de carnes, peixes e gêneros das minas em todo sertão. (MORAIS, 2007, p.12).

Morais (2007), afirma que no porto faziam trocas de peles de animais e aves silvestres, carne seca, pedras preciosas vindas de Sabará e Diamantina, conduzidos em tropas de burros. Os pescadores locais vendiam peixes salgados e os lavradores, seus produtos retirados das terras, fertilizadas pelas enchentes dos rios. Ali no povoado havia grandes depósitos de sal e salga de peixes exportados para o centro da capitania, Diamantina, Serro, Sabará, Vila Rica e outros centros fora das margens dos rios.

⁵ Bens vinculados que não podiam ser alienados ou divididos.

O mesmo autor comenta que quase a totalidade das famílias em Guaicuí são de descendentes de negros e índios. A tradição de pescadores e pequenos lavradores vem desde sua fundação, pois com o esgotamento das minas no início da colonização e libertação dos escravos, todos se fixaram às margens dos rios, fartos em peixes, e suas vazantes férteis, assim como as ilhas propícias à pequena agricultura. Mas essa fartura não perdurou por muito tempo.

Segundo Moraes (2007) o fato é que, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro, na cidade de Pirapora, e a incrementação da navegação a vapor do Rio São Francisco, houve um grande desenvolvimento no local. Isto fez com que parte da população do povoado migrasse ainda mais para lá à procura de vida melhor. O mesmo autor, afirma que “até 1950 Guaicuí tinha pouco mais de 50 casas residenciais e 80 eleitores” (MORAIS, 2007, p.108), e na “escola não passava de 30 alunos em classes misturadas” (MORAIS, 2007, p.112).

De lá para cá, muita coisa mudou. Sua população é de 1849 pessoas, com predominância negra, e grande influência da religião católica, mesmo contando com três igrejas evangélicas. Os moradores vivem da pesca (são 100 registrados na Colônia de Pescadores Artesanais e Aquicultores de Guaicuí – Várzea da Palma); do pequeno comércio local: 1 posto de gasolina, 3 mercados, 1 depósito de material de construção; 4 pousadas de turismo de pesca, alguns bares e lojas de roupas; duas empresas de exploração de areia retirada do Rio São Francisco; do plantio/venda de produtos agrícolas (Uva, laranja e banana); e alguns beneficiários do programa Bolsa Família.

Em relação à educação destaco que o distrito possui uma escola de educação infantil e outra de ensino fundamental I da Prefeitura; e uma escola estadual de ensino fundamental II e médio, está mantendo uma estrutura de ensino, prédios, professores, funcionários e alunos como outras escolas brasileiras. Desenvolve um sistema de ensino vinculados as diretrizes e princípios da secretaria de educação do estado de Minas Gerais, mas, também ocorrem outras vivências e aprendizados, sentidos e significados próprios daquela comunidade (como a proposta de realização do aprendizado da Dança

de São Gonçalo), além das práticas de socialização e convívio, colaborando com a construção das identidades dos sujeitos.

No ano de 2018 estavam matriculados na Escola Estadual Barra do Guaicuí 412 alunos distribuídos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio nos turnos manhã e tarde. A escola da Barra possui parcerias com a Fazenda Mantiqueira, onde os alunos aprendem a trabalhar com a agricultura, com a Polícia Militar (o Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd); e com a Polícia Civil (emissão de carteira de identidade).

Em relação ao turismo se destaca na Barra: os dois rios e os escombros de uma igreja de pedra conhecida como Igreja Bom Jesus de Matozinhos, “ainda hoje, há ruínas de um templo setecentista que impressiona o visitante por suas dimensões quiçá representativas de uma população numerosa no passado” (NEVES, 1998, p.49).

Segundo Morais (2007), a igreja é do Século XVIII sua construção é atribuída aos jesuítas na confluência dos rios São Francisco e das Velhas que por motivos de erosão e acumulação de detritos o encontro se deslocou. Segundo Rocha (2009):

O início de sua construção está demarcado pelo século XVII, em meados do ano de 1650. Senhor Bom Jesus de Matozinhos, protetor dos navegantes, nome da igreja que por herdeiros da Casa da Ponte, García D’Ávila, utilizou do trabalho dos jesuítas, que tinha como objetivo a catequização dos escravos, estes que foram “a mão” que erguera com pertinência as imensas e intermináveis paredes da ruína. (ROCHA, 2009, p.25).

O mesmo autor afirma que no dia 22 de março de 1985, por meio do Decreto nº. 24.324, na categoria de bem imóvel, datado pela segunda metade do século XVIII, é efetivado o tombamento deste monumento intitulado Ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos, pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA.⁶

6

http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_ponygallery&Itemid=50&func=viewcategory&catid=169. (ROCHA, 2009, p.27)

Logo à frente da igreja temos a “praça da saúde” (um equipamento construído pela Prefeitura), local que tem alguns equipamentos de ginástica, uma quadra de areia e um campo de futebol. Ao entardecer é possível observar algumas pessoas caminhando nesse local, em sua maioria mulheres e alguns jovens/adultos exercitando e/ou jogando vôlei. No campo de futebol acontecem jogos nas segundas e terças à noite com moradores da comunidade e de outros locais.⁷

É interessante perceber que praticamente toda a Barra é plana, mas as pessoas optam em fazer caminhadas ali, mesmo que este possui um pequeno trecho asfaltado e o restante da “pista” em terra. Os moradores certamente associam o nome à atividade promotora da saúde, por isso a escolha do local.

No campo da saúde destacamos que os moradores do distrito são atendidos pela Estratégia Saúde de Família (ESF), composta por diversos profissionais (nutricionista, ginecologista, pediatra, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, ortopedista, cirurgião geral, clínico geral, saúde da mulher, anestesista, dentista e 2 residentes em enfermagem – parceria com a UFMG, havendo a troca a cada três meses) e 5 agentes comunitário de saúde (ACS), que se alternam em dias e horários. A ESF funciona 24 horas por dia durante os sete dias semanais sendo os casos de urgência e emergência encaminhados para o Hospital em Pirapora via Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Agora que navegamos pelo pedaço é importante conhecer os sujeitos, colaboradores desse trabalho e as estratégias etnográficas da pesquisa. Sem essas aproximações e estratégias não seria possível conhecer o local, as pessoas e suas manifestações socioculturais.

3.1 As estratégias etnográficas e os sujeitos da pesquisa

Para encontrar e conhecer (um pouco) os sujeitos da pesquisa realizei um questionário diagnóstico (adaptado de Silva, 2008), enviado ao diretor da escola via e-

⁷ Isayama (2007, p.32) comenta que, “na atualidade, as atividades físicas e esportivas são uma das possibilidades de lazer mais difundidas em nosso meio, tanto no que concerne à vivência quanto à assistência de jogos, participação em atividades físicas, bem como em competições esportivas”.

mail. Ele foi impresso e respondido por 51 alunos do segundo ano do ensino médio da escola estadual (assim em 2018, ano que foi realizado a maior parte do campo, estes alunos estavam em sua maioria no terceiro ano e na mesma).

Após o preenchimento por parte dos alunos, o diretor recolheu o material, sendo me entregue na primeira ida ao campo. Esse instrumento foi essencial, para traçar o perfil dos estudantes, jovens moradores ribeirinhos e conhecer algumas de suas vivências de lazer. Também serviu para fazer os primeiros contatos telefônicos, agendando possíveis dias/horários para alguma entrevista, conversa ou bate papo informal. Dessa forma quem são os estudantes que responderam ao questionário?

Com base nesses dados identifico que a maioria dos estudantes do segundo ano do ensino médio são mulheres (33). Os estudos de Silva (2008) já apontam uma maior participação das mulheres nos anos finais da educação, principalmente, porque os jovens homens abandonam os estudos para dedicar ao trabalho. Como se vê, o número de jovens com 17 e 18 anos é a maioria, somando 46 pessoas. Esta faixa etária corresponde ao fim do terceiro ano do ensino médio.

A soma dos que se autodeclararam pretos e pardos soma 46 estudantes, como a maioria dos habitantes desde a fundação do vilarejo, sendo, portanto, a etnia mais presente na comunidade e nenhum dos jovens se autodeclarou indígena. 26 moram na Barra há mais de 15 anos, ou seja, vivenciam a cultura do local em diálogo com outros atores da comunidade, onde constroem e transformam suas identidades em diálogo das tradições com a contemporaneidade.

No campo da prestação de serviços também podemos encontrar uma relação com os dados de Silva (2008, p.56) “dos que trabalharam nota-se que os meninos fazem o trabalho braçal (servente de pedreiro, lava-jato) e as meninas do lar (creche, babá, salão de beleza), trabalhos informais e temporários”, na Barra, as jovens trabalham com: atendente de sorveteria; auxiliar administrativa; serviços gerais; faxina, dormir com idosa; manicure, cabeleireira, garçone; pescadora; atendente em bar; babá; colhendo laranja/mexerica, fazendo carvão; atendente de escritório; no restaurante. Os jovens atuam como: vaqueiro; serviços gerais; servente de pedreiro e venda de peixe;

agricultura e pescaria; atendente na sorveteria; auxiliar de serviço braçal; caseiro; colheita de uva; com gado, colheita de feijão, carga de soja e de milho.

Outra ferramenta metodológica adotada foi à entrevista, entendendo-a como narrativas de memórias. Escutar (por meio das memórias/narrativas) diversos sujeitos, com idades diferentes, que são ou já foram jovens foi importante para compreender as transformações e construções das identidades, das manifestações culturais e das vivências de lazer, pois a juventude da Barra do Guaicuí encontra-se imersa em uma trama social e seria quase que impossível conhecê-la em suas práticas sem ouvir/conviver com outros que compõe esse pedaço.

Assim, para aprofundar nas discussões, realizei quatorze entrevistas (adaptada de Soares, 2017), sete com jovens, cinco com adultos e duas com idosos, sujeitos, que por diversos motivos se aproximaram do pesquisador (e vice-versa) em vários momentos do trabalho de campo. Escutar os adultos e idosos foi fundamental para compreender as alterações e permanências nas vivências dos jovens e como isso pode alterar/modificar a construção de suas identidades.

De acordo com Delgado (2003), narrativas, memórias, histórias e identidades são a humanidade em movimento, são olhares que permeiam tempos heterogêneos, é enredo em construção, são lembranças que falam. Delgado (2003), afirma que tempo e memória são pontes de ligação que integram as múltiplas extensões da própria temporalidade em movimento. A memória por sua vez, como forma de conhecimento e como experiência, é um caminho possível para que sujeitos percorram a temporalidade de suas vidas. Para a mesma autora, os acontecimentos da vida em comunidade, e mesmo das experiências mais solitárias da vida, são sinais exteriores, são estímulos para o afloramento de lembranças que constituem o estofo do tempo da memória: individual, local, comunitária, regional e nacional.

Ainda segundo Delgado (2003), as lembranças contêm incomensuráveis potencialidades: destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos

fundadores e os elos que conformam as identidades e as relações de poder (o que pode ser constatado nas entrevistas dos sujeitos da pesquisa).

Para a mesma autora (2003, p.23), “as narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contêm a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. História e narrativa, tal qual História e memória, se alimentam”. Desta maneira concordo com Delgado (2003) que os melhores narradores são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada aos quadros sociais da memória e da complexa trama da vida, que constroem e reconstroem a cultural do pedaço.

Apresento os sujeitos da pesquisa e as condições na qual foram realizadas as entrevistas. Todas elas foram gravadas. Após a transcrição, elaborei um texto e apresentei para eles. Em alguns casos realizamos alterações, em outros não, e assim, todos assinaram o documento de autorização da publicação. Todos esses atores sociais tiveram suas identidades preservadas, sendo identificados no estudo por nomes fictícios. Passo a apresentá-los: idades, grupo etário e profissão.

Quadro 1 – Sujeitos das entrevistas

Identificação	Idade	Grupo etário	Profissão
Valdir	14 anos	Jovem	Estudante
André	16 anos	Jovem	Estudante
Enzo	16 anos	Jovem	Estudante e garçom
Alice	18 anos	Jovem	Atendente em depósito de construção

Keila	18 anos	Jovem	Estudante e vendedora autônoma.
Pedro	18 anos	Jovem	Estudante
Amanda	26 anos	Jovem	Pescadora e estudante
Davi	30 anos	Adulto	Professor
Welton	33 anos	Adulto	Diretor da escola
Nicole	40 anos	Adulto	Professora
Alana	51 anos	Adulto	Professora
Diana	56 anos	Adulto	Professora
Daniela	64 anos	Idoso	Aposentada/professora
Michele	74 anos	Idoso	Aposentada

Fonte: dados da pesquisa.

Cada sujeito concedeu a entrevista em local diferente e situações distintas. Isto me fez perceber o cuidado que o pesquisador deve ter com a realização delas, pois dependendo das condições podem ficar prejudicadas, com interferência de barulhos, som baixo e outros. Relato o local e a condição de realização da entrevista com os depoentes. As entrevistas foram individuais, mas realizadas no mesmo local, como veremos.

André, Enzo e Valdir: tive proximidade com esses jovens no campeonato escolar, sempre querendo ver as fotos que tirava e conversando comigo. Suas entrevistas ocorreram depois da partida de futebol na escola, em um domingo. Sempre me avisava dos jogos do City, para tirar fotos, isto me provocou a fazer uma foto do time e presenteá-los em um retorno.

Alice, Keila, Pedro: a conversa com esses três ocorreu em meio à organização da festa de aniversário da Keila (ornamentação da casa, cabelo e unhas).

Davi: essa foi uma entrevista atípica. Fui até sua casa e lá havia um problema de eletricidade. No momento, duas pessoas resolviam o problema. O Davi só conseguiu concentrar quando tudo estava resolvido. Enquanto esperava, fiquei assentado na cozinha assistindo ao vai e vem das pessoas, ferramentas, fios e escadas.

Alana e Welton: os dois são funcionários da escola e foi lá que concederam as entrevistas, em suas respectivas salas, no horário de serviço, por isso constantemente éramos interrompidos.

Amanda, Daniela, Diana, Michele e Nicole: as entrevistas ocorreram em suas respectivas casas.

Minha relação com estes sujeitos ao longo da pesquisa se deu de modo diferenciado. Com o Valdir, André e Enzo, tive um contato mais próximo. Eles sempre me enviavam mensagens pelas redes sociais para comunicar sobre os jogos do City ou de campeonatos, constantemente conversavam comigo na rua, na quadra ou nas danças de São Gonçalo e Festa do Divino.

Alice, Keila, Pedro e Nicole, fizeram as entrevistas e tiveram o retorno para possíveis correções delas, depois disso quando encontrávamos na escola ou nas ruas, acontecia um cumprimento, porém não conversávamos.

Outras jovens como Neusa, Érica, Vanda e Gleice assinaram o termo de participação na pesquisa, porém não se dispuseram para as entrevistas. Aproximaram de mim interessadas nas fotos da festa de São Gonçalo, mas depois houve um afastamento.

Por sua vez, a Amanda, sempre me cumprimentava na escola, fazia questão da minha presença na sua casa quando estava na Barra, para um papo. Em uma dessas levei uma das fotos do trabalho de presente para ela, sempre havia uma conversa boa e duradoura, sobre as coisas do pedaço, da vida e da família.

As entrevistas aproximaram bastante Davi, Welton e eu, provavelmente pelo fato de sermos professores. Nós três sempre estávamos conversando, na escola, nas ruas, bares e festas locais. A todo tempo enalteciam a cultura local, falavam também da continuidade de estudos, Welton estava cursando mestrado em arte pela Universidade Federal de Uberlândia e Davi pleiteado entrada no mesmo.

Com Alana, Daniela, Diana e Michele encontramos e conversamos em todas as Danças de São Gonçalo e festa do Divino, sempre receptivas e atenciosas, perguntavam sobre o andamento do meu trabalho em todas as oportunidades. Sendo que Diana enviava mensagem toda vez que havia uma manifestação cultural/religiosas no pedaço.

Apresentar esses sujeitos, suas falas e vivências são formas de valorizar suas memórias, trajetórias, identidades e histórias de vida, mostrando diferentes formas de ser jovem (ontem e hoje), de vivenciar o lazer, a escola, o trabalho e a religião, abrindo possibilidades de compreender as práticas de lazer dos jovens da Barra do Guaicuí enquanto uma comunidade tradicional em diálogo com a contemporaneidade.

4 FINALIZANDO

Ir até a Barra do Guaicuí, encontrar os sujeitos e suas vivências, é fortalecer uma cultura existente naquele contexto social e histórico, seja ela tradicional (permanente, fixa e imutável) ou em diálogo com as produções e transformações sociocultural do mundo. Escutar, descrever e analisar os jovens onde estão inseridos fornece mais do que pistas sobre eles, mas modos de ser e viver de uma população ribeirinha.

É fundamental que se inicie pesquisas deste tipo para contribuir com as lacunas existentes na produção acadêmica a respeito da juventude, lazer e comunidades

tradicionais, pois, sabemos pouco sobre esses sujeitos e suas vivências. Compreender as práticas de lazer dos jovens ribeirinhos, seus locais de circulação e apropriação nos oferecem algumas dicas sobre quem são esses jovens, onde estão inseridos, quais as suas oportunidades de escolhas, de relações, experiências e oportunidades. Como esses sujeitos, nas suas relações sociais, experimentam e vivenciam as suas práticas do cotidiano?

Desta forma é de suma importância estudar os contextos e os atores que participam dessa construção cultural e social, amplificando as vozes desses sujeitos e valorizando essa comunidade. Como esses sujeitos apropriam-se, elaboram e reconstróem-se nesses espaços em diálogo com o lazer? Entender esse grupo é o desafio da pesquisa, compreendendo-os como jovens que, na relação com outros sujeitos e o meio-ambiente, produzem e reproduzem corpos, identidades, comportamentos, estilos de vida em diálogo permanente com os membros da sua comunidade e com o Rio São Francisco.

Para isso foi necessário apostar nas teorias antropológicas e na etnografia como metodologia de coleta de dados, que se constitui epistemologicamente na matriz disciplinar da antropologia. A etnografia, assim compreendida, como método e teoria nos estudos das culturas, parece a abordagem mais adequada para a realização de uma pesquisa cujo objetivo é compreender os sujeitos e suas práticas culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. 319p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**. 2003, p.09-25.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John I. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224 p.

FERREIRA, Mayrla Andrade. **Saberes e práticas Ananin**: um estudo sobre a construção das corporeidades cotidianas na cidade de Ananindeua/PA. 2018. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – PucMinas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 215 p.

GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene lopes. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI/DN. 2005. 85 p.

ISAYAMA, Helder Ferreira. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.), **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007. p. 31-46.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº49, vol.17, p.11-29, 2002.

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/Unesp, 3 ed. 2003. 166 p.

_____. **Da periferia ao centro**: trajetória de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro nome, 2012. 349 p.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Objetivo, método e alcance desta pesquisa**. Introdução ao Argonauts of the Western Pacific – 1922 (trad. bras. Argonautas do Pacífico Ocidental, São Paulo: Abril Cultural, 1976). Capítulo presente em: Guimarães, Alba Zaluar (1990) – Desvendando máscaras Sociais.

MORAIS, Mário Francisco. **Memória viva**: História, Lendas e Folclore de Guaicuí. Belo Horizonte: Editora Gráfica Literatura. 2007. 122 p.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração**: os Remeiros do Rio são Francisco. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998. 296 p.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003. 271p.

ROCHA, Wádson Pereira. **Arte-educação**: desafios para a preservação do patrimônio histórico, artístico de Guaicuí. Monografia apresentada ao curso de Especialização em ensino de artes visuais da Escola de Belas Artes UFMG. Belo Horizonte, 2009, p 77.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. **Antropologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ed. 2013. 159 p.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Sociabilidade juvenil, mídias e outras formas de controle social. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. (Orgs.) **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2011. p.67-80.

SILVA, Leonardo Toledo. **Meninas e meninos da Serra**: as oficinas de esporte/lazer do programa Agente Jovem de desenvolvimento social e humano no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.

Monografia apresentada ao curso de Especialização da EEEFTOUFGM. Belo Horizonte, 2008, p 72.

_____; TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. Comunidade Ribeirinha, Lazer e Juventude: possibilidade de pesquisa e etnografia. In: **IV colóquio internacional povos e comunidades tradicionais**. Montes Claros, 2016. p.37-40

SOARES, Khellen Cristina Pires. **Cultura e lazer na vida cotidiana do povo AKWĒ-XERENTE**. 2017. 171 f. Tese (Doutorado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

VICTORIA, Cláudio Gomes da. Juventude e cultura nos rios de uma comunidade ribeirinha no Amazonas. **X encontro regional sudeste de história oral**. Campinas, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naif, 2012. 384 p.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 390 p.